



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nicolle Manuelle Bahia Bittencourt

**O FLUXO E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO INVENTÁRIO
NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: o caso do Auto do Círio e o registro do
Círio como Patrimônio Cultural Imaterial em Belém/PA**

Belém – PA
2020

Nicolle Manuelle Bahia Bittencourt

**O FLUXO E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO INVENTÁRIO
NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: o caso do Auto do Círio e o registro do
Círio como Patrimônio Cultural Imaterial em Belém/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Gestão da Informação
e Organização do Conhecimento
Linha de Pesquisa: Mediação e Uso da
Informação

Orientador: Hamilton Vieira de Oliveira
Coorientadora: Franciele Marques Redigolo

Belém – PA
2020

O FLUXO E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: o caso do Auto do Círio e o registro do Círio como Patrimônio Cultural Imaterial em Belém/PA

Nicolle Manuelle Bahia Bittencourt

Aprovado em: 28 / 02 /2020

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira - Orientador
Universidade Federal do Pará (UFPA) – PPGCI/ UFPA

Profa. Dra. Franciele Marques Redigolo - Coorientadora
Universidade Federal do Pará (UFPA) – PPGCI/ UFPA

Profa. Dra. Marise Teles Condurú
Universidade Federal do Pará (UFPA) – PPGCI/ UFPA

Profa. Dra. Rosângela Marques de Britto
Universidade Federal do Pará (UFPA) – PPGARTES/ UFPA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B624f Bittencourt, Nicolle Manuelle Bahia
O FLUXO E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO
INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: :
o caso do Auto do Círio e o registro do Círio como Patrimônio
Cultural Imaterial em Belém/PA / Nicolle Manuelle Bahia
Bittencourt. — 2020.
124 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira
Coorientação: Prof^a. Dra. Franciele Marques Redigolo
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Patrimônio Cultural. 2. Documentação. 3. Círio. 4. Auto
do Círio. I. Título.

CDD 341.3490981

*Nazaré chegou por aqui
Já era Santa
E aqui já era aqui
No mesmo lugar*

(Zouk da Naza – Almirzinho Gabriel)

RESUMO

Elaborada e utilizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa para o registro do Patrimônio Imaterial no Brasil existente desde 2000 e tem como base a lei de registro e reconhecimento deste tipo de patrimônio: o Decreto-Lei 3.551/2000. Em 2004, o Círio de Nazaré, realizado em Belém, capital do Estado do Pará, oficialmente desde 1793 foi o estreado do uso desta metodologia para a categoria do livro de registro de Celebrações. Esta celebração envolve não só a capital e sua região metropolitana, mas se expande para várias outras cidades do estado e outras regiões do Brasil. Sendo realizado em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, o Círio tem forte participação popular, se tornando um dos grandes símbolos de manifestação vinda do povo e sua interação com o sagrado. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a aplicabilidade desta metodologia no Círio de Nazaré e a base documental do processo que resulta na produção de uma representação do Patrimônio Cultural identificado, especificamente se analisa o conteúdo dos documentos referentes ao espetáculo Auto do Círio, realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) desde 1993 e a sua representação dentro do registro. Buscando identificar o fluxo de informação e mediações que ocorrem no patrimônio e sua gama social de significados e símbolos, o estudo explora o contexto social do termo “Patrimônio Cultural”, sua construção e o seu lado informacional em face ao usuário. Tendo como base de informações os documentos presentes no Arquivo da Superintendência do IPHAN no Pará (Fichas, Questionários Preenchidos, Fotografias e Jornais) e o produto do INRC: o Dossiê Círio (2006). Os resultados apresentam a base documental do processo do INRC Círio e o levantamento das informações sobre o Auto do Círio dentro do processo.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Documentação. Círio. Auto do Círio.

ABSTRACT

Elaborated and used by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN), the National Inventory of Cultural References (INRC) is a research methodology for the registration of Intangible Cultural Heritage in Brazil since 2000 and is based on the law of registration and recognition of this type of heritage: Decree-Law 3.551 / 2000. In 2004, Círio de Nazaré, held in Belém, capital of the State of Pará, officially since 1793 was the first to use this methodology for the category of the register book of Celebrations. This celebration involves not only the capital and its metropolitan region but expands to several other cities in the state and other regions of Brazil. Being held in honor of Our Lady of Nazareth, the Círio has strong popular participation, becoming one of the great symbols of manifestation coming from the people and their interaction with the sacred. This research aims to analyze the applicability of this methodology in Círio de Nazaré and the documentary basis of the process that results in the production of a representation of the identified Intangible Cultural Heritage, specifically the content of the documents referring to the spectacle Auto do Círio, performed by the Federal University of Pará (UFPA) since 1993 and its representation within the registry. Seeking to identify the flow of information and mediations that occur in the heritage and its social range of meanings and symbols, the study explores the social context of the term “Cultural Heritage”, its construction and its informational side in relation to the user. Based on the information contained in the documents present in the Archive of the Superintendence of IPHAN in Pará (Forms, Filled Questionnaires, Photographs and Newspapers) and the INRC product: The Dossier Círio (2006). The results present the documentary basis of the INRC Círio process and the survey of information about Auto do Círio within the process.

Keywords: Cultural Heritage. Documentation. Círio. Auto do Círio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	18
1.1 Identidade.....	18
1.2 Memória.....	19
1.3 O que é um Patrimônio Cultural?	21
1.4 Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Cartas Patrimoniais.....	24
1.5 Globalização e Patrimônio.....	29
1.6 Políticas Patrimoniais Brasileiras e o Inventário Nacional De Referências Culturais.....	31
2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO PATRIMÔNIO CULTURAL	38
2.1 Patrimônio, Informação e Cidadania	38
2.2 Representação, Informação e Leitura	42
2.3 Mediações do fluxo da informação.....	47
2.4 Interlocutores metodológicos.....	49
2.4.1 1ª fase: Representação do Auto do Círio no Dossiê-Círio (produto do INRC)..	50
2.4.2 2ª fase: Identificação documental do INRC Círio	51
2.4.3 3ª fase: Identificação documental do Auto do Círio dentro do INRC.....	51
2.4.4 4ª fase: Identificação das informações obtidas na fase anterior	52
3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	81
APÊNDICE A – Respostas Totais Obtidas e Repetições.....	85
APÊNDICE B – Lista de Fichas e Questionários Preenchidos	88
APÊNDICE C – Lista de Jornais IPHAN	100
ANEXO A – Certidão do Círio	113
ANEXO B – Ficha de Identificação de Celebrações.....	115
ANEXO C – Questionário de Identificação de Celebrações.....	120

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Jornal O Liberal, 08/10/1993.....	36
IMAGEM 2 - Identidade Visual do 25º Auto do Círio.....	37
IMAGEM 3 - As mediações feitas no fluxo da informação envolvendo o patrimônio.....	48
IMAGEM 4 - Página 57 do Dossiê Círio.....	53
IMAGEM 5 - Caixas arquivo do IPHAN/PA.....	58
IMAGEM 6 - Fotografias acondicionadas	59
IMAGEM 7 - Fotos Acervo Digital do Auto do Círio selecionadas para comparação, referentes ao ano de 2002.....	60
IMAGEM 8 - Anjos do Auto do Círio 2002.....	61
IMAGEM 9 - Anjo Azul do Auto do Círio 2002.....	61
IMAGEM 10 - Anjos e Manto do Auto do Círio 2017.....	62
IMAGEM 11 - Anjos e Manto, Auto do Círio 2011.....	62
IMAGEM 12 - Momento da subida, Auto do Círio 2012.....	63
IMAGEM 13 - Momento da subida, Auto do Círio 2002.....	64
IMAGEM 14 - Manto Auto do Círio 2002.....	65
IMAGEM 15 - Manto do Auto do Círio 2011.....	65
IMAGEM 16 - Manto do Auto do Círio 2012.....	66
IMAGEM 17 - Manto Auto do Círio 2017.....	66
IMAGEM 18 - Mestre-sala e Porta-bandeira, Auto do Círio 2002.....	67
IMAGEM 19 - Mestre-sala e Porta-bandeira, Lançamento do Tema do Auto do Círio 2018..	67
IMAGEM 20 - Anexo de Bens Inventariados.....	70
IMAGEM 21 - Ficha de identificação de Recorte de Jornal.....	73
IMAGEM 22 - Tombamento e Registro do Círio.....	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Perguntas norteadoras	54
QUADRO 2 - Respostas rejeitadas	54
QUADRO 3 - Respostas Categorizadas	56
QUADRO 4 - Tipo de Documento.....	69
QUADRO 5 - Numeração	69
QUADRO 6 - Situação	70
QUADRO 7 - Tipos de documentos.....	74
QUADRO 8 - Nomes dos Jornais.....	74
QUADRO 9 - Ano dos Jornais	75
QUADRO 10 - Meses dos Jornais.....	76

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- DPI - Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN
- ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais
- IPHAN - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- PROEX - Pró-reitoria de Extensão da UFPA
- PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura
- SEGUP - Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
- UFPA - Universidade Federal do Pará
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
- SDI/MD - Secretaria Especial de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento Industrial
- SESU/MEC - Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa utiliza o reconhecimento do Patrimônio Cultural na sociedade e a construção social feita por indivíduos que são parte de grupos sociais como ponto de partida. Considerando que o Patrimônio Cultural possui duas faces: o Patrimônio Material e o Patrimônio Imaterial. Sendo este último o que é interligado principalmente ao grupo social que reconhece este através do sentimento de pertencimento e identificação. O Patrimônio Cultural Imaterial está envolto de ações de interferência, seleção, descarte e representação durante a sua construção de sentidos junto a sociedade, tornando-se possível perceber que nestas ações o bem permutado em grande parte é a informação. Informações selecionadas e descartadas pelo próprio grupo social estão em um constante fluxo de atualizações e mudanças. Logo, documentar um patrimônio requer o reconhecimento da existência deste fluxo e destas ações, assim como a importância da participação do grupo social nesta documentação.

No Brasil, a metodologia de pesquisa criada e utilizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para a identificação e salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial é o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), oficializado pela Lei 3.551/2000 que trata sobre o registro categorizado em quatro livros: Saberes; Celebrações; Formas de Expressão; e Lugares. Esta metodologia, de acordo com a instrução normativa nº 001 de março de 2009 da própria instituição, tem como objetivo auxiliar o IPHAN na produção de conhecimento e de diagnósticos que tratam dos domínios da vida social onde são atribuídos sentidos e valores que se transformam em constituintes das referências de identidade para grupos sociais; sendo esta metodologia também, um instrumento de gestão das categorias patrimoniais e um instrumento técnico de identificação de bens culturais e de gestão das ações voltadas ao patrimônio (IPHAN, 2009, p. 01). De acordo com este documento, o INRC é passível de aplicação por pessoas físicas ou jurídicas externas a instituição, sendo necessário a solicitação para autorização do uso, que envolve o envio de várias informações e documentos ao Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) da própria instituição, além da firmação de um Termo de Responsabilidade.

O INRC é uma metodologia de pesquisa que está em uso há duas décadas, sendo imprescindível que o fluxo de informações envolvendo o patrimônio seja reconhecido durante os processos de aplicabilidade, além da representação que é advinda destes processos, visto que um dos resultados são produtos que procuram sintetizar a construção, a vivência e a significação de um patrimônio como parte de uma sociedade. E ao reconhecer este fluxo dentro dos processos, considerando tanto tempo de uso e os produtos de representação, é possível que se

encontre atualizações ou necessidade de atualizações na própria aplicabilidade da metodologia. Considerando que o patrimônio, a identidade, o reconhecimento e a própria sociedade estão em constante mutabilidade, por que a própria metodologia que envolve o registro destes, não estaria ou necessitaria de mudanças em si?

Antônio Arantes é um dos principais pesquisadores sobre o método de inventário aplicado à salvaguarda do Patrimônio Imaterial, além de estar como presidente do IPHAN na época em que o Círio de Nazaré recebeu o reconhecimento da instituição como Patrimônio Cultural do Brasil (ANEXO A). Arantes (2009) junto com Varine (2013) são autores que debatem a escolha do método de inventário para a documentação do Patrimônio Imaterial, assim como sua aplicabilidade junto à sociedade. Ambos os pesquisadores possuem também atuações fortes na área do Patrimônio Cultural internacionalmente e nacionalmente.

O Círio é uma celebração feita em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré no Estado do Pará no mês de outubro, sendo realizado em diversas partes do estado. Na cidade de Belém, capital do Pará, a quinzena nazarena é composta de 12 procissões oficiais realizadas pela Arquidiocese de Belém e a Diretoria da Festa de Nazaré. Além destas procissões oficiais, o Círio de Nazaré envolve uma série de tradições paraenses que são realizadas dentro e fora das casas dos cidadãos que participam de suas celebrações. O registro do Círio de Nazaré como Patrimônio Imaterial no livro de Celebrações foi efetivado pelo IPHAN em 2004, sendo a celebração estreada do registro nesta categoria. Junto ao mesmo registro, há também o reconhecimento de manifestações culturais que recebem a nomenclatura de bens imateriais associados ao Círio, sendo alguns destes: a Festa da Chiquita; o Arrastão do Círio; e o Auto do Círio.

O Auto do Círio, que junto ao INRC é um dos pontos centrais desta pesquisa, é um Projeto de Extensão realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) desde 1993 e constituído por um espetáculo em forma de Teatro de Rua que é apresentado na noite da sexta-feira que antecede a principal procissão do Círio de Nazaré nas ruas da Cidade Velha. Considerando-se que a política de extensão da UFPA tem como um dos objetivos a construção do conhecimento e que, para ser realizada precisa envolver, além do ensino e da pesquisa, a relação entre a Universidade e a Sociedade (PROEX, 2018). O cortejo é um dos principais projetos feito por professores da UFPA e sua notoriedade não vem apenas pela sua longa existência (27 anos), o Auto do Círio tem como uma das suas bases o envolvimento da comunidade em suas ações. Sendo um espetáculo que já faz parte da agenda cultural do mês de

outubro e construído por professores, alunos, moradores da Cidade Velha, voluntários, artistas etc.; que conseguiu atrair um público de aproximadamente 60.000 pessoas desde o ano de 2018.

Tendo em vista as alterações e interferências em um Patrimônio Cultural Imaterial no decorrer do tempo, um dos requerimentos do registro é a sua revalidação após dez anos, sendo este o processo que o Círio de Nazaré está passando atualmente. Se fizermos o recorte apenas para um dos seus bens imateriais associados, o Auto do Círio, é possível perceber notáveis mudanças não só estruturais, mas no próprio significado que este adquiriu durante o passar dos anos na agenda cultural da Cidade Velha, podendo ser considerado uma referência cultural pelos seus participantes e/ou público, ao estender o significado do Círio de Nazaré para outros olhares e modos de demonstrar a fé. Para o IPHAN, as referências culturais “São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo.” (IPHAN, 2000, p.29). Este sentimento e mobilização são encontrados no espetáculo, sendo explicitado na fala de Luzia Cardoso para o premiado minidocumentário *Viva o Auto* produzido pela CYN Produções em 2016. Para a atriz, o Auto do Círio é uma família, comparando a chegada do mês de outubro e a proximidade da realização do cortejo com a tradição de receber visitantes em sua casa durante a quadra nazarena.

A presente pesquisa, tem como o objetivo principal o de analisar o fluxo de informações dentro da aplicabilidade e o uso do INRC pelo viés da representação do Patrimônio Cultural, tendo como enfoque o Auto do Círio como parte constituinte do registro do Círio de Nazaré, realizado pelo IPHAN.

Partindo das três fases do processo de trabalho do INRC — Levantamento Preliminar, Identificação e Documentação (IPHAN, 2000, p. 35) —, têm-se como objetivos específicos:

- a) Realizar um levantamento preliminar das informações do Auto do Círio presentes do INRC — Círio de 2004;
- b) Identificar as principais representações do espetáculo nestes documentos e quais documentos são utilizados como fonte;
- c) Identificar o uso dado a estes documentos no processo de aplicabilidade e como estes estão organizados dentro do IPHAN;
- d) Analisar se a quantidade de informações sobre o Auto do Círio presentes destas documentações podem ser considerada suficiente para a representação do espetáculo como bem imaterial associado ao Círio de Nazaré.

A metodologia de análise aplicada para atingir os objetivos propostos consiste na forma de pesquisa empírica de levantamento dos dados que constituem os documentos que são parte do processo do INRC Círio, especificando o conteúdo produzido sobre o espetáculo Auto do Círio. Partindo primeiramente da construção teórica dos conceitos de patrimônio, memória e identidade para estabelecer o conceito de Patrimônio Cultural Imaterial e as interações dentro do campo da Ciência da Informação, a pesquisa tem como principal foco a busca por meio do uso e do gerenciamento da informação, tendo em seu cerne que o tema da pesquisa e suas abordagens metodológicas refletem um campo de conhecimento ainda em formação. Considerando o exposto pelo próprio instituto: “Quanto mais informações e versões forem obtidas, mais profundo será o conhecimento sobre o bem, seus significados e a importância que ele tem para as pessoas” (IPHAN, 2013, p. 08). Identificar informações sobre o Auto do Círio através da aplicabilidade do INRC, poderá aprofundar os conhecimentos produzidos pela realização deste espetáculo e ampliar a visão sobre as formas de celebração que ocorrem dentro da quadra nazarena, indo além das produzidas pela Arquidiocese de Belém e a Diretoria da Festa de Nazaré, e pela própria conexão da Universidade com a sociedade através dos seus projetos de extensão.

Para alcançar os objetivos que são propostos através desta pesquisa, vai-se além da construção teórica que é sintetizada abaixo e apresentam-se análises de documentos produzidos pelo próprio IPHAN como parte integrante do processo de aplicabilidade do INRC no ano de 2004 e o fluxo de informações percorrido através da produção de documentos e registros.

- Capítulo 1: O caminho seguido por esta dissertação é o da constituição do conceito de patrimônio a partir da identidade e da memória, sendo estas três construções sociais feitas por indivíduos que são parte de uma cultura; tendo sua construção por meio de conceitos que envolvem a vida de uma pessoa em comunidade, como parte atuante no processo de reconhecimento deste. A identidade está estritamente ligada ao sentimento de pertencimento quando relacionada com o Patrimônio Cultural, tendo seus próprios processos simultâneos de seleção e descarte. Assim como a memória que está sendo constantemente reconstruída e revisitada, sendo atualizada de acordo com as mudanças e o fluxo de alterações na realidade dos vivos.

Traz-se então as faces do Patrimônio Cultural que são resultado de processos mediação, principalmente informacional, e que se tornam parte do fluxo informacional registrado via INRC. Considerando que as informações retiradas do mundo de significados e símbolos de uma comunidade ou grupo social e a importância deste para um indivíduo que é parte do grupo,

considerando este indivíduo como um ator social e um cidadão. Tendo como enfoque que a ferramenta de pesquisa elaborada pelo IPHAN entrou em vigor a partir do Decreto-Lei 3.551/2000, completando este ano duas décadas de existência e apresentando a resultante de dezenas de patrimônios registrados e inventariados. A proteção e salvaguarda é um dever de todos, então procura-se trazer exemplos das medidas guias dadas pela UNESCO, as chamadas Cartas Patrimoniais. Além destas, percorre-se exemplos no qual a salvaguarda do patrimônio não foi aceita pelo grupo social, pelo impacto direto nas ações que não só faziam parte do cotidiano desta comunidade, mas que eram parte da construção do Patrimônio. Partindo, para as políticas desenvolvidas no Brasil. Especificamente as que envolvem o Patrimônio Cultural Imaterial, sendo o foco deste trabalho o Inventário Nacional de Referências Culturais.

- Capítulo 2: Explora-se nesta parte do trabalho o Patrimônio Cultural como sendo resultante de uma construção, havendo um fluxo de troca de informações, considerando que a cada interferência de escolha ou descarte, há a produção de informações sobre o grupo social e seu patrimônio. Traz-se o conceito de informação utilizado por Kobashi e Tálamo (2003) ao qual a informação é um bem simbólico de uso inesgotável. Além de considerar que a busca de informação, de acordo com Pieruccini (2007), ultrapassa as fronteiras da pesquisa e aqui jaz a importância da linguagem documentária, apontando os modos trazidos por diversos autores, quando o foco se põe sobre a importância dos processos de comunicação sobre o patrimônio, os processos de mediação, a informação e o usuário.

Apresenta-se também a metodologia deste trabalho que foi dividida essencialmente em cinco fases, procurando-se delimitar as fronteiras da pesquisa e os modos de coletas de dados aplicados especificamente nos documentos e produtos dos processos do INRC – Círio e o registro do Círio de Nazaré. A primeira será constituída de uma análise específica do texto sobre o Auto do Círio que é parte do Dossiê Círio (IPHAN, 2006) por meio de questionários aplicados através da plataforma *Google Forms* para pessoas que não possuem envolvimento direto com o espetáculo. A segunda fase terá como guia estes termos e palavras da fase anterior, analisando as fichas, formulários e questionários do INRC que foram aplicadas pela equipe multidisciplinar do IPHAN em 2004 e que estão arquivadas no processo envolvendo o registro no referenciado órgão público. Partindo para a comparação destes termos/ palavras que montam uma representação do Auto do Círio, além de ser realizada uma compilação com aqueles que apareceram mais recorrentemente e a separação de todos os termos em torno de duas grandes áreas de acordo com a tabela da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e

outras instituições: Artes; e Ciências Humanas. Após a identificação dos questionários e fichas, os próximos documentos a serem listados e identificados serão os jornais parte do processo de registro e identificados como pertencentes a Biblioteca Ernesto Cruz da Superintendência do IPHAN/PA. Com a identificação das informações desta última fase, será feita a compilação de todas as informações das fases anteriores, para assim ser feita uma análise comparativa sobre a eficácia da representação do Auto do Círio através do método INRC.

- Capítulo 3: Contém os resultados da aplicabilidade da metodologia definida anteriormente e a análise dos dados obtidos. Contendo os resultados das coletas com o protocolo verbal individual e com a pesquisa etnográfica sobre o Auto do Círio e os produtos documentais produzidos pela equipe interdisciplinar do IPHAN durante a aplicabilidade no INRC, mostrando o contra ponto entre as duas realidades, a partir das técnicas de coleta de dados descritas acima, com um quadro comparativo entre a quantidade informacional envolvendo o Círio e quanto dentro deste número trata diretamente sobre o Auto do Círio como bem imaterial associado ao Registro do Círio de Nazaré como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

1 A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Patrimônio Cultural, de acordo com o IPHAN (2013), tem como característica sua inserção tão profunda na sociedade que as pessoas não conseguem delimitar e medir sua importância ou então explicar diretamente o porquê este é importante, porém se este desaparecesse por alguma razão, sua falta seria sentida. “Desta maneira, o patrimônio cultural liga as pessoas. É sempre algo coletivo [...]” (IPHAN, 2013, p. 5), é importante considerar que no patrimônio nunca haverá apenas uma visão sobre as coisas, dependendo da própria relação do indivíduo e da comunidade com o patrimônio. Considerando assim, o Patrimônio Cultural possui uma relação direta, complexa e de muitos níveis com dois termos: a identidade e a memória.

1.1 Identidade

A reivindicação patrimonial por um grupo social está ligada a três conceitos-base: identidade, memória e pertencimento. Todos estes conceitos não são fixos e fazem parte de um fluxo de mudanças que acompanham qualquer sociedade humana. O patrimônio, por sua vez, é visto como um marco dentro deste fluxo, criando uma falsa sensação de estabilidade dentro o ritmo frenético e maleável de mudanças na sociedade atual. É por causa deste líquido mundo moderno, de acordo com Zygmunt Bauman (2005), que o anseio por um apoio faz com que se crie uma condição causadora de ansiedade, apesar de que ser algo fixo em um mundo que está constantemente mudando não chega a ser atraente também. O autor compara resolver um quebra-cabeças com a criação da identidade: ao montar o quebra-cabeça você já tem conhecimento do que lhe espera no final assim como todas as peças lhe são dadas, sendo uma tarefa direcionada para o objetivo final. Porém, no caso da identidade não há imagem do final ou alguma noção da totalidade das peças, você possui uma série de peças que parecem ter algum valor e a partir destas você vai ‘experimentando com o que tem’. Para assim ir tentando agrupá-las da melhor forma possível e vendo quais imagens consegue montar, sendo assim uma tarefa direcionada para os meios.

O patrimônio pode ser um suporte à criação e manutenção da identidade, da mesma forma em que a identidade pode ser suporte à criação e manutenção do patrimônio. A reverberação do patrimônio depende do seu uso social e da vivência deste dentro da comunidade. “A reivindicação patrimonial se pensa a si própria como um elemento do patrimônio: ela é considerada como um “investimento identitário” a ser transmitido.” (CANDAU, 2011, p. 159). Candau (2011) também apresenta o crescimento exacerbado da

chamada sensibilidade patrimonial como consequência da mutação acelerada das sociedades que passaram a temer aquilo que poderia ser perdido ou esquecido; além de poder representar uma rejeição da identidade criada no presente, criando uma projeção do passado e ‘embelezando’ algo que já passou. Esta utopia criada do passado é algo comum quando estamos lidando com o patrimônio material, grandes monumentos, ruínas e objetos da época colonial brasileira ainda são vistos, em sua maioria, como envoltos de uma áurea excepcional. Por outro lado, objetos manufaturados por comunidades ribeirinhas não recebem a mesma atenção.

Este exemplo serve para perceber como é diversa a capacidade das relações que podem ser tidas com um ou mais patrimônios, tendo isto como um reflexo da forma desigual da qual os grupos sociais participam da criação deles. De acordo com Canclini (1999), para repensar o patrimônio é necessário se desprender da rede de conceitos a qual o associamos, sendo eles: identidade, tradição, história, monumentos; traçando ou delimitando um perfil no qual o seu uso, seja ele qual for, fará ‘sentido’. A visão comum de um patrimônio é a de união: os bens culturais, junto ao prestígio histórico e simbólico dado a eles, passam a impressão de que a sociedade não tem divisões em grupos ou indivíduos com suas próprias identidades e crenças. Por outro lado, é esta mesma visão que revela o patrimônio como um espaço de luta tanto material quanto simbólica, trazendo esta luta à superfície pelas diversas formas de se apropriar do bem cultural e integrá-lo à sua identidade.

Nenhuma sociedade come, dança ou caminha de uma maneira que lhe é própria, pois apenas os indivíduos, membros de uma sociedade, adotam maneiras de comer, dançar ou caminhar que, ao se tornarem dominantes, majoritárias ou unânimes, serão consideradas como características da sociedade em questão. (CANDAUI, 2011, p. 24).

A própria sociedade é um constructo social, criado por um grupo de indivíduos (não necessariamente a maioria) que definem os modos de ser e identificar que tornará a representar esta sociedade por meio da diferença. Representando o que a faz ser diferente das outras sociedades por conta dos pontos de referência identitário. Não só definindo o momento presente da sociedade, mas definindo o referencial do seu passado, ligando a sociedade a sua história e, principalmente, sua memória.

1.2 Memória

A pesquisadora da área de Patrimônio Cultural e seus usos sociais Zanirato (2009) afirma que o pertencimento coletivo dos bens culturais resulta em mais esforços para sua conservação, ou seja, quanto mais representativo estes forem para o coletivo, estarão mais a salvo, porém quando este sentimento de pertencimento ou reconhecimento estiver presente, há certo desprezo por parte do grupo para a conservação dos bens. Para a conservação de um bem

cultural é preciso que uma relação entre coletivo ou grupo social (sua memória e identidade) e o patrimônio exista. Antes mesmo desta conexão, nota-se importante considerar a memória como um tipo de relação. Para Gondar (2008), ao ter esta possibilidade considerada, são abertas as portas para uma visão do passado que pode ser recordado ou reinventado, assim a história poderia ser conceituada como a história dos diversos sentidos resultantes das relações existentes do grupo ou indivíduo; além disto, a própria memória, poderia ser criada e recriada e não ser apenas recuperada ou resgatada, logo, a maior fraqueza da memória, a sua polissemia, passaria a ser sua maior riqueza.

Pollak (1992) apresenta a memória como algo seletivo, onde não se registra ou grava tudo. Assim, o autor coloca a memória como um fenômeno construído, no qual seus modos de construção podem ser conscientes ou não, sendo resultado de um extenso trabalho de organização. É um sistema de organização que passa por constantes atualizações e reformulações a cada memória que é criada ou descartada, seja individual ou coletiva. Mudanças constantes podem afetar o sentimento de reconhecimento e identidade tida a um patrimônio. Um Patrimônio Cultural, ao passar do tempo, tem seus significados alterados, novas interpretações e visões criadas, assim como algumas antigas descartadas ou alteradas.

De acordo com Sá (2007), a memória humana é uma construção feita a partir de experiências passadas em função da realidade atual e com alicerces nos recursos dados pela sociedade e pela cultura; ao se preferir o termo “pessoal” ao “individual”, tem-se o reconhecimento desta “pessoa” como produto de uma dimensão social, onde se faz parte de vários processos (incluindo o de socialização), onde há uma identidade que é construída pela interação social e pela reflexão consciente própria. Estas mesmas condições da identidade se aplicam nos processos de construção, reconstrução e atualização das memórias pessoais e coletivas.

Nora (1993) faz a distinção entre a memória e a história: a memória sendo algo vívido, carregada pelos vivos e em permanente evolução, inconsciente das suas alterações; já a história seria uma reconstrução incompleta e problemática do algo que já não existe, sendo uma representação do passado. Para o pesquisador, se por um lado a memória tem suas raízes no concreto, no gesto, na imagem ou no objeto, a história tem seu foco nas linearidades, nas continuidades temporais e nas relações das coisas. A memória é uma parte da causa do sentimento de reconhecimento a traços de uma identidade, sendo uma construção afetada por fatores intrínsecos e extrínsecos. Ela também é uma das partes mais importantes na construção

de um Patrimônio Cultural, se o considerarmos como um marco do passado no presente, e da própria vivência com este patrimônio.

1.3 O que é um Patrimônio Cultural?

Para se entender um Patrimônio Cultural é preciso ver além das suas faces tangíveis ou intangíveis. Ele é resultado de uma rede complexa de interações entre vários grupos sociais (e cada um dos indivíduos que dele participam) e sua identidade, sua memória, além de seus vários processos de valoração. Gonçalves (2015, p. 212) apresenta que os limites do que pode ser reconhecido como um “patrimônio” atualmente são vastos: “[...] qualquer objeto material, qualquer espaço, qualquer prática social, qualquer tipo de conhecimento pode ser identificado, celebrado ou contestado como “patrimônio” por um ou mais grupos sociais.” Então, considera-se que por trás de cada identificação, celebração ou reivindicação no patrimônio há um ou mais processos de valoração e reconhecimento das características do grupo social que são representadas de alguma forma neste patrimônio.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Patrimônio Cultural sendo algo nascido por meio de uma sociedade, ele se torna fruto de uma escolha (IPHAN, 2012, p. 214). No patrimônio, encontra-se a seleção do que é considerado mais representativo para um grupo social, porém, o patrimônio não se prende a apenas uma representação de um ou mais grupos sociais, ele é o resultado de uma complexa mistura entre os indivíduos, o seu meio ambiente, o seu meio social e outras influências (tanto internas quanto externas). Varine (2013, p. 45) esclarece a ‘verdadeira natureza’ do patrimônio ao compará-lo com o DNA:

Este é o comportamento do conjunto do que caracteriza a comunidade e seus membros atuais. Ele é ao mesmo tempo o reflexo da evolução anterior dessa comunidade. E é, enfim, suscetível de se transformar por contribuições sucessivas vindas do interior (contribuições endógenas) e do exterior (contribuições exógenas). Como o DNA é a carteira de identidade do indivíduo que o associa à sua linhagem inteira, do mesmo modo o patrimônio é a carteira de identidade da comunidade atual ligada a uma continuidade sem limites (VARINE, 2013, p. 45).

Para o autor, ainda utilizando a comparação ao DNA, conhecer todos os seus detalhes é difícil e quase impossível; conhecer a totalidade de um patrimônio requereria reconhecer e entender a intimidade de todos aqueles que fazem parte da comunidade ou grupo social que será estudado de maneira aprofundada. Porém, isto não faz o reconhecimento ou identificação do patrimônio menos importante, é preciso ter a consciência de que este outro patrimônio também existe, que é possível encontrá-lo por toda parte, que ele tem ligação direta com

peessoas tanto vivas quanto mortas, e que, assim como aqueles que lhe dão significância, ele está sempre em transformação (seja esta perceptível ou não).

O reconhecimento do imaterial como sendo uma face específica ganhou muita força no século passado, a partir dos pós-guerras mundiais nas Américas. O Patrimônio Imaterial tem sua base ligada fortemente aos conceitos de identidade e memória, sendo uma criação consciente dos homens para os homens, seja na inclusão ou na exclusão. Pelegrini (2007) dá atenção ao grande impasse enfrentado e que é necessário nesse âmbito patrimonial: a tolerância à pluralidade e exploração das ditas fronteiras culturais.

Um outro desafio a ser enfrentado pelo pesquisador diz respeito ao fato de que a apreensão das questões da patrimonização tangencia duas outras demandas: primeira, os bens culturais, em particular, aqueles identificados por alguns segmentos sociais como patrimônio, nem sempre são reconhecidos por outros grupos; segunda, as minorias étnicas, grupos religiosos, homens e mulheres, em diversas faixas etárias, identificam-se com valores sociais que se alteram com o tempo. Portanto, um mesmo indivíduo pode vincular-se a vários grupos e, no decorrer da vida, identificar-se e migrar para outros (PELEGRINI, 2007, p. 90).

É um legado dos vivos, carregado e selecionado por gerações de um mesmo grupo. O Patrimônio Imaterial, em especial, é ligado às gerações e suas experiências, sendo algo para ser vivenciado. Em maio de 2019, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lançaram em seu canal do *Youtube* um vídeo intitulado “O que o Patrimônio Cultural Intangível significa para você?”¹ (UNESCO, 2019, tradução nossa) onde mostra-se um compilado de vídeos de várias formas de patrimônio pelo mundo narrados por depoimentos de vozes com vários sotaques que respondem a pergunta sobre a significância do Patrimônio para cada um; no final, o vídeo traz uma fala da Diretora-Geral da UNESCO Audrey Azoulay que dá a diversidade cultural o significado da riqueza, das cores e do dinamismo que são presentes na nossa vida.

Desta fala, o termo mais importante é justamente o dinamismo. Dinâmico é um termo relacionado ao campo da física que é sinônimo de movimento e de alterações em um estado que são contínuas. Apesar do termo ‘evoluir’ já ser algo não mais tão utilizado no campo da cultura, todas as outras características são a base do desenvolvimento de um Patrimônio Cultural e principalmente de um Patrimônio Cultural Imaterial, junto ao seu grupo social representativo. Este Patrimônio se altera continuamente, estando subordinado justamente aos que lhe dão significância, as quais residem suas forças, movimentos e mudanças.

¹ UNESCO. What does intangible cultural heritage mean to you?

Em outro vídeo publicado pela UNESCO três anos antes, com título “O Valor do Patrimônio”² (UNESCO, 2016, tradução nossa), é possível ver pessoas de diferentes países - sendo estes: Estados Unidos; China; Alemanha; Índia; Nigéria; Argentina; Líbano; e Síria - que foram pedidas para falar sobre o patrimônio do seu país. Depois de uma breve introdução dos patrimônios que elas consideram mais memoráveis, essas pessoas são perguntadas sobre como se sentiriam se o seu patrimônio fosse de alguma forma prejudicado, destruído ou perdido. As perguntas são seguidas de um momento de silêncio, de não aceitação e de negação da simples ideia de desaparecimento. Preethi Nallu (a entrevistada que representa a Índia) afirma que se sentiria violada, tendo sua fala complementada por Zhang Ping (representante da China) que diz que ao destruir-se o passado, o presente e o futuro serão destruídos também. O vídeo chama atenção para a situação da Síria e de outros países no qual a perda de patrimônios já são uma realidade vividas pelo seu povo. Rabih Karazon (representante da Síria) traz seu testemunho no vídeo - em sua própria língua mãe, não em inglês como o restante dos entrevistados -: “Ser testemunha da sua própria história, dos lindos lugares que você se importou, visitou e vivenciou serem destruídos, desaparecendo completamente. É difícil, mas nós temos que agir.” (UNESCO, 2016, tradução para português: UNESCO).

É comum que o patrimônio seja visto como uma extensão da sua vida ou do seu ser, como se nele estivesse depositada parte da capacidade humana de se relacionar com sua comunidade, com sua história, com o passado, presente e futuro. Como uma extensão do corpo, que quando se tem idade o suficiente para ter consciência dos seus arredores, ele já está lá, não sendo necessário nenhum sentimento além da função feita pelo mesmo para que se perceba sua presença. Esta função é vista como algo natural, mesmo sendo realizada a partir de um comando partido de fora do membro, porém de dentro do mesmo corpo. O Patrimônio Cultural está lá, sendo parte da construção simbólica do participante do grupo social, ele está cumprindo sua função de símbolo por um contexto repassado para este enquanto seu desenvolvimento como parte deste grupo.

A arqueóloga somaliana Mire (2014) apresenta, em uma palestra, o Patrimônio Cultural como uma necessidade humana básica. A pesquisadora começa a palestra com seu relato como uma imigrante na Suécia e como ela não sabia quase nada das tradições de seu país natal e como isto incentivou a sua vontade de conhecer mais destas depois de ter recebido um objeto de herança da sua vó; porém, após a sua experiência como refugiada, a ideia de voltar para a Somália era, no mínimo, aterrorizante. Ao contrário de todas as probabilidades, isto não a

² The Value of Heritage

impediu de ir atrás da sua história, de fazer novas descobertas em seu país, partindo de uma busca pelo significado do objeto dado por sua avó. Sada traz relatos de pessoas que se desconectaram do seu próprio patrimônio, pois grande parte dos sítios foram atribuídos a outros grupos sociais. Para estas pessoas, a arqueologia era algo que tinha sido introduzido por pessoas de fora. A gestão do patrimônio nestas sociedades era feita de outra forma, utilizando um método que não dava qualquer importância para monumentos ou artefatos palpáveis. Estas pessoas sabiam dizer como os artefatos eram feitos ou quem haviam feitos, a história destes povos estava sendo preservada de uma forma intangível, expressando que ali as pessoas dão mais valor ao conhecimento que a própria posse do objeto. A origem nômade, como mostra a pesquisadora, não se importa com quantos objetos uma pessoa é capaz de guardar e sim o que se consegue fazer do zero quando surge a necessidade, finalizando com as palavras que para estas pessoas, o conhecimento é o verdadeiro patrimônio (MIRE, 2014).

Para que seja possível a proteção do Patrimônio Cultural, torna-se imprescindível a participação destas pessoas, que carregam dentro de si a memória dos seus antepassados e a representam através do patrimônio. Patrimônio Cultural torna-se, assim, um meio de comunicação e um meio de representação, tornando necessário a participação do grupo social em sua salvaguarda. Cada patrimônio é único, assim como cada grupo social, porém a salvaguarda tem como um de seus objetivos justamente a comunicação deste patrimônio para pessoas externas a ele (em sua maioria), como por exemplo: grupos, comunidades, países, etc., e por esta razão estes se encontram e estabelecem diretrizes para qual todos devem seguir ou que servem como as bases das políticas patrimoniais em seus países, estados ou cidades.

1.4 Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Cartas Patrimoniais

A salvaguarda de um patrimônio pode depender de dois tipos de usuários: os que se encontram no momento do registro (no caso do intangível) e os que se encontram no momento do tombamento (no caso do tangível), sendo que os modos de reconhecimento e salvaguarda seguem diretrizes internacionais em sua grande parte. Quando consideramos o Brasil, de acordo com Pelegrini (2008), muitas das políticas de proteção e salvaguarda do patrimônio material e imaterial anteciparam as diretrizes e orientações das convenções e declarações mundiais, apesar destas políticas serem respostas ao movimento mundial que ocorria no século XX de reconhecimento do Patrimônio Cultural e da expansão do termo 'cultura'. Estes documentos são guias para a salvaguarda do patrimônio, sendo inspirados pelos países que fazem parte da construção destes, além de se tornarem guias para eles.

Atualmente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apresenta uma coletânea de 46 ‘Cartas Patrimoniais’ que são documentos em formatos de cartas, recomendações, normas, declarações e manifestos resultantes de convenções (mundiais, nacionais, etc.) onde foram discutidas a preservação, conservação, salvaguarda do Patrimônio Cultural tangível ou intangível. Para esta pesquisa, serão utilizadas as seguintes Cartas Patrimoniais: Recomendação de Paris (1972); Declaração do México (1985); Recomendação de Paris (1989); Conferência de Nara (1994); Carta de Mar del Plata (1997); I Carta de Fortaleza (1997); Recomendação de Paris (2003) e II Carta de Fortaleza (2017).

A Recomendação de Paris (1972) traz como tema a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, sendo este uma resposta aos patrimônios culturais (monumentos, conjuntos arquitetônicos e lugares notáveis) e patrimônios naturais (monumentos naturais constituídos por formações físicas, biológicas ou grupos destas formações, formações geológicas e fisiográficas e os lugares notáveis naturais) que cada vez mais eram, de acordo com o documento, ameaçados de destruição que tinha origem não só vinda da degradação, mas da própria evolução da vida econômica e social. A recomendação atribui a estes patrimônios um valor universal excepcional que torna indispensável a necessidade de um sistema eficaz de proteção coletiva.

Com a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, tem-se a Declaração do México (1985) feita pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). De acordo com esta declaração, o lugar do homem no mundo e a natureza das suas relações sociais foram modificadas pelos avanços da ciência, portanto, a educação e a cultura têm um papel essencial no desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Define a identidade cultural e como “Cada cultura representa um conjunto de valores único e insubstituível já que as tradições e as formas de expressão de cada povo constituem sua maneira mais acabada de estar presente no mundo” (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, p. 02.). A identidade cultural de um povo passa por renovações, sendo a cultura um diálogo construído a partir do intercâmbio de ideias e experiências, da apreciação de valores e tradições e que se isolada, é esgotada até a morte. Foi considerado pela comunidade internacional então que é um dever velar tanto pela preservação quanto pela defesa da identidade cultural dos povos. Para o documento, o patrimônio cultural de um povo são as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade: a língua, os ritos, as crenças, os lugares, a cultura, as obras de arte, os arquivos e bibliotecas.

Uma circulação livre e uma difusão mais ampla e melhor equilibrada da informação, das idéias e dos conhecimentos, que constituem alguns dos princípios de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação, supões o direito de todas as nações

não só de receber, mas também de transmitir conteúdos culturais, educativos, científicos e tecnológicos. (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, p. 6).

Já a Recomendação de Paris (1989) propõe a temática sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, considerando a cultura tradicional e popular como parte do patrimônio dito universal da humanidade e tratando-as como várias criações que emanam de uma chamada comunidade cultural que é fundada através da tradição que expressa sua identidade cultural e social como um grupo ou indivíduos que respondem à expectativas pré-estabelecidas por seu grupo. O documento coloca a guarda da cultura tradicional e popular nas mãos do grupo na qual essa cultura é identificada, seria tarefa dos Estados-membros da UNESCO então elaborar um inventário nacional das instituições interessadas, ordenar os sistemas de classificações, identificações, registro destas instituições, além de estimular uma tipologia normatizada da cultura tradicional e popular. A conservação das tradições que envolvem a cultura tradicional e popular é baseada na documentação que dá ao pesquisador e aos detentores da tradição uma visão do processo de modificação desta, ainda que o caráter evolutivo destas culturas não permita uma proteção direta, é necessário realçar testemunhos vivos e/ou passados destas culturas (sejam eles modos de vida, saberes materiais ou imateriais, etc.). Considera que cada povo possui direitos sobre a sua própria cultura e por tal é preciso adotadas medias que possam garantir o suporte tanto no interior dos grupos que produzem a cultura tradicional e popular, quando aqueles externos destes.

Por sua vez, a Conferência de Nara (1994) trouxe o debate sobre a autenticidade em relação a Convenção do Patrimônio Mundial (Carta de Veneza, 1964) e apresenta a diversidade de culturas e patrimônios como uma fonte de informação insubstituível, sendo a proteção e valorização desta diversidade um aspecto essencial do desenvolvimento humano e a consideração do valor de autenticidade na conservação da identidade cultural é clarificar e iluminar a considerada memória coletiva do homem. Tendo o conhecimento, os dados advindos do levantamento a respeito da originalidade, da transformação ao longo do tempo dos bens caracteriza-se o requisito básico do acesso aos aspectos da autenticidade.

Dependendo da natureza do patrimônio cultural, seu contexto cultural e sua evolução através do tempo, os julgamentos quanto a autenticidade devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação. Estas pesquisas e levantamentos devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação. (CONFERÊNCIA DE NARA, 1994, p. 3).

A Carta de Mar Del Plata trata sobre o Patrimônio Intangível, sendo um documento produzido pelo Mercosul em 1997 e que compartilha a preocupação dos participantes quanto as consequências que as identidades poderiam sofrer considerando o processo de globalização.

São apresentadas algumas recomendações e entre elas temos: a promoção do registro documental e catalogação das expressões do patrimônio cultural intangível; a criação de um banco de dados com publicações regionais; a organização de uma rede de informações entre especialistas e as instituições que são dedicadas ao patrimônio intangível; entre outras.

No mesmo ano da Carta de Mar Del Plata, foi lançada a I Carta de Fortaleza como resultado do Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção” que tinha como objetivo coletar subsídios para a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos que visassem a identificação, proteção, promoção e fomento dos processos e bens. O evento foi promovido pelo IPHAN, considerando que este é o responsável pela identificação, documentação, proteção, fiscalização, preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Um dos resultados foi o incentivo para o IPHAN de aprofundar sobre a reflexão do conceito de bem cultural de natureza imaterial, consultando pessoas do meio universitário e de instituições de pesquisa, além da realização de um inventário a nível nacional destes bens culturais, em parceria com as instituições ou órgãos responsáveis estadual ou municipalmente. Estes inventários iriam fazer parte de um banco dados sobre manifestações culturais que precisam da proteção oferecida pelo Instituto, agilizando, facilitando o acesso e o intercâmbio de informações.

Posteriormente, tem-se aquela que é vista como a mais importante na salvaguarda do patrimônio cultural: A Recomendação de Paris de 2003. Resultado da Conferência Geral da UNESCO, sendo denominada de Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, reconhece que a relação dos processos de globalização e de transformação social são uma via de mão dupla, onde por um lado tem-se condições que incentivam o diálogo, por outro tem-se o desaparecimento, destruição e falta de meios para a salvaguarda. O documento preza pelo respeito ao patrimônio cultural imaterial e seus respectivos usuários, além de promover pela cooperação, assistência internacional e a conscientização em escala local, nacional e internacional.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 2003, p. 2-3).

O Patrimônio Cultural Imaterial se manifesta, de acordo com a recomendação, em cinco categorias: tradições e expressões orais; expressões artísticas; celebrações, práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas, relacionados à natureza e ao universo; e técnicas artesanais tradicionais. Levando-se em consideração o que foi apresentado anteriormente, a Convenção tratou a salvaguarda através de medidas com a meta de permitir a viabilidade do patrimônio. Sendo estas medidas podendo ser a documentação, a identificação, a investigação, a proteção, a promoção, a valorização, e a transmissão por meio da educação formal e não-formal. Cada Estado Parte desta Convenção da UNESCO teria que se empenhar em três coisas: o reconhecimento, o respeito e a valorização em sociedade. Trazendo como exemplo os programas educativos e de capacitação dentro dos grupos envolvidos, as atividades de fortalecimento, gestão e pesquisa científica, além dos meios não-formais de transmissão do conhecimento.

Em comemoração aos 20 anos da I Carta de Fortaleza e aos 80 anos de criação do IPHAN, no ano de 2017 foi realizado o Seminário “Desafios para o Fortalecimento da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil” e teve como resultado a II Carta da Fortaleza. O objetivo do evento foi o de avaliar a aplicação do Decreto 3.551/2000 e o apoio da sociedade, da universidade e organizações de grupos sociais. Foi-se informado que nestes 17 anos de aplicabilidade do decreto-lei foram realizados: o Registro de 41 bens materiais; de 160 inventários concluídos; a somatória de mais de 500 atividades de fomento à salvaguarda; a realização de 75 projetos e 65 prêmios. Já a nível internacional, o Brasil participou duas vezes no Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, além da inclusão de: 05 bens na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade; 01 bem na Lista de Bens em Necessidade de Salvaguarda Urgente e duas ações na Lista de Boas Práticas de Salvaguarda.

[...] Aprimoramento dos sistemas para uma adequada gestão da informação relacionada à salvaguarda do patrimônio cultural, especialmente no que tange os dados referentes aos bens registrados, o monitoramento dos processos de salvaguarda, os inventários nacionais, cadastros, entre outros, com vistas à formação de rede de sistemas de informação e redes de instituições mantenedoras de acervos, favorecendo a ampliação do acesso de diferentes públicos à essas informações. (II CARTA DE FORTALEZA, 2017, p.5).

A carta traz a característica única da humanidade de exercer os processos de identidade, memória e a capacidade de dar valores e significados as coisas, por não ser algo imanente destas e sim algo que lhes é atribuído. O documento traz o princípio que as dimensões imateriais e materiais do Patrimônio Cultural partem de um ponto em comum, logo, precisa-se priorizar as

ações que tenham uma visão ou abordagem integrada das dimensões tangíveis e intangíveis deste patrimônio Levando em consideração que a sua salvaguarda é um processo contínuo de reconhecimento e valorização, promovendo condições para o protagonismo dos detentores do patrimônio e a autonomia das comunidades participantes, tornando-se necessário também o aprimoramento mostrado acima.

Nas cartas patrimoniais, pode-se perceber, principalmente, a presença de dois atores: o medo do desaparecimento; e os efeitos da globalização. O compartilhamento e trocas de informações entram como barreiras para salvaguardar o patrimônio destes males que muitas vezes são vistos pelas populações locais como inevitáveis.

1.5 Globalização e Patrimônio

De acordo com Logan (2001), a própria globalização econômica estava sendo seguida por uma globalização cultural. Aceitar ou tentar resistir a este impacto no âmbito local se tornou um problema crítico nas cidades contemporâneas e seus governos, especificamente na área da Ásia/Pacífico. “Para muitos ali é uma preocupação real que as culturas tradicionais irão colapsar por conta das pressões combinadas da comercialização e do materialismo.”³ (LOGAN, 2001, p. 51, tradução nossa). As cartas patrimoniais se tornam guias para proteger estas comunidades e seus devidos patrimônios, porém, esta salvaguarda acaba se tornando uma utopia. Cada país, cada região, e até mesmo cada grupo tem sua forma de proteger seu patrimônio, portanto, faz-se necessária sempre uma negociação; considerando a cadeia complexa que envolve um patrimônio, sua construção e seu reconhecimento, é preciso ter extremo cuidado ao decidir seus passos para a salvaguarda e por outro lado, isto não o faz menos necessário.

Logan (2001) comenta sobre a pena que seria ter a substituição da variedade de culturas locais vibrantes por algo mais brando e mundial. “O envolvimento das Nações Unidas e de suas agências e parceiros globais no auxílio e na cumplicidade da globalização foi baseado no espírito de boa vontade e otimismo que infundiu o modernismo do século XX.”⁴ (LOGAN, 2001, p. 52, tradução nossa), a própria UNESCO, para o autor, tem suas atividades associadas a uma imposição de um aspecto ‘comum’ nas culturas do mundo e suas políticas, procurando

³ [...] For many there is a real concern that traditional cultures will collapse under the combined pressures of commercialization and materialism. [...] (LOGAN, 2001, p. 51).

⁴ The involvement of the United Nations and its global agencies and partners in aiding and abetting globalization was based on the spirit of goodwill and optimism that infused twentieth-century modernism. [...] (LOGAN, 2001, p. 52).

criar uma uniformidade global através de um sistema de ‘bom comportamento’, porém esta associação é uma perversão do que usualmente propõe a UNESCO.

De acordo com Alivizatos (2008) o primeiro país a pedir medidas legais e administrativas sobre o Patrimônio Cultural Imaterial por parte da UNESCO foi a Bolívia em 1973, e que a organização usou as políticas Japonesas e Coreanas como guias e inspiração. “[...] Assim como, a organização internacional se depara com o desafio paradoxal de reconciliar sua visão universal, baseada no respeito e proteção dos direitos humanos, com as particularidades e pluralidades das diferentes culturas do mundo. [...]”⁵ (ALIVIZATOS, 2008, p. 47, tradução nossa). Para a autora, a visão de cultura demonstrada pela UNESCO é considerada ‘conservacionista’ apesar da divisão entre tangível e intangível; por outro lado, os debates acadêmicos puderam reconhecer diversos modos de transmissão cultural que vão além do visto como tradicional.

Já Yasuda (2010) coloca a globalização como uma representação simbólica da ideia eurocêntrica de arte, arquitetura etc., sendo algo para construir um valor universal através de um poder hegemônico. Para a autora o Patrimônio Mundial ou da Humanidade, dá a impressão de um ranking global de sítios naturais ou culturais, trazendo assim a problemática da politização ocorrida com o patrimônio e sua autenticidade e a resposta local de um patrimônio específico do Japão: Sacred Sites e Pilgrimage Routes in the Kii Mountain Range – Sítios Sagrados e Rotas de Peregrinos na Cordilheira da Montanha Kii (tradução nossa, 2020)- . A área de Kumano está ligada ao mito de criação do Japão, sendo rota de peregrinos para os templos/santuários, além de ser uma ligação com o passado do país e um patrimônio legitimado. Para ganhar a atenção dos turistas e das autoridades locais, os residentes do Kumano Kodo, pintaram mensagens contra o ICOMOS e contra a nomeação de Patrimônio da Humanidade. Além disto, de acordo com a autora, as autoridades começaram a utilizar o ‘global’ como método de lidar com conflitos e para o marketing, dando importância ao global e não ao local, apesar de ter suas vidas baseadas ‘localmente’.

Desde que Kumano Kodo recebeu o título de Patrimônio Mundial, os proprietários de florestas não são autorizados a cortar suas próprias árvores sem permissão. Como resultado, aqueles que cortam árvores e desbaste estão desempregados desde aquela época. É, por assim dizer, uma questão de vida ou morte para aqueles que se dedicam à silvicultura. [...] As autoridades locais estão orgulhosas de que seus locais autênticos tenham sido designados como Patrimônio Mundial. Eles costumam falar sobre o

⁵ As such, the international organisation is faced with the paradoxical challenge of reconciling its universalistic vision, rooted in the respect and protection of human rights, with the particularities and plurality of the world’s different cultures. (ALIVIZATOS, 2008, p. 47).

“mundo” ou o “global”. Para eles, “avaliado no mundo” é sinônimo de “avaliado pela sociedade ocidental” (YASUDA, 2010, p. 369-371, tradução nossa).⁶

Kumano Kodo e sua construção vai além da paisagem ou dos santuários, há todo um sistema de relações complexas construídas no intangível. O Patrimônio Cultural envolve tanto as pessoas que há gerações residem ali quanto o produto da relação destas com o espaço. O Japão é um dos países onde a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial já era regulamentada antes de Paris (2003). De acordo com Cang (2007) um dos primeiros exemplos de proteção de objetos antigos é um decreto imperial da era Meiji em 1871 e, depois do incêndio que destruiu os murais do Templo de Horyuji em Nara, a lei mais importante é a Lei de Proteção de Propriedade Cultural de 1950. Esta lei, como mostra o autor, já fazia a distinção entre o patrimônio material e imaterial. “Lidar com o ‘o quê’ no patrimônio cultural intangível já é bastante problemático, mas igualmente significativo no campo da pesquisa é o ‘quem’, como a pergunta acima questiona”⁷ (CANG, 2007, p. 49, tradução nossa).

O Brasil, assim como o Japão, possuía leis de proteção ao Patrimônio Cultural Imaterial anteriores a Recomendação de Paris (2003). Onde lidar com o ‘o quê’ é esta face do patrimônio e o ‘quem’ é representado são igualmente complicados no momento de salvaguardar o mesmo, como pode-se ler a seguir, onde expõe-se a caminhada brasileira no campo da salvaguarda deste tipo de patrimônio.

1.6 Políticas Patrimoniais Brasileiras e o Inventário Nacional De Referências Culturais (INRC)

Começando com o Decreto-Lei nº 25 de 1937 que tem como objetivo a organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, decretando que este são conjuntos de bens móveis e imóveis do país e que sua conservação é de interesse público. O decreto prevê a criação dos quatro livros de Tombamento: o do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o do Tombo Histórico; o do Tombo das Belas Artes; e o do Tombo das Artes Aplicadas.

⁶ Since Kumano Kodo was designated a World Heritage site, forest-owners have not been allowed to cut their own trees without permission. As a result, those cutting trees and thinning forests have been unemployed since that time. It is, as it were, a matter of life and death for those engaging in forestry. [...] The local authorities are proud that their authentic sites have been designated as World Heritage. They often speak about the “world” or the “global.” For them, “evaluated in the world” is synonymous with “evaluated by Western society.” (YASUDA, 2010, p. 369-371)

⁷ Dealing with the ‘what’ in intangible cultural heritage is already problematic enough, but equally significant in the research field is the ‘who’, as the question above asks. (CANG, 2007, p. 49)

O Decreto nº 80.978 de 1977 é uma proclamação relativa à Recomendação de Paris de 1972 e que põe a mesma em vigor na totalidade do território brasileiro. Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o artigo 24 dá a União, aos Estados e ao Distrito Federal a competência de legislar sobre a “[...] a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; [...] educação, cultura, ensino e desporto [...]” (BRASIL, 1988). O Art. 216 desta Constituição, define o patrimônio cultural brasileiro dividido em bens materiais ou imateriais que fazem referência à identidade e a memória dos grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Sendo responsabilidade tanto do poder público quanto da comunidade a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, através de inventários, registros, vigilâncias etc. Através da Lei, seria estabelecido incentivos devidos a produção e conhecimento sobre os bens e aos valores culturais.

A instituição do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) acontece em 1991 por meio da Lei Nº 8.313, com a finalidade de:

- I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;
- II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;
- III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;
- IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;
- V - salvaguardar a sobrevivência e florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;
- VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;
- VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;
- VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
- IX - priorizar o produto cultural originário do País (BRASIL, 1991, p.1).

Essas finalidades dadas ao PRONAC, procuravam garantir (BRASIL, 1991): “o incentivo da formação artística e cultural; o fomento da produção cultural e artística; a preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico; o estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais; e o apoio das atividades culturais e artísticas”. No artigo 25, desta lei, já se tem o reconhecimento dos projetos culturais que desenvolvessem “as formas de

expressão, os modos de criar e fazer, os processos de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, e os estudos e métodos de interpretação da realidade cultural [...]” (BRASIL, 1991) e que compreendessem os segmentos de diversos campos artísticos, envolvendo artes visuais, música, dança, teatro etc.; incluindo o folclore e o artesanato, além de reconhecer os acervos de bibliotecas, arquivos e museus.

Em 1998, há também o reconhecimento da importância destes espaços, através da Lei Nº 9.605/1998, na seção em que se apresenta os crimes contra o ordenamento urbano e o Patrimônio Cultural, onde será crime, de acordo com o Art. 62 da CF, a destruição, inutilização ou deterioração de “ [...] arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial [...]” (BRASIL, 1998). O Decreto-Lei Nº 3.551/2000 institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, criando os quatro Livros de Registro: dos Saberes; das Celebrações; das Formas de Expressão; e dos Lugares. Tendo como finalidade a continuidade do bem cultural e a sua relevância nacional para a memória e identidade, a revalidação do título de “Patrimônio Cultural do Brasil” será revalidada pelo IPHAN a cada dez anos, pelo menos.

Uma ferramenta bem utilizada na área da documentação, dentro do campo das Ciências Humanas, é o inventário, que para a documentação do patrimônio imaterial é algo imprescindível. Como é possível perceber pelas cartas e pelas leis mostradas acima, o inventário é a base para o registro da parte intangível do patrimônio cultural. Nogueira (2007, p. 259) mostra a importância da discussão sobre a necessidade de reconhecer os inventários (do patrimônio cultural) como instrumentos que identificam a diversidade cultural. Em uma população diversa tanto socialmente quanto culturalmente como a brasileira, os métodos de documentação e registro em âmbito nacional, principalmente, precisam ser sensíveis e maleáveis o suficiente, como traz Arantes (2009), prosseguindo com:

[...]O dilema da representatividade revela uma tensão inerente ao campo do patrimônio como um todo: de um lado, os valores atribuídos localmente a determinada prática cultural - de acordo com o que ela significa para seus guardiões e praticantes; de outro, os valores reconhecidos na arena da preservação. A complexidade da questão torna-se patente quando se leva em consideração que os contextos locais (incluindo-se os estratos socioculturais hegemônicos e minoritários) não são, de forma alguma, homogêneos e, conseqüentemente, um item cultural pode assumir - mesmo localmente - diversos significados. (ARANTES, 2009, p. 178).

O inventário como instrumento da salvaguarda, para o autor possui vários estágios, sendo um dos mais complexos o estágio da triagem; onde dentro dos bens culturais imateriais identificados são selecionadas as partes relevantes e as que não são, dentro de um âmbito social

e cultural. Utilizando como base a abordagem da Convenção, para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 trazida por Arantes (2009), a abordagem de inventário tem como objetivo proteger os próprios processos em que as culturas estão sendo produzidas, não apenas as materialidades e produtos físicos, mas as experiências sociais que os criam estes e os nutrem, dentro das formações sociais as quais estas culturas pertencem; dando foco também às interconexões entre as práticas e os recursos materiais, simbólicos e intelectuais do patrimônio, por conta disto, “Os resultados das ações de salvaguarda apresentam, por esta razão, sempre um alto grau de imprevisibilidade. Um ponto a ser considerado aqui é que memória social e patrimônio preservado não são sinônimos.” (ARANTES, 2009, p. 188). Além disto, Chuva (2014) aponta:

Os inventários do patrimônio cultural, por sua vez, são responsáveis por significativo material produzido em campo, cuja incorporação aos arquivos das instituições se dá com dificuldades. Na última década, com a implantação do Inventário Nacional de Referências Culturais, pelo IPHAN, têm sido realizados inventários de referências culturais em todo o país pelas agências de patrimônio cultural e por instituições e pesquisadores envolvidos com essa temática, que estão direta ou indiretamente ligados a essas agências. (CHUVA, 2014, p. 23).

Nascido a partir da Lei 3.551/2000 o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia específica desenvolvida e criada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). De acordo com Freire (2005), o propósito do INRC é o de coletar e reunir informações sobre um bem cultural através de pesquisas feitas por uma equipe de historiadores e antropólogos, tendo todo o conhecimento produzido através destas pesquisas disponíveis para o público por meio de banco de dados. “Então, a idéia que inspirou a criação do Registro e do INRC é de que o modo adequado de lidar com bens processuais, imateriais, é identificando, documentando e produzindo conhecimento sobre esses bens.” (FREIRE, 2005, p. 16). A autora faz a separação da metodologia do INRC em três partes que são ‘níveis sucessivos de aproximação’ e possuem complexidades crescentes: o levantamento preliminar; a identificação; e a documentação. De acordo com o até então ministro da cultura Gilberto Gil, a criação do Programa Nacional do Patrimônio Cultural através do decreto de 4 de agosto de 2000 teve como principal objetivo a ampliação do raio de proteção, de preservação e de valorização dos bens simbólicos do povo brasileiro (IPHAN, 2006, p. 7). Na mesma publicação feita pelo IPHAN, a então Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial Marcia Sant’Anna, traz que a noção de referência cultural por parte da política e instituições brasileiras implica em uma nova visão de conservação e gestão do patrimônio, onde torna-se essencial a participação das comunidades (IPHAN, 2006, p. 9-10).

O Círio de Nazaré do Pará, teve seu registro solicitado pela Arquidiocese de Belém, pela Diretoria de Festividades de Nazaré e pelas Obras Sociais da Paróquia de Nazaré, além de ter sido realizado no Livro das Celebrações pelo IPHAN em 2004. Como mostrado por Freire (2005) este foi o escolhido através do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para ter a aplicação experimental dos procedimentos que envolviam a categoria de celebrações.

A celebração acontece anualmente durante todo o mês de outubro no Estado do Pará, tendo sua origem no catolicismo e sendo uma das heranças da colonização portuguesa. Popularmente conhecido como o ‘Natal’ dos paraenses, em 2018, a principal procissão do Círio de Nazaré que ocorre em Belém (capital do Estado do Pará), no segundo domingo de outubro desde 1793, recebeu aproximadamente 2 milhões de fiéis nas ruas da cidade durante o percurso de 3,6 quilômetros de acordo com Paraense (2018) em matéria para o Estadão. “A festa é mais que um símbolo religioso no Estado: é uma congregação de cultura e tradição. Após a chegada da santa à Basílica Santuário, os devotos reúnem as famílias e amigos no tradicional almoço do Círio.” (PARAENSE, 2018, p. 01). Em Belém, a chamada quadra nazarena compila vários tipos de celebrações em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, no ano de 2018 foram 12 romarias oficiais (BASÍLICA, 2018). Além das celebrações feitas pela Arquidiocese em Belém, o paraense tem suas maneiras próprias de festejar o Círio, seja no âmbito familiar, social ou cultural. As celebrações fora do meio religioso usualmente recebem o título de profanas e o Círio de Belém possui três que são as mais conhecidas: o Arrastão do Boi Pavulagem no Círio; a Festa da Chiquita e o Auto do Círio.

Para algumas pessoas, estas celebrações são perversões da imaculada procissão original. “Deve-se entender os elementos do sagrado e do profano que marcam o Círio de Nazaré como fruto de uma relação e não como elementos opostos. A fronteira entre um e outro é, muitas vezes, quase imperceptível.” (IPHAN, 2004, p. 19). Nesta pesquisa, o foco é justamente o Auto do Círio, que recebeu o título de bem imaterial associado ao Círio de Nazaré pelo IPHAN em 2004. O cortejo foi criado em 1993 através de um Projeto de Extensão que envolvia professores do Núcleo de Artes (NuAr) da Universidade Federal do Pará. Inicialmente o objetivo do projeto era revitalizar o Centro Histórico e dar aos artistas a vivência do teatro de rua (AZEVEDO, 2017), idealizado pelo Professor Marco Ximenes e pelas professoras Zélia Amador de Deus e Margareth Refkalefsky. Nos seus primeiros anos de realização teve a direção do teatrólogo Amir Haddad, como a mostra a reportagem abaixo, ele que foi de grande importância para a participação do professor Miguel Santa Brígida nos anos após sua direção:

Teatro épico para promover o Círio

A oficina de teatro de rua, uma promoção do Núcleo de Artes, que trouxe a Belém, o principal diretor do gênero, Amir Haddad, chega ao fim. É fecha com uma apresentação gloriosa. É que hoje, a partir das 18 horas, a Cia. Gran Circo Teatral do Círio de Nazaré, mostra seu "Cenas de Selva e Cidade", fato que pretende marcar o primeiro ano de um "Círio Teatral", que o Núcleo de Artes quer realizar todos os anos, a partir de hoje.

Amir Haddad teve auxílio do sonoplasta Geraldo Torres, que trabalha com o diretor há mais de 5 anos, na confecção do trabalho. Durante dez dias, os atores, oriundos de grupos teatrais da cidade, trabalhavam exercícios de resistência, durante quatro horas por dia. Os exercícios eram compostos, basicamente, com dança de ritmos nacionais e regionais. É que Amir desenvolve uma técnica que tenta juntar o teatro à festa, tal qual fazem os grandes carnavalescos brasileiros. "Quero que meu teatro se transforme em festa", disse, em entrevista, logo que chegou à cidade.

E o Gran Circo é o grupo resultante desta oficina, que teve 150 participantes. A intenção de montar um espetáculo é a de resgatar o papel de fundamental importância que teve o teatro no Círio. É, portanto, uma redescoberta da memória da época dos vauvilles de Tavernard, que tanto fizeram sucesso, nas décadas de 20 e 30. Teatro esse que promovia a festa religiosa, abrilhantando o momento profano dessa festa.

"Cenas da Selva e da Cidade" será um cortejo, que começará no Largo do Carmo. O espetáculo, que terá concentração de uma hora, começará, efetivamente, às 19 horas, quando a procissão sai, a pé, pelas ruas Siqueira Mendes e Padre Champagnat, até à Praça do Relógio, quando termina às 21 horas. O percurso será iluminado e sonorizado para dar um melhor visual à peça.

No miolo, um auto religioso/profano, já que, segundo Amir, só o teatro pode unir as duas faces desta mesma moeda, que pretende relacionar misticamente a formação do mundo pela ótica das lendas amazônicas, além de trabalhar com material poético local. Junta João de Jesus Paes Loureiro com a lenda do guaraná, em um sincretismo que discute o sentido do Círio para a vida do paraense.

O espetáculo acontece em pontos, e suas cenas são épicas, ou seja, fecham em si mesmas, já que não se pretende formalmente tradicional. Mesmo aqueles que assistiam parcialmente terão compreensão da peça. "É um espetáculo aberto, baseado em manifestações populares. Então, em qualquer momento do trajeto, quem o assiste o compreende", finaliza.

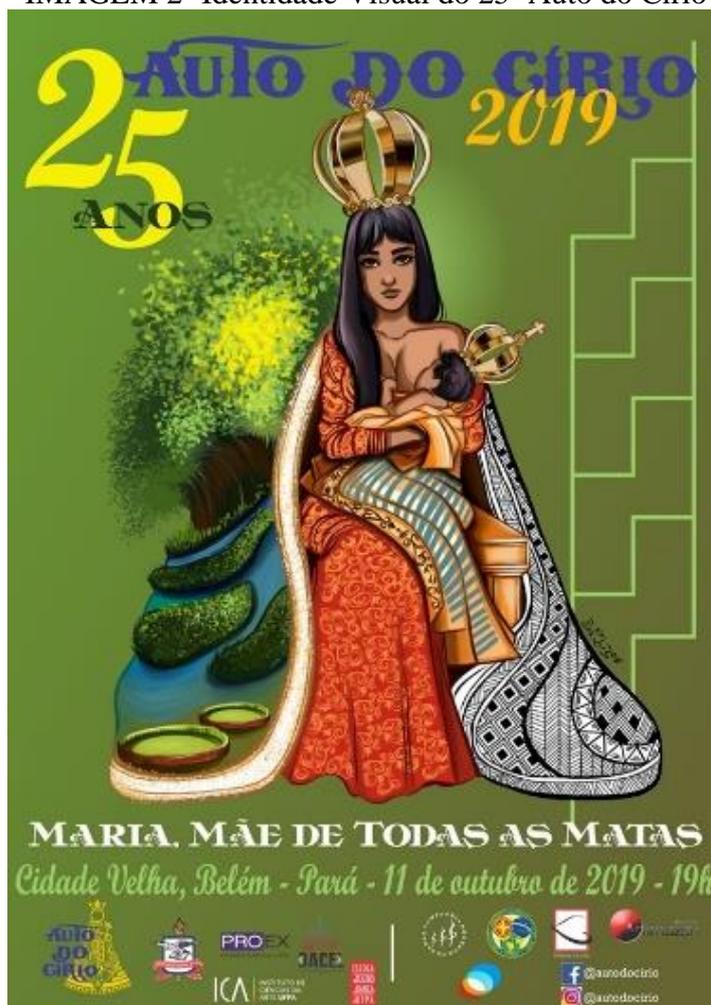


Amir Haddad leva às ruas a montagem "Cenas de Selva e

Fonte: Biblioteca Arthur Vianna/Fundação Cultural do Pará, (2018).

O Auto do Círio, teve incorporado ao seu cortejo em forma de Teatro de Rua aspectos de manifestações populares e do carnaval ao decorrer dos anos. Tendo um tema como peça central do desenvolvimento do espetáculo, o cortejo é montado por professores e alunos da UFPA e voluntários da comunidade (do Centro Histórico) principalmente. Todos estão ali para homenagear Nossa Sra. através da arte, mesmo que a arte não esteja presente no cotidiano dos que fazem parte do evento. Alguns dos temas que já percorreram pelas ruas da Cidade Velha junto aos seus devotos foram: Todos os Caminhos Levam a Ti, Senhora (2010); O Corpo e o Manto dos Artistas de Nazaré (2012); Maria de Todas as Flores (2013); Senhora de Todas as Artes (2014); Nossa Senhora, Quanta Luz! (2015); Belém de Nazaré 400 Anos de Fé (2016); a releitura do tema de 2009 em 2017 'Por uma Belém de Paz'; Diversidade do Amor (2018); e Maria, Mãe de Todas as Matas (2019). No ano de 2019, o Auto do Círio desenvolveu o tema: Maria, mãe de todas as matas. Todos os temas definem também a identidade visual do espetáculo no ano, como mostra a imagem abaixo, que traz um desenho digital feito pela artista Bia Lobo como imagem central.

IMAGEM 2- Identidade Visual do 25º Auto do Círio



Fonte: Acervo Digital Auto do Círio (2019).

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SEGUP), nos últimos três anos o público aproximado do espetáculo foi de 60.000 pessoas. O cortejo que acontece na sexta-feira que antecede a procissão do Círio de Nazaré em Belém, já é parte da agenda cultural do estado para o mês de outubro, além de movimentar o comércio local através de vendedores ambulantes que se acumulam durante todo o trajeto vendendo comidas e bebidas. A coordenação do Projeto de Extensão Auto do Círio, desde o ano de 2015, é do professor Msc. Tarik Coelho, que este ano assegurou a realização de mais um cortejo espetacular em formato de Teatro de Rua. Este ano, contou com os homenageados: Zélia Amador de Deus; Margareth Refkalefsky ; e Amir Haddad.

2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Patrimônio Cultural é reflexo do grupo social que lhe confere o sentimento de identificação, logo, é possível reconhecer e recolher traços deste grupo através de um patrimônio tangível ou intangível, sendo um dos papéis do Patrimônio Cultural atuar como mediador entre a comunidade/grupo e o pesquisador. A escolha de um patrimônio não é natural e incontestável, ela é uma construção, sendo uma negociação sem fim, democrática e participativa (na maioria dos casos, principalmente no patrimônio intangível). “No contexto da acessibilidade, os patrimônios materiais e mesmo os imateriais adquirem extrema força simbólica escolhidos por determinados grupos sociais, esses patrimônios tornam-se representações de tempos, espaços e acontecimentos específicos.” (CARVALHO, 2010, p. 11). Esta força simbólica traz em si partes destes grupos sociais, como mostrado anteriormente na pesquisa, o Patrimônio Cultural se torna parte constituinte da vida em sociedade, como um membro do corpo humano, ele está ali desde que o indivíduo se percebe dentro de um grupo.

2.1 Patrimônio, Informação e Cidadania

Há um trânsito infinito de informações. A cada escolha e descarte feita pelo grupo é possível extrair várias informações, considerando o que é importante para este grupo e o que não é, é possível reconstruir parte de sua identidade. “Fazemos parte de um “público”, se consumimos o patrimônio, ou de um “não público” se não o frequentamos.” (VARINE, 2013, p. 43, grifo do autor). Considerando que para as autoras Kobashi e Tálamo (2003), a informação é um bem simbólico que tem tanto sua elaboração quanto sua circulação no interior da linguagem, pode-se notar que o uso contínuo da informação como uma forma de comunicação não tangível, não irá esgotar. Além de ser um processo de troca onde se objetiva a construção de sentidos, de acordo com as pesquisadoras, leva-se em consideração a Teoria da Comunicação que possui a dimensão simbólica e heterogênea dos sujeitos e da cultura, dando foco também ao fluxo de relações que são produtos da informação tanto como bem imaterial ou simbólico, como mostrado a seguir pelas autoras:

Como bem imaterial ou simbólico, a informação projeta um fluxo de relações constantes: na produção, a relação entre o conteúdo registrado e a forma da informação; na disseminação, a relação entre os produtos informacionais e os segmentos de usuários; no acesso, as formas significantes compatíveis simultaneamente com a linguagem do sistema e a linguagem do usuário; na troca, a relação entre o capital cultural dos segmentos populacionais e a forma simbólica do estoque informacional e no uso, a relação entre a informação disponível socialmente e o conhecimento subjetivo dos segmentos sociais (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 19).

O uso contínuo e a construção de sentidos, requer uma apropriação da informação por parte do indivíduo/usuário. A busca pela informação, como traz Pieruccini (2007), ultrapassa as demarcações da pesquisa – seja ela informacional ou documentária - que procura respostas a um questionamento feito pelo pesquisador. Para a autora, em seu estudo de caso, a linguagem informacional é uma resultante do processo de interação dos elementos das linguagens documentárias, as ferramentas de recuperação da informação e a atuação de mediadores; porém, quando se considera um dispositivo informacional que é dialógico, extrapola-se o limite da organização e da recuperação, possibilitando um caráter modular e uma flexibilidade e comunicabilidade maior. A construção de uma linguagem documentária, no caso de uma mediação mais ‘social’, como a que envolve o Patrimônio Cultural, foge levemente do caminho traçado pelas linguagens documentárias clássicas para poder complementá-lo através da comunicação e do diálogo.

Os produtos documentários, ainda para Pieruccini (2007), são criados para atuarem como formas de comunicação entre um acervo e o usuário, e atuar no favorecimento do diálogo entre os sujeitos e uma ordem informacional (PIERUCCINI, 2007, p. 9). Souza e Crippa (2009) trouxeram três linhas de pesquisa que não tinham sido desenvolvidas de forma corrente pela Ciência da Informação, mas que eram promissoras: A relação entre patrimônio e o conceito de documento; os processos documentais e o cientista da informação; a mediação e apropriação cultural do patrimônio. Aqui nos focaremos na terceira linha de pesquisa, apesar de inevitavelmente transpassar pelas outras duas. O registro do patrimônio é um suporte das informações por ele representadas, e a mediação dessas informações usualmente é feita pela biblioteca e pelo museu em um ambiente institucionalizado, porém, o conceito de mediação possui tantas aplicabilidades que podem ser feitas de várias formas, inclusive fora de uma instituição e de maneira direta ou indireta.

O bem, independentemente de sua natureza material ou simbólica, define-se como um objeto – material ou imaterial – que responde pela satisfação das necessidades físicas e culturais do homem. Por isso os conjuntos de bens integram o sistema estruturado pelos seguintes elementos: produção, armazenamento, distribuição, acesso, troca e uso. (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 09).

As necessidades culturais do homem envolvem a produção do conhecimento, o compartilhamento de informações e laços sociais com sua comunidade ou ambiente, entre outros; um Patrimônio Cultural, por estar diretamente ligado ao sentimento de pertencimento e identidade, tem a capacidade de suprir grande parte destas necessidades. A salvaguarda de um patrimônio tem seu sentido através do reconhecimento da comunidade, sua relação com o sentimento de pertencimento desta e sua inclusão numa dinâmica sociocultural, como mostra

Pelegri (2008). Só o registro não é suficiente, a mediação é o intermédio necessário para que se incentive a busca à informação. “Se apenas o acesso à informação é insuficiente na contemporaneidade, devemos pensar instrumentos para que os indivíduos realmente consigam apropriar-se dos bens culturais.” (SOUZA; CRIPPA, 2009, p. 221).

No quadro interpretativo apresentado por Araújo (2012), a Ciência da Informação tem a capacidade de contribuir para analisar a dimensão propriamente informacional da mediação que é incentivada pela ação museológica, além da arquivística e biblioteconômica. “É aí que entra a CI, por meio do conceito de mediação, como campo fértil para promover o diálogo.” (ARAÚJO, 2012, p. 15). O autor considera que estas três áreas compartilham mais que uma dimensão informacional, elas partilham de dimensões: comunicativas, administrativas e educacionais; o que permite o maior diálogo entre todas por meio da Ciência da Informação.

A mediação da informação é um intermédio, uma interferência intencional no processo comunicativo, as instituições (museus, arquivos e bibliotecas) são espaços informativos já em seu cerne, são locais onde as pessoas procuram se informar de algo. Ela é “[...] um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93). Assim como o patrimônio, que também resulta da relação dos indivíduos com o mundo através de processos histórico-sociais e não é algo estático. O Patrimônio Cultural, principalmente o intangível, não tem como ser estático, ele é carregado pelos vivos e interpretado por eles. “A mediação da informação permite e exige concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 97).

Silva (2009) considera que o documento pode ser entendido como a informação que é acompanhado de um suporte, além de ter o surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação que deram a possibilidade para uma dinâmica inédita na comunicabilidade dos conteúdos/informações. Tornando possível para este conteúdo ou documentos a existência nos mais diversos suportes, pode-se então considerar que o Patrimônio Cultural é um documento, que apresenta informações acompanhado de um suporte para estas. Tendo o papel da mediação de um patrimônio como origem em diversos meios, os próprios meios digitais têm sido cada vez mais utilizados para complementar o acesso ao patrimônio, tal como a digitalização de exposições para a experiência 360° do *Google Arts & Culture*. Ferramentas que auxiliam no acesso e muitas vezes na própria salvaguarda patrimonial.

Os serviços de informação multiplicaram-se e complexificaram-se até se instalarem na internet e, aqui, a função mediadora de comunicação no espaço social e a função

mediadora institucional, com as estratégias comunicacionais específicas dos respectivos actores e agentes, não desapareceram, nem tendem, necessariamente, a desaparecer, mas podem transformar-se e coexistir com um emergente novo tipo de mediação – deslocalizada ou dispersa (na internet/redes conexas), institucional, colectiva, grupal, pessoal e até anónima, interactiva e colaborativa. Possíveis traços caracterizadores, entre os quais importa destacar a interação e os processos colaborativos, sociais, de participação cívica, espontânea e militante (SILVA, 2009, p. 91-92).

Para Rodrigues e Crippa (2011), um usuário — no caso, um leitor — busca informações que são importantes para este, esta pesquisa sendo movida a uma necessidade informacional. Essa necessidade pode ser explícita ou implícita, se consideramos também que é o papel do profissional da informação encontrar um caminho que facilite o acesso à informação, principalmente ao que ele pode achar importante através do que foi estabelecido previamente pelo documento, seja ele qual for. Um documento possui uma “oferta de sentidos” (CAPURRO, 2003; LARA, 2008; *apud* RODRIGUES; CRIPPA, 2011) que é apresentada ao usuário que irá fazer uma seleção destes sentidos com base em sua vivência social, formação e propósito, além de interagir diretamente com a informação através desta mesma base.

A forma que a informação é apresentada ao usuário pode ser feita de várias maneiras, tangíveis ou intangíveis/passivas ou diretas, assim como a apropriação desta informação será feita de forma única através do mundo de sentidos já construído pelo usuário; tanto a apresentação quanto a leitura podem tomar rumos que não são os esperados pelo profissional da informação. É através deste caminho que a mediação, usualmente está ligada a prática, ao contato direto com o usuário e a uma necessidade informacional que tem como objetivo a aproximação do usuário ao meio informacional prezando a comunicação e seu acesso. No caso do Patrimônio Cultural, essa aproximação do que podemos considerar como usuário que necessita deste tipo de mediação pode se dar através das vivências (deste em uma comunidade, participando do contexto social do patrimônio) ou da necessidade informacional (usualmente de alguém externo ao patrimônio, sendo esta distância física, social ou temporal).

Chuva (2014) coloca a diversidade tanto de setores quanto de problemas que envolvem a temática patrimonial como evidência de sua amplitude social, onde se tem como parte de um debate crucial temas como: cidadania e patrimônio cultural; e a ética na preservação cultural. Pelegrini (2007) afirma que um dos maiores impasses que precisam ser superados pela sociedade atual é justamente a tolerância à pluralidade e a digestão das diferenças. A lógica da pertença que envolve o patrimônio, para a autora, ilumina sua face como algo historicamente construído e que é parte do sentimento de pertencimento dos indivíduos em grupos sociais, sendo assim um suporte para a formação do cidadão. “Logo, o direito à memória e à preservação

do patrimônio cultural de distintos grupos constitui um exercício de cidadania importante para fundamentar as bases das transformações sociais necessárias para a coletividade” (PELEGRINI, 2007, p. 90).

Por sua vez, Tamaso (2012) chama a atenção para as associações imediatas entre patrimônio, povo e lugar; pois os patrimônios não são naturalmente referências identitárias ou herança cultural ou algum tipo de lugar de memória que é naturalmente preservado por um grupo. O patrimônio é construído através de vários processos de seleção e descarte, além de auxiliar na compreensão da construção da história e da memória, visão que é trazida também por Regina Abreu (2012), que considera que a memória não tem fim, sendo vista como um *loop* infinito de camadas onde nem tudo fica estacionado:

Desse modo, a ação patrimonial teve como marca fundamental a noção de que o objeto da preservação e da restauração não seria nunca um objeto total, mas uma seleção limitada e intencional. Ao selecionar um aspecto de memórias múltiplas e polissêmicas e ao concentrar os esforços para iluminar esse único aspecto, o movimento de patrimonialização seria também um movimento de apagamento. Desse modo, é preciso chamar a atenção para o fato de que, como ruínas, os bens tombados ocultam também diversas ocupações e usos sociais [...] (ABREU, 2012, p. 22).

A autora coloca as iniciativas de patrimonialização e musealização como novas construções de percepções e ressignificações que almejam o sentimento de dignidade social. Porém, para Brown (2012), o patrimônio inventariado, que é declarado um tesouro nacional e é salvaguardado pelo governo e seus representantes, perde muito da sua criatividade espontânea que lhe conferia significado inicialmente, visão esta que corrobora com a de Lixinski (2011) em que fazer o inventário implica mumificar o patrimônio. Mas o autor, por sua vez, enfatiza que durante a Convenção da UNESCO, que resultou na Recomendação de Paris de 2003, era notória a necessidade de garantir alguma forma de proteção legal para o Patrimônio Imaterial, o que era mais importante que alguns declínios que poderiam ocorrer, além de que esta proteção aumentaria o conhecimento sobre este patrimônio, podendo assim evitar seu desaparecimento total por falta de suporte.

2.2 Representação, Informação e Leitura

Para Hall (2016) a capacidade humana de compartilhar conhecimento, de poder se comunicar, de se fazer entender e de ser entendido parte de mapas conceituais semelhantes produzidos por seres sociais. Utilizando a linguagem como base para o seu estudo da representação, o autor apresenta que os atores sociais que fazem uso de sistemas conceituais e representacionais para fazer com que o seu mundo se torne compreensível e comunicável para outros, fazendo com que seja necessária a interpretação como um processo ativo, considerando

que como espectadores, o sentido captado nunca será exatamente o mesmo do que foi pensado pelo interlocutor: “O *leitor* é tão importante quanto o *autor* na produção do sentido.” (HALL, 2016, p.61).

Fujita (2004) traz que a leitura é um ato individual ao mesmo tempo que é um ato social, visto o processo de comunicação e interação que este ato proporciona entre o leitor e o autor do texto, tendo cada um destes atores um tipo de contexto baseado em objetivos diferentes em relação ao que será lido. “A atitude do leitor frente ao texto, anteriormente vista como recepção passiva de mensagens, passou a considerar o processamento mental de informação da compreensão e evoluiu para uma perspectiva de interação entre o leitor e o texto.” (FUJITA, 2004, p. 3). A autora coloca a leitura como parte de todo um processo comunicacional maior que ela, este ato de comunicação requer elementos como: emissor; receptor; canal; e feedback. Chamando a atenção também para a necessidade de suportes documentários – livros, fotos, memórias digitais, como exemplos dados pela própria autora - como parte essencial da durabilidade pretendida a comunicação humana.

Kobashi (2007) reconhece que a informação é participante de diversas estruturas de significação, o que cria a motivação para que se reflita sobre os métodos que elaboram linguagens diferentes para vários contextos e públicos. A autora assim coloca que sem as linguagens documentárias, não há comunicação ou fluxo de mensagens, pois o acesso à esta informação depende da linguagem para a intercomunicação entre o sistema e o usuário, tornando necessário que os fatores que determinam a construção das linguagens são basicamente: o porquê; o para quê; e o para quem. “Assim, se procura, de forma crescente, tornar a linguagem do sistema disponível também para o usuário, superando-se as práticas anteriores de limitar seu acesso apenas ao produtor da informação documentária.” (KOBASHI, 2007, p. 4).

De acordo com Fujita, Nardi e Santos (1998) o leitor estratégico é aquele que se utiliza de estratégias ascendentes, descendentes e que mantém o foco no objetivo da leitura. Para as autoras, a própria análise documentária é um tratamento documentário de conteúdo que possui a finalidade de elaborar representações condensadas do que está contido nos textos. Kobashi (2008) novamente traz que relação entre a produção de informação documentária e a sua recuperação pressupõe algo não recíproco: a visão que a recuperação não é algo factível sem não houver antes uma ação de tratamento. A autora coloca a análise documentária como uma área que responde pelo tratamento do conteúdo de textos dentro da Ciência da Informação, porém esta área não pode ser reduzida a proposição de regras perenes e passíveis de usos

universais, assim sendo, dentro da análise documentária há a permanente crítica dos seus próprios pressupostos, procedimentos e instrumentos, ao mesmo tempo que tem como base a reflexão e o trabalho empírico para a elaboração de novas hipóteses de trabalho que podem contribuir positivamente para o aperfeiçoamento dos processos e dos sistemas.

A informação documentária, assim produzida, tem, por definição, função de relevância. Ela deve, de um lado, promover a identificação de itens informacionais que respondam de modo pertinente a determinada questão do usuário e, de outro, embasar a tomada de decisão sobre a consulta ou não do documento original. Para cumprir adequadamente tais funções, a informação documentária deve ser elaborada por meio de metodologias que garantam a equivalência de sentido entre o texto-fonte e sua representação. É esse o objetivo central da análise documentária, que tem procurado responder às tarefas conceituais, metodológicas e pragmáticas, aqui enunciadas, pela apropriação e adaptação de conceitos e métodos das áreas que, como ela, lidam com a linguagem e os textos (KOBASHI, 2008, p. 49).

Para a elaboração de informações documentárias, de acordo com a autora, há um conjunto de operações que envolvem três fases: ler um texto; selecionar dele o conteúdo informacional considerado pertinente para determinados usos; e representá-lo, dando forma documentária as informações que foram selecionadas na etapa. “[...] Nesse sentido, a informação documentária é representação construída a partir de um objeto efetivamente presente, que o substitui para certas finalidades” (KOBASHI, 2008, p. 52). A pesquisadora afirma que se aceitarmos o princípio no qual o homem não entra em contato direto com as coisas, mas sim se apropria da realidade por meio de mediação entre estruturas conceituais e lógicas, é possível também afirmar que a própria geração dos produtos da análise documentária, ou seja, as representações documentárias, também, não escapa desta mediação.

Para Mendonça (2000), a ciência da informação tem o papel de investigar as propriedades e o comportamento da informação, além das forças que governam os fluxos e os meios de processar a informação, tendo como principal objetivo a sua organização, o seu armazenamento, a sua recuperação e a disseminação, explicitando assim a estreita ligação que se constrói com a linguística através da intermediação da análise documentária, que faz uso de métodos e processos para descrever o conteúdo de documentos. “[...]O objetivo da ciência da informação é estudar o tratamento e a transmissão da informação mediante procedimentos metodológicos de caráter científico.” (MENDONÇA, 2000, p. 57). A autora chama atenção para o caráter estratégico dado a informação na atualidade, transformando-se em um elemento que possui influência e poder na esfera do conhecimento humano.

[...] Quem se ocupar de como, quando, onde, por que a informação surge e quem a produz e qual seu fluxo e destino final também deverá se ocupar da linguagem das linguagens como meio de viabilizar o seu objeto de estudo, e esta é a tarefa da ciência da informação. [...] É no ato de conhecer (linguagem) e de representar (conteúdo) que a ciência da informação definirá o seu objeto de estudo – a informação-, e esta

informação não pode ser formulada sem uma linguagem dependente, porém própria (MENDONÇA, 2000, p. 65).

De forma similar, que Kobashi (2008) coloca a linguagem documentária como um código comutador composto por uma gama limitada de termos, tendo assim a leitura documentária como algo orientado para uma missão. A autora coloca a leitura documentária, como uma operação que hierarquiza e seleciona as informações constituintes de um texto, tendo assim a seleção das informações realizada através da distinção entre a informação essencial e a informação acessória. A leitura documentária se encontra dentro do campo da Organização da Informação, que de acordo com Kobashi e Santos (2011) envolve a organização e a recuperação como processos comunicacionais com diferentes atores, métodos, ferramentas e contextos. Assim o objetivo da leitura documentária é o de condensar textos e representa-los com a finalidade de inserir suas representações em sistemas que serão interrogados por usuários, tendo o indexador ou organizador como um leitor que interpreta o texto dentro de limites previamente impostos por coerções institucionais e o usuário como aquele que irá definir o uso do texto. “[...]Desse modo, a ideia de que um texto possa ser indexado tendo em vista o uso que o leitor dele fará é uma meta em princípio inalcançável. [...]” (KOBASHI; SANTOS, 2011, p. 135).

Bräscher e Café (2008), por sua vez, colocam que a informação em certo sentido é vislumbrada como uma possibilidade de transformação das estruturas do conhecimento, por esta razão o próprio conhecimento seria algo provisório e em permanente revisão. As autoras colocam que a organização da informação é um processo que envolve um processo descritivo físico e de conteúdo dos objetos informacionais, tendo como produto desse processo a própria representação da informação, sendo este produto um conjunto de elementos descritivos que tem como objetivo representar os atributos de um objeto informacional específico. Como consequência da organização do conhecimento visar a construção de modelos de mundo que se constituem em modos de abstrações da realidade, tem-se dois tipos de organização que produzem dois tipos distintos de representação: uma representação da informação e uma representação do conhecimento; a primeira sendo a representação de um objeto informacional obtida pelos processos de descrição física e de conteúdo e a outra como uma estrutura conceitual que representa modelos de mundo (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 6).

Levando em consideração a produção e leitura do sentido através da representação de signos, tem se também a pesquisa de Simionato (2017) que conceitua a representação como um conjunto de convenções tanto sintáticas quanto semânticas que com o objetivo de aperfeiçoar buscas, acesso e localização faz-se necessário os padrões que formalizam e adaptam a apresentação da informação ao usuário, assim considera que para uma recuperação eficiente e

eficaz da informação depende da criação de atributos específicos ou da atribuição adequada dos valores que são representativos. Redigolo e Fujita (2015) trazem a leitura como uma ação ou prática individual, argumentando sobre o papel da leitura de índole profissional feita especificamente por um catalogador e esta leitura como um tipo de mediação da informação, considerando que esta mediação pode ser reconhecida como parte da maioria das atividades que são realizadas por um profissional da informação, podendo esta mediação direta ou indireta. “Partindo dessa premissa determina-se que quanto melhor é realizada a leitura e representação do conteúdo dos documentos, mais concreta será a representação e refletirá em uma maior precisão na busca e na recuperação da informação pelos usuários.” (REDIGOLO; FUJITA, 2015, p.367).

Já Woodward (2014) apresenta que as práticas de significação e os sistemas simbólicos fazem parte da representação, sendo através dos sentidos que são tirados destas representações que o ser humano dá sentido a experiência deste e aquilo que este é. Considerando a complexidade da vida contemporânea, é preciso assumir várias identidades que em algum momento podem entrar em conflito, quando temos a exigência de uma identidade interferindo com exigência de outras identidades. Estas identidades usualmente são definidas no meio social e de convivência humano, dentro do campo cultural onde tem se a demarcação de diferenças.

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto de diferença: a identidade *depende* da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios*. (WOODWARD, 2014, p. 40).

A autora utiliza a religião como um exemplo do funcionamento de como os processos simbólicos funcionam, trazendo que não há algo que é essencialmente “sagrado” em coisas, tanto os artefatos quanto as ideias são apenas sagrados, pois, são simbolizados e representados como tal. Assim temos um sistema simbólico que classifica as coisas como sagradas ou, em oposição, como profanas. “Cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados.” (WOODWARD, 2014, p. 42).

Ramos (2018) ao tratar do sagrado na Amazônia põe um elemento de devoção muito importante: o papel de Maria como uma corredentora. Para o autor, Maria, junto a Jesus, é invocada em momentos de agonia e perigo, sendo uma prática popular de Portugal que foi trazida nas terras Paraense, enraizando-se no imaginário coletivo. “Os frutos da evangelização,

certamente, não foram aqueles esperados pelos missionários, por que, em Belém, ganhou vida um catolicismo popular que conjugara elementos das religiões que se encontraram.” (RAMOS, 2018, p. 79). O pesquisador então traz o panorama de religiosidade popular como algo importante, pois explicita as diferentes formas deste tipo de religiosidade e traz a luz o preconceito das elites quanto a ela; ele coloca então Maria como o símbolo mais importante da religiosidade do caboclo amazônico, onde a devoção mariana encontra um espaço para tomar parte do território de imaginário e de catalisadores da cultura, religião e das relações sociais. “A importância do símbolo, enquanto expressão de algo que está gravado no inconsciente, é uma importante chave de interpretação do fenômeno religioso.” (RAMOS, 2018, p. 118).

A importância de trazer a esta pesquisa o panorama religioso que envolve tanto o Círio de Nazaré em Belém quanto o Auto do Círio como celebrações, vai além de apenas explicar o papel da religião e de Maria dentro destes. A religiosidade envolve vários processos simbólicos que em seu cerne são sociais e classificatórios, assim envolvendo uma gama de processos de inclusão e exclusão de características representativas e de informações, tanto produzidas quanto reproduzidas. Podendo ser relacionado aos processos aplicados ao próprio Patrimônio Cultural e sua criação, onde há vários exemplos destes processos, principalmente aqueles que envolvem a mediação.

2.3 Mediações do fluxo da informação

Considerando que a mediação é uma ação de interferência intencional durante o desenvolvimento de um Patrimônio Cultural até o registro feito através do INRC, é possível identificar agentes diferentes que são responsáveis por várias ações de mediação, inclusive mediação da informação, sendo esta um dos focos da presente pesquisa. Primeiramente, temos um grupo social que seleciona em uma gama de significados sociais características que os identificam mais que outras e que os separam das outras pessoas da sociedade, tendo assim a primeira ação de mediação: a escolha de características que melhor identificam um grupo entre várias outras características, ocasionando em processos que envolvem seleção e exclusão. A partir das características selecionadas, cria-se um segundo grupo de significados específicos daquele grupo social e é deste que os representantes ou a maioria irão fazer um segundo processo de seleção para criar-se um Patrimônio Cultural. Este Patrimônio Cultural tem em si imposta a representação das informações selecionadas do grupo social, sejam estas explícitas ou implícitas. Um patrimônio é uma representação tanto para pessoas dentro do grupo quanto pessoas de fora, a leitura que cada um irá fazer deste que é única ao leitor.

Lembrando sempre que o Patrimônio Cultural, principalmente sua face Imaterial, é uma ambiência de luta e poder, como mostrado anteriormente. Os processos aqui tratados estão simplificados para a explicitação de um fluxo de informações que envolvem o INRC. Assim sendo, temos uma terceira ação de mediação. Quando se é decidido fazer a solicitação do registro do patrimônio, novamente temos a exclusão e a inclusão de informações. Durante o levantamento preliminar esta ação é realizada tanto pelos profissionais responsáveis pelo registro quanto pelos representantes que os fornecem registros audiovisuais, bibliográficos, etc. A quarta ação, feita especificamente pelos profissionais responsáveis pelo registro (sejam eles da equipe do IPHAN ou não), define as informações do levantamento preliminar que farão parte do registro oficial do Patrimônio Cultural no INRC nas etapas de Identificação e de Documentação. O resultado de todas estas ações será a representação deste patrimônio no INRC como resultante dos processos de seleção e exclusão das informações sobre o Patrimônio Cultural. A síntese dos processos de mediação das informações que representam este patrimônio encontra-se a seguir.

IMAGEM 3 - As mediações feitas no fluxo da informação envolvendo o patrimônio



Fonte: Elaborado pela autora, (2020).

Levando em consideração estas ações de mediação que o fluxo de informações sofre pelos agentes envolvidos com o Patrimônio Cultural Imaterial, seja direto ou indireto, durante a realização de um registro torna-se possível analisar este instrumento através de uma abordagem exploratória nos documentos produzidos pelo processo de registro do Círio de Nazaré em Belém realizado pelo IPHAN em 2004, tendo como foco apenas um recorte dos vários bens registrados como parte deste registro: a representação do espetáculo Auto do Círio.

2.4 Interlocutores metodológicos

Indo de acordo com as considerações de Freixo (2012) sobre o procedimento metodológico de um estudo de caso, que através de um alcance analítico, é preciso interrogar-se uma situação e confrontá-la com situações anteriormente conhecidas podendo assim originar novas questões, determinando novos dados que podem ser apropriados a uma compilação e ao tratamento dado a estes dados após o seu reconhecimento.

Morais (2016) coloca que o IPHAN levou cerca de seis décadas para incorporar efetivamente o Patrimônio Imaterial às diretrizes da instituição, o que foi realizado através da elaboração e aplicação do INRC em seus projetos de registro. Sendo o INRC realizado em três etapas: Levantamento Preliminar, Identificação e Documentação, a autora aponta para a complexidade e a extrema especificidade do método que foi tornado alvo de críticas por vários pesquisadores que expressam dificuldade na adaptação da descrição das práticas culturais investigadas por eles para os limites das fichas. “Algumas dessas críticas referem-se à limitação que o instrumento colocaria aos pesquisadores ao descreverem dinâmicas culturais tão complexas nos espaços “encapsulantes” das fichas do Inventários.” (MORAIS, 2016, p. 8). Apesar de Moraes (2016) discordar das visões destes pesquisadores, ela não as invalida, apoiando o viés antropológico prático do inventário perante o Patrimônio Cultural, colocando a importância da reflexão para proposição e desenvolvimento do inventário de forma a minimizar as dificuldades apontadas.

No guia do INRC (IPHAN, 2000) os procedimentos que envolvem esta metodologia de pesquisa ao ser desenvolvida precisam ser simples, diretos, claros e completos, tentando ao máximo prever aquelas que podem se tornar as principais variantes nas condições da pesquisa, reduzindo a margem de dúvida e decisão ao qual o pesquisador de campo poderá encontrar. “O uso desses procedimentos metodológicos, como instrumento de ação institucional, produzirá informações que, espera-se, realimentarão as políticas de patrimônio.” (IPHAN, 2000, p. 27). É justamente neste ponto que se torna imprescindível o estudo do fluxo de informação nas etapas que envolvem o INRC, indo desde as informações disponibilizadas à equipe institucional durante o levantamento preliminar até a recuperação destas informações após a última fase da aplicabilidade do instrumento que é a produção dos produtos que irão ser o resultado da documentação e da disseminação do patrimônio através do IPHAN.

Assim sendo e tendo em vista a melhor sistematização dos processos a serem seguidos nesta pesquisa, esta foi separada em cinco fases:

2.4.1 1ª fase: Representação do Auto do Círio no Dossiê-Círio (produto do INRC)

Com o propósito de identificar no texto sobre o Auto do Círio, elaborado e publicado pelo IPHAN após a realização do Registro do Círio de Nazaré, a representação que o leitor passa a ter do espetáculo após a leitura. Procurando estabelecer uma conexão comparativa entre a representação que a leitura do texto proporciona as pessoas e as informações documentais que foram coletadas e dadas a equipe interdisciplinada do IPHAN. Os participantes desta parte da pesquisa são preferencialmente pessoas que não participaram ativamente do Auto do Círio e utilizando a plataforma *Google Forms*, onde o processo de elaboração de um questionário é simplificado, mais visual e intuitivo, além de ter uma abrangência maior por ser disponibilizado *online*. A coleta das respostas será apenas durante um prazo pré-definido no início da pesquisa, para que se possa fazer o comparativo com o que será encontrado nos documentos da instituição.

O questionário foi elaborado da maneira mais simples possível, pedindo para quem fosse responder para dar algumas informações básicas como: escolaridade; se mora em Belém; e se já participou do Auto do Círio. Depois lhe era apresentado o texto presente na página número 57 do Dossiê Círio (livro lançado em 2006 como resultado do INRC – Círio pelo IPHAN), que faz menção ao Auto do Círio (Imagem 4).

Após a leitura, o participante deve escrever de três a cinco palavras ou termos que a partir da sua interpretação do texto acima representam melhor o Auto do Círio. Os termos/ palavras serão utilizados como guia para as fases posteriores. Caso ocorra a repetição de termos similares, para a simplificação dos processos desta pesquisa, haverá a separação destes similares seguindo a tabela de áreas de conhecimento disponibilizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com equivalência às definições dadas pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para esta mesma tabela.

De acordo com a CAPES, a classificação em áreas do conhecimento tem finalidade prática, que objetiva uma maneira mais ágil de agregar e sistematizar informações. Esta tabela foi construída pelo CNPq, pela CAPES, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento Industrial (SDI/MD), pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) e pela

Secretaria de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, de acordo com o documento⁸ disponível no site da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Para a presente pesquisa, será utilizado as Grandes Áreas, conceito que a CAPES apresenta como uma aglomeração das diversas áreas do conhecimento levando em consideração a afinidade de objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais que refletem sobre contextos específicos. A partir deste conceito e dos conceitos de Área (conjunto de conhecimentos inter-relacionados que são construídos e reunidos coletivamente de acordo com a natureza do objeto investigado) e de Subárea (é a segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo especificamente e dos procedimentos metodológicos reconhecidos e utilizados), também apresentados pela CAPES, será realizada uma análise comparativa das grandes áreas, áreas e subáreas da tabela e suas equivalências com os termos coletados na pesquisa, através de uma procura superficial em seus significados, dentro e fora das áreas do conhecimento.

2.4.2 2ª fase: Identificação documental do INRC Círio

Nesta fase, o foco serão os documentos que são parte de todo o processo do INRC – Círio de 2004. Estes estão arquivados na biblioteca da Superintendência do IPHAN no Pará, estando disponíveis para pesquisa e consulta através de solicitação na própria instituição. O objetivo desta fase é fazer um arrolamento ou um inventário simplificado dos documentos que constituem o processo de registro do Círio de Nazaré de Belém do Pará, de modo a possibilitar uma visão geral da construção e da base documental utilizada pela equipe interdisciplinar do IPHAN para a aplicabilidade do INRC, tendo como foco as fichas, questionários e anexos do processo de inventário. Apesar do foco específico nestes tipos de documentos, ter uma variedade de outros documentos não será impedimento ou ignorado durante a pesquisa, estes serão colocados também pelo processo de identificação e arrolamento, como constituintes da dinâmica documental do Registro.

2.4.3 3ª fase: Identificação documental do Auto do Círio dentro do INRC

Esta fase acontecerá paralelamente a fase anterior, considerando que a partir deste ponto, o foco serão as informações específicas sobre o Auto do Círio e em que parte dentro do processo desenvolvido pela equipe do IPHAN em 2004 estas se encontram, tendo como foco os mesmos

⁸ CAPES. Tabela de Áreas do Conhecimento. Acesso em: 10/03/2020. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/pibic/images/repositorio/pdfs/areas_de_conhecimento_capes.pdf>

documentos da fase anterior. Tendo enfoques diferentes para o conteúdo de cada documento, colocando-os no papel de resultantes de processos de escolhas – feitas ou não pela equipe do IPHAN -, sendo estes processos resultados de tensões ou estratégias de poder como é comum no âmbito Patrimonial e identitário de um grupo social, através da criação, exclusão e registro de informações.

O panorama dos documentos que são parte do processo do INRC não seguirá uma sequência cronológica, e sim a ordem criada pela documentação dos documentos feita pelo próprio IPHAN. Tendo esta metodologia adotada com o objetivo de explorar o papel destes documentos dentro do processo e para se realizar a comparação entre o número de documentos que tratam sobre o Círio de Nazaré e os que especificamente são sobre o Auto do Círio, considerando que estes foram parte importante para a produção do texto do Dossiê Círio, além disto, leva-se em consideração o vocabulário identificado na primeira fase para avaliar quais termos aparecem em ambos os documentos, podendo através destes analisar a recuperação da informação originalmente pretendida a ser apresentada pelos representantes do bem cultural.

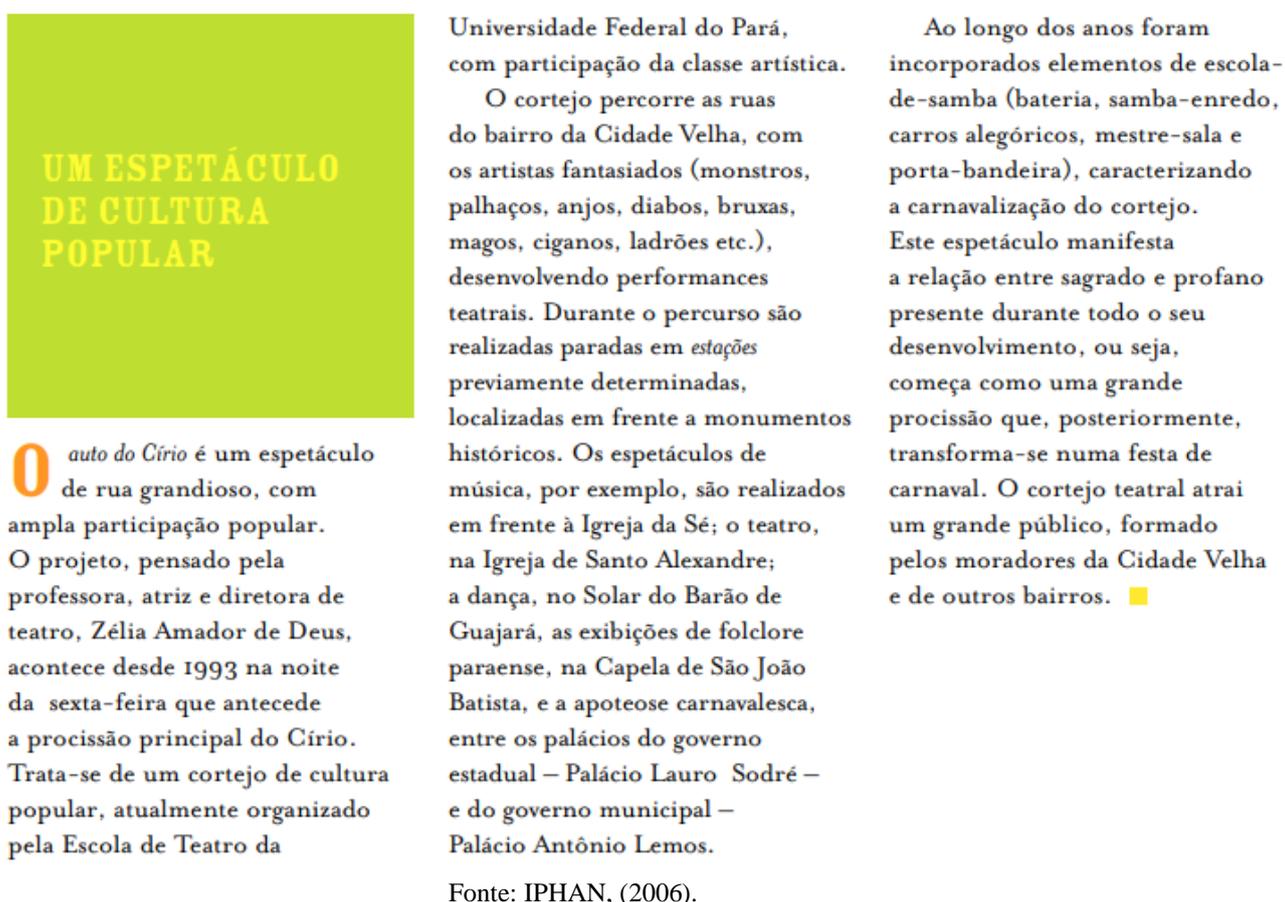
2.4.4 4ª fase: Identificação das informações obtidas na fase anterior

Levando em consideração as informações, documentos, termos e palavras das fases completadas anteriormente, esta parte do trabalho trata sobre a organização de todos estes de forma sistemática para dar prosseguimento a análise e a conclusão da pesquisa.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Durante a primeira fase desta pesquisa, o total de questionários respondidos foi de 34, sendo que 33 destes foram selecionados e analisados. Um questionário foi descartado por não cumprir o que foi pedido, assim como algumas respostas de outros questionários, sendo as mesmas mostradas na Tabela 02. As instruções dadas eram as para o leitor após a leitura do texto apresentado (Imagem 04), escrever de três a cinco termos ou palavras que em seu entendimento representa o Auto do Círio a partir do texto disponibilizado pelo IPHAN.

IMAGEM 4 - Página 57 do Dossiê Círio



O primeiro quadro apresentado a seguir tem como objetivo identificar de forma simples o público participante da pesquisa, tendo em consideração escolaridade, onde vive e se já participou do Auto do Círio de alguma forma. E a partir da coleta das respostas dos questionários, foram obtidos os seguintes dados:

QUADRO 1 - Perguntas norteadoras

Perguntas	Resposta	Quantidade
Qual a sua escolaridade?	Ensino Fundamental	0
	Ensino Médio	0
	Graduação	23
	Pós-graduação	10
Você mora em Belém?	Sim	14
	Não	19
Você já participou do Auto do Círio?	Sim	9
	Não	24

Fonte: Elaborado pela autora, (2020).

Através dos dados pode-se perceber que a maior parte dos participantes são alunos de graduação ou pessoas já graduadas, que em grande parte não vivem em Belém e que não participam do Auto do Círio. Assim, é possível afirmar que a pesquisa conseguiu atingir pessoas que não possuem o contato direto com a própria celebração do Círio. Então, as respostas dadas por estas pessoas possuem contextos culturais que podem divergir muito da visão dada por belenense, por exemplo, alguém que convive com o Círio desde seu nascimento. O que pode ter influência direta também na sua visão sobre o Auto do Círio pelo seu contato aos conceitos do Círio como uma festa religiosa, santificada e ainda assim popular, e outras festas do mesmo período que são consideradas profanas. Tendo muitos na capital paraense familiarizados com a dualidade sagrado e profano que envolve o Círio, algo que é repassado de geração em geração, pelos meios comunicação e por outras várias formas, porém de forma rasa e direta como dos conceitos ‘certo’ e ‘errado’. O que, por sua vez, ocasiona várias visões equivocadas e até preconceituosas sobre o que de fato são as ‘profanidades’ e as ‘festas profanas’ na celebração durante o mês de outubro. O que é perceptível em algumas das respostas a seguir:

QUADRO 2 - Respostas rejeitadas

Respostas Rejeitadas
Movimenta o Centro Histórico
Intervenção de uma festa que não representa o Pará
Percorre a rua das Cidade Velha
Antecede a principal procissão do círio
Espectáculo de rua grandioso
A meu ver a religiosidade tem que ser separada da materialidade, a luz das trevas, o bem do mal.
Mistura de bem e mal, representado por anjos, diabos, bruxas
Ou é carnaval (carne) ou é círio (espírito), não vajo razão do Auto do “Círio” ser misturados a festas profanas
Seria bom fazer um levantamento do público deste cortejo teatral, o que pensam dessa mistura: profano e religioso

Trata-se de um espetáculo de “rua”, onde pessoas que participam dele, pela festividade e alegria, não devem gostar de participar do círio, por isso que vão ao Auto.

Fonte: Elaborado pela autora, (2020).

Embora estas dez respostas sejam descartadas dos gráficos que contabilizam o processo das restantes, estas descartadas foram rejeitadas por não se encaixarem no objetivo direto desta pesquisa. Porém considera-se aqui que todo depoimento sobre um patrimônio é válido seja de um público ou de um não-público, como trazido por Varine (2013), então elas não deixam de ser válidas para a análise do Auto do Círio dentro do campo do Patrimônio Cultural Imaterial. Além de ser importante salientar que este tipo de visão existe dentro da celebração do Círio de Nazaré. Visto a importância de se dissolver as fronteiras dúbias criadas pelos preconceitos tidos na dualidade ‘profano’ e ‘sagrado’ e tentando mostrar que estas fronteiras estão mais para afluentes de um mesmo rio. Considerando principalmente a visão de Eliade (1992) que aponta que estes dois termos são constituintes de duas modalidades de ‘ser no Mundo’, ou seja, de duas formas existenciais que são assumidas pelo homem durante sua história, assim como quando há um espaço sagrado, este ganha o sentido de algo ‘forte’ e significativo, enquanto os espaços não-sagrados passam a ter o significado de algo conseqüentemente sem estrutura ou consistência.

O autor traz também como exemplo dessa dualidade uma igreja parte de uma cidade moderna, onde para um membro parte da igreja, ela se encontra num espaço diferente da rua onde está, sendo a porta uma fronteira ou limiar que ao mesmo tempo que separa indica a existência de dois modos de ser: o profano e o sagrado. “O limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distinguem e opõem dois mundos – e o lugar paradoxal onde esses dois mundos se comunicam, onde se pode efetuar a passagem do mundo profano para o mundo sagrado.” (ELIADE, 1992, p. 29). Por estas razões, estas respostas descartadas (mas não totalmente) estão sendo mostradas na presente pesquisa.

A importância também de ter-se participantes de fora dos limites regionais da influência de certo patrimônio é a questão da familiaridade ou reconhecimento, que como este conceito está envolto com o de identidade e pertencimento, é comum que se reconheça traços de algum patrimônio regional com um patrimônio que inicialmente não se faça relação direta, adaptando o patrimônio externo a visão e um contexto interno. Como nesta pesquisa foi o aparecimento do termo *papangu*, que é um termo regional, porém não da região norte do Brasil. É um termo específico ao estado de Pernambuco, usualmente relacionado aos mascarados no carnaval e que de acordo com Lima (2017) o papangu utilizava uma máscara com coité (cuia de fruto), que era

de uso comum aos indígenas e africanos, e é um personagem criado e perpetuado por gerações através da tradição oral e que seguia uma regra: “ A regra básica era que ninguém, jamais poderia descobrir quem está por trás das vestes e da máscara, preservando assim a identidade do mascarado. ” (LIMA, 2017, p. 36).

Indo adiante dos casos excepcionais mostrados acima, tem-se o total de 64 termos/palavras dados pelos participantes no quais, devido à grande quantidade de termos, a primeira parte foi a de fazer a listagem (Apêndice A) com todos os termos/palavras preenchidos e o número de aparições de cada um nos questionários. E após isto, fazer a separação seguindo a tabela de áreas do conhecimento identificadas pelo CNPq, mencionada anteriormente, onde foram escolhidas duas áreas: Artes (parte da Grande Área: Linguística, Letras e Artes) e Ciências Humanas (Grande Área que envolve Filosofia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política e Teologia), como mostrado no Quadro 3. E apesar desta separação, não é ignorado o caráter interdisciplinar das áreas, principalmente, as que envolvem as áreas culturais, artísticas, patrimoniais e informacionais.

QUADRO 3 - Respostas Categorizadas

Grande Área	Termo
Artes	Espetáculo, Performances, Performance
	Arte, Artes, Importância Artística
	Carnaval
	Intervenção
	Cortejo, Cortejo Popular
	Projeto Popular, Popular
	Criatividade
	Ressignificação, Representatividade
	Expressão da Cultura Popular, Expressão na Arte
	Movimento
	Música
	Festejo, Festa, Festa Popular
	Manifestação, Papangu
	Teatro, Teatral
Show	
Ciências Humanas	Cultura, Cultura Popular, Cultural, Participação da população
	Tradição
	Diversidade
	Religiosidade, Religião, Fé, Sagrado, Procissão, Profano, Devoção, Religioso

	Banalização da Religião
	Patrimônio
	Conjunto, Povo, União
	Festividade, Festa, Festa Popular, Celebração, Comemoração, Festa Diversificada
	Crenças
	Público
	Resistência
	História, Memória
	Inclusão
Termos que não se encaixam nas duas grandes áreas, mas em outros campos de conhecimento	Inovação
	Interessante
	Rua
	Educação
	Lazer, Entretenimento
	Paraense

Fonte: Elaborado pela autora, (2020).

Um reflexo da leitura de um texto quando se é pedido para responder algo sobre ele logo após é o aparecimento de palavras repetidas que estão presentes na sua composição. Este reflexo aparece também no texto trabalhado nesta fase da pesquisa, como no uso das palavras: espetáculo, popular, cortejo, cultura, performance, teatro, carnaval, sagrado e profano. Por outro lado, também, temos o aparecimento de termos como tradição, ressignificação, show, entretenimento, inovação, lazer, etc. que não são colocados diretamente no texto, logo, pode-se afirmar que ou o leitor já pode ter participado do Auto do Círio ou ouvido falar, ou, também, que o conteúdo do texto ligou-se a algum contexto pessoal ou profissional presente na realidade deste leitor que o fez expressar-se na pesquisa através destes termos. Levando em consideração a visão de leitura utilizada por Redigolo e Fujita (2015), onde esta é uma prática individual, necessária e comumente utilizada principalmente nos meios profissionais.

As autoras argumentam sobre o papel da leitura profissional feita por um catalogador e o papel desta leitura como mediadora da informação, colocando que tanto na leitura comum quanto na profissional, em essência, o leitor faz uso de representações mentais que são ligadas ao conhecimento próprio prévio linguístico, social e de representação. “Nesta situação, a leitura comum difere-se da leitura profissional, pois esta última é uma leitura objetivada para um fim [...]” (REDIGOLO; FUJITA, 2015, p. 357). Esta leitura objetivada é realizada na presente pesquisa nas etapas a seguir, levando-se a visão das autoras, no qual a mediação da informação é encontrada em quase todas as atividades realizadas por um profissional da informação, podendo ser direta ou indireta, indo desde um processamento da informação até a disseminação

da mesma, considerando que é a partir da leitura técnica que acontece primeiramente a recuperação da informação.

Considerando esta fase de leitura técnica, pode-se prosseguir para a etapa seguinte da pesquisa. Focando diretamente nos documentos produzidos pela equipe multidisciplinar do IPHAN durante o registro do Círio e a produção do INRC Círio de 2004. Estes documentos estão disponíveis para pesquisa no arquivo da Superintendência do IPHAN no Pará mediante autorização prévia e marcação de data. De acordo com um funcionário da biblioteca, o arquivo está passando por atualização, tanto no sistema de identificação quanto no de guarda do acervo, logo a organização das caixas e suas identificações deixarão de ser utilizadas e serão substituídas por versões mais atualizadas.

IMAGEM 5 - Caixas arquivo do IPHAN/PA



Fonte: Acervo próprio, (2020).

Na imagem acima, mostra-se as primeiras caixas no qual julgou-se abrigar conteúdo com relevância para o foco da presente pesquisa e considerando a lista fornecida pelo arquivo. As caixas seguem uma numeração própria do arquivo e possuem em sua maioria conteúdo fotográfico, que em grande parte já se encontram acondicionados em suportes para manuseio e guarda (IMAGEM 06).

IMAGEM 6 - Fotografias acondicionadas



Fonte: Acervo próprio, (2020).

Um bom acondicionamento de documentos, sejam eles quais forem, garante que estes possam estar disponíveis para pesquisa por mais tempo e através da digitalização estes documentos muitas vezes não precisam ter contato direto com o pesquisador ou usuário de arquivo/biblioteca/museu. Durante a pesquisa, não foi deixado claro se todos os documentos passarão por digitalização ou se já passaram e os arquivos estão em processamento, o que seria importante para o compartilhamento destes documentos. Por outro lado, através de solicitação a equipe do arquivo do IPHAN/PA e da biblioteca Ernesto Cruz disponibilizam a digitalização, desde que haja autorização para tal e a espera de alguns dias úteis, dependendo da demanda da instituição.

Nas caixas mencionadas acima, foram encontradas fotografias do Auto do Círio. Algumas identificadas como pertencentes ao acervo do Museu do Círio e com reprodução de Miguel Chikaoka, outras sem identificação podem ser identificadas como sendo do espetáculo Auto do Círio por fotografias similares do espetáculo realizado no ano de 2002 que foram encontradas na digitalização do acervo Auto do Círio disponível na Escola de Teatro e Dança da UFPa (ETDUFPA) em 2018 pelo coordenador do espetáculo Professor Msc. Tarik Coelho e pela pesquisadora Nicolle Bittencourt, pois apesar de terem a data da fotografia em todas, o Círio envolve tantas celebrações diferentes que as fotografias facilmente poderiam ser identificadas erroneamente. Nos documentos do IPHAN/PA foram encontrados o total de 24 fotos do Auto do Círio, mostradas na Imagem 06 e nas imagens a seguir. A confirmação do ano destas fotografias, além de discriminadas em algumas pela identificação do papel colocado em

cada ‘folha’, pode ser dado através das fotografias digitalizadas e presentes no Acervo Digital do Auto do Círio mencionadas anteriormente e mostradas a seguir. O autor destas fotografias não é identificado especificamente como sendo Miguel Chikaoka, podendo este ser o responsável pela curadoria delas:

IMAGEM 7 - Fotos Acervo Digital do Auto do Círio selecionadas para comparação, referentes ao ano de 2002



Fonte: Acervo Digital do Auto do Círio, (2018).

Temos, primeiramente, a presença de personagens que são característicos do Auto do Círio até os dias de hoje: os anjos. Na imagem acima podemos perceber a presença de dois anjos de asas azuis e quatro outros anjos de asas diferentes. Estes anjos de asas azuis, são encontrados também nas fotografias presentes no acervo do IPHAN, sendo estas mostradas a seguir (Imagem 09 e 10).

IMAGEM 8 - Anjos do Auto do Círio 2002



Fonte: Biblioteca Ernesto Cruz/ Superintendência do IPHAN no Pará, (2020).

IMAGEM 9 - Anjo Azul do Auto do Círio 2002



Fonte: Biblioteca Ernesto Cruz/ Superintendência do IPHAN no Pará, (2020).

Os anjos assumem o papel de guarda do manto que representa Nossa Senhora de Nazaré na versão atual do cortejo, tendo suas vestes trocadas anualmente, adaptadas ao tema escolhido para ano. Abaixo, mostra-se os anjos e o manto no cortejo do ano de 2017, cujo tema era “Por uma Belém de Paz”, a fotografia tem a autoria de Karoline Dieckmann (Imagem 11).

IMAGEM 10 - Anjos e Manto do Auto do Círio 2017



Fonte: Acervo Digital Auto do Círio, (2018) – Autoria de Karoline Dieckmann, (2017).

O momento mostrado nas Imagens 10, 11 e 12 representa a cena da subida do manto, no qual o manto é mandado aos céus por vários balões, sendo este momento uma das tradições do Auto do Círio. As Imagens 12 e 13 tem a autoria de Woltaire Masaki e trazem o momento da subida realizado no ano de 2011 e 2012, respectivamente.

IMAGEM 11 - Anjos e Manto, Auto do Círio 2011



Fonte: Acervo Digital Auto do Círio, (2018) – Autoria de Woltaire Masaki, (2011)

IMAGEM 12 - Momento da subida, Auto do Círio 2012



Fonte: Acervo Digital Auto do Círio, (2018) – Autoria de Woltaire Masaki, (2012).

O momento da subida é mostrado na imagem 14 estando representado na imagem pertencente ao arquivo do IPHAN, colocando este momento particular como um dos pontos focais da realização do Auto do Círio.

IMAGEM 13 - Momento da subida, Auto do Círio 2002



Fonte: Biblioteca Ernesto Cruz/ Superintendência do IPHAN no Pará, (2020).

Cada manto é feito pensando para a subida, levando em consideração: material; peso; quantidade de balões. E há sempre um momento de silêncio que cria a expectativa para a subida do manto, pois apesar de todos os cálculos, a proximidade com o rio faz com que os ventos sigam direções diversas. Nas imagens a seguir, mostram-se quatro mantos feitos para quatro Autos do Círio diferentes.

IMAGEM 14 - Manto Auto do Círio 2002



Fonte: Biblioteca Ernesto Cruz/ Superintendência do IPHAN no Pará, (2020).

IMAGEM 15 - Manto do Auto do Círio 2011



Fonte: Acervo Digital Auto do Círio, (2018) – Autoria de Woltaire Masaki, (2011).

IMAGEM 16 - Manto do Auto do Círio 2012



Fonte: Acervo Digital Auto do Círio, (2018) – A autoria de Woltaire Masakia, (2012).

IMAGEM 17 - Manto Auto do Círio 2017



Fonte: Acervo Digital Auto do Círio, (2018) – A autoria de Karoline Dieckmann, (2017).

Outros personagens característicos do Auto do Círio é o casal de mestre sala e porta bandeira, símbolos já conhecidos do carnaval carioca e trazidos aqui nas imagens 17 e 18. Como os outros símbolos característicos do cortejo, eles também aparecem em vários registros fotográficos ao decorrer dos anos. O seu figurino, assim como o dos anjos e o próprio manto, também é alterado de acordo com o tema escolhido para o respectivo Auto do Círio. A imagem 18, especificamente, traz um registro fotográfico do casal durante o lançamento do tema do Auto do Círio 2018, realizado no Instituto de Ciências da Arte da UFGA (localizado na praça da república).

IMAGEM 18 - Mestre-sala e Porta-bandeira, Auto do Círio 2002



Fonte: Biblioteca Ernesto Cruz/ Superintendência do IPHAN no Pará, (2020).

IMAGEM 19 - Mestre-sala e Porta-bandeira, Lançamento do Tema do Auto do Círio 2018



Fonte: Acervo Digital Auto do Círio, (2018) – Autoria de Nicolle Bittencourt, (2018).

Na caixa seguinte algumas menções ao Auto do Círio foram encontradas, mas nenhuma que tenha em si representado qualquer adicional de informações importantes para esta pesquisa, visto que a caixa contém: a relação de alguns livros utilizados como bibliografias; contratos do

INRC; atas e pautas de reuniões; planejamento de atividades; e relatório de atividades dos Pesquisadores.

Prosseguindo para as próximas caixas, o foco já se torna o INRC especificamente são encontrados os documentos identificados como: Questionários e fichas de identificações, celebrações (preenchidas); Questionários formas de impressão (preenchidas); Questionários e fichas de identificações, forma de impressão e modo de fazer (preenchidas); Questionários e fichas de identificações edificações e lugares (preenchidas), Identificações dos entrevistados. Anexo Bens Culturais Inventariados. Cronograma de Trabalho; Anexo 2 registros audiovisual. Contatos. Anexo Bibliografia – Publicações Seriadas – Textos Inéditos. Relatórios Técnicos e Manuscritos. Livros e outras publicações não seriadas, pequenos impressões, vídeos, fotografias Artes Visuais.

A primeira situação a notar-se é que pela listagem há um tipo de documento colocado como “forma de impressão”, porém de acordo com o Manual do INRC (IPHAN, 2000), o Inventário Nacional de Referências Culturais se utiliza de Fichas e Questionários separados nas cinco categorias de registro: Celebrações; Edificações; Formas de Expressão; Lugares; Ofícios e Modo de Fazer. Então, a troca da palavra ‘expressão’ por ‘impressão’ é um erro na identificação destes documentos, que possivelmente será corrigido na atualização dos dados para o novo sistema de identificação. Assim como, pode-se notar que não há uma listagem que discrimine quais fichas e questionários estão em qual das pastas e caixas ou uma contagem, como há com outros documentos presentes no mesmo processo e que serão tratados posteriormente.

O primeiro passo então foi identificar cada documento parte deste grupo, fazendo um arrolamento com nove categorias: 1- Nº de ordem; 2- Tipo de Documento; 3- Numeração; 4- Categoria; 5- Bem Inventariado (Denominação Mais Frequente); 6- Nome Vigente ou Passado; 7- Situação; 8- Localização; e 9- outras Informações. Cada categoria foi criada pensando uma parte diferente do documento gerado pelo IPHAN, por exceção do número de ordem que tem como objetivo contabilizar o total de documentos. Na listagem feita em caderno manuscrito e depois transferido a uma planilha no programa Excel (encontrada em sua totalidade no APÊNDICE B) identifica-se o total de 216 documentos pertencentes ao Inventário Nacional de Referências Culturais.

O ‘Tipo de Documento’ diferencia se o documento é um questionário, ficha de identificação, anexo ou outro documento. O item ‘Numeração’ utiliza-se da identificação alfanumérica dada a cada tipo de documento pelo IPHAN e encontrado no canto superior direito

de cada um. Por sua vez, o item ‘Categoria’ leva em conta a categoria do documento colocada utilizando-se como base os itens do Registro da Lei n. 3.551/2000. Tanto o item ‘Bem Inventariado’ quanto o item ‘Nome Vigente ou Passado’ são extraídos do item três dos documentos, nomeado no modelo de ficha encontrado no Anexo C, ‘3. Identificação do Bem Cultural’. Já em ‘Situação’ é considerado que as informações dos itens de 1 a 4, da mesma ficha, estejam completos ou que estejam preenchidas parcialmente (porém, o suficiente para identificação dos dados tratados no documento), que permitem identificar o responsável pelo preenchimento, a localização, a identificação do bem cultural e a identificação do entrevistado. Considerando que estes documentos são suportes para entrevistas realizadas oralmente.

Foram obtidos os seguintes dados, a partir da identificação de cada documento presente nas caixas:

QUADRO 4 - Tipo de Documento

Tipo de documento	Contagem de nº de ordem
Anexo	104
Documento	4
Ficha de Identificação	21
Questionário	87
Total	216

Fonte: Elaborado pela autora, (2020).

QUADRO 5 – Numeração

Numeração	Contagem de nº de ordem
F1 A1	5
F1 A2	3
F1 A3	96
F20	6
F40	9
F50	4
F60	2
Q20	32
Q30	1
Q40	37
Q50	12
Q60	5
s/n	4
Total	216

Fonte: Elaborado pela autora, (2020).

Dentre todos estes documentos, os que foram identificados por tratarem do Auto do Círio especificamente foram dois: um questionário de Identificação de Formas de Expressão; e

um Anexo de Bem Inventariado. Ambos os documentos serão analisados posteriormente nesta pesquisa. Calculando a porcentagem de documentos produzidos nesta parte do processo do INRC, os totais de documentos específicos sobre o Auto do Círio representam menos de 1% do total. Considerando a categoria seguinte, foram muitos nomes identificados, porém são muitos e não há sentido de separá-los para análise, apenas os que tratam do estudo de caso especificamente: o Auto do Círio. Prosseguindo, 177 bens foram identificados sem um segundo nome vigente ou passado, enquanto 39 houve um ou mais nomes identificados. A próxima categoria do arrolamento considera a situação, onde em sua maioria os documentos estavam completos até o nível que torna possível a identificação do que se trata o documento já pela sua primeira página. Não se julgou necessário a contabilização de documentos considerando sua localização, porém cada um encontra-se identificado na listagem geral.

QUADRO 6 – Situação

Situação	Contagem de nº de ordem
Completo	188
Completo (Insuficiente)	2
Incompleto	25
Incompleto (Quase totalmente em branco)	1
Total	216

Fonte: Elaborado pela autora, (2020).

Um dos documentos encontrados que trata especificamente sobre o Auto do Círio é o Anexo de Bens Culturais Inventariados, que leva a identificação de F1 A3, e de acordo com o Manual do INRC (IPHAN, 2000) deve ser preenchido da seguinte forma:

IMAGEM 20 - Anexo de Bens Inventariados

Reproduzir tabela se necessário.

DENOMINAÇÃO	Nome como é conhecido.	IDENTIFICADO		1
		SIM	NÃO	
TIPO	<input type="checkbox"/> CELEBRAÇÃO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO <input type="checkbox"/> FORMA DE EXPRESSÃO <input type="checkbox"/> LUGAR <input type="checkbox"/> OFÍCIO			
CONDIÇÃO ATUAL	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO <input type="checkbox"/> MEMÓRIA <input type="checkbox"/> RUÍNA			
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Se possível data.	LUGAR	Onde ocorre.
DESCRIÇÃO	Desenvolver o seguinte roteiro: 1 – Caracterizar o bem no contexto das classificações consideradas (tipo e condição atual). 2 – Informar sobre principais características e etapas se for o caso. 3 – O público envolvido. 4 – Importância para a vida local. 5 – Outras informações relevantes.			
REGISTROS	Título ou descrição do documento.	Nº	Cf. Anexo 2	
CONTATOS	Pessoa ou instituição que poderá informar a respeito do bem.	Nº	Cf. Anexo 4	

Fonte: Manual do INRC, IPHAN, (2000), p. 71.

Se consideramos os números apresentados na Quadro 5 o total de tabelas preenchidas no modelo acima (IMAGEM 21) são de 96, e o total destes documentos que tratam especificamente do Auto do Círio é uma unidade, representado assim 1.04% do total de documentos preenchidos. Este documento específico está parcialmente apagado, provavelmente causado por uma impressora com algum tipo de problema e que dificulta a leitura de algumas partes do documento. É possível visualizar que o Tipo de Bem Cultural no qual o Auto do Círio é identificado é o de uma ‘Forma de Expressão’ e é explicitado na descrição que a manifestação cultural foi incorporada ao Círio de Nazaré em 1994, porém não deixa claro o significado da palavra “incorporada”, pois no texto do Dossiê do Círio é explicitado a criação do cortejo em 1993, fato corroborado por Bittencourt (2018) e Brígida (2013). Ao ser considerada a tabela de termos obtidos na primeira fase desta pesquisa, temos a aparição de quatro formas de expressão distintas, tanto religiosas quanto artísticas: procissão; cortejo; dança; teatro; e performances. É possível perceber que a leitura traz apenas uma descrição básica e com somente uma referência explícita, não sendo nenhuma diretamente ligada à realização do cortejo até onde se sabe pelo documento.

O próximo documento encontrado especificamente sobre o Auto do Círio foi o questionário de identificação de formas de expressão que entrevistou o então coordenador do projeto de extensão Auto do Círio Professor Miguel Santa Brígida. O professor assumiu o cargo de coordenador e diretor especificamente a partir do ano de 1996 e no qual ficou até 2008, e de acordo com Bittencourt (2018), a partir de 2009 o professor ficou responsável apenas pela parte da coordenação, passando a direção a Hudson Andrade; no ano seguinte, em 2010, a coordenação e direção passaram a ser feitas por Beto Benone. Miguel Santa Brígida foi um dos responsáveis pelo acompanhamento da representação do Círio de Nazaré na Sapucaí pela escola de Samba Viradouro em 2004, além de ser o responsável por trazer os elementos populares a partir de uma estética carnavalesca ao espetáculo Auto do Círio, como apresenta Moreira (2012).

O Questionário preenchido por uma das pessoas responsáveis pelo registro e parte da equipe multidisciplinar do IPHAN em 16 de setembro de 2002 tem todas as informações preenchidas e necessárias para identificação do documento. Muitas informações dadas são pessoais ou profissionais de Miguel, então por escolha, comentaremos apenas as que tratam especificamente do Auto do Círio, além da digitalização não deixar visível algumas palavras devido a tinta fraca ou de seu preenchimento com lápis. De acordo com a leitura deste documento, Miguel Santa Brígida era diretor do Auto do Círio há 7 anos, onde há a presença

de um núcleo de interpretação, de adereços, de companhias de dança, a preparação e algum termo não legível.

Amir Haddad, no documento está escrito como ‘Amir Adade’, foi o responsável pelo professor Miguel ter aprendido esta atividade espetacular, que exerceu em 1988 e 1989 ao participar do carnaval. Além de deixar explícita a informação que o professor assumiu a direção do Auto do Círio de 1996. Quando perguntado a quem ensina, há o nome de Guilherme, da equipe que prepara e a formação de atores para o espetáculo feita a cada ano. A periodicidade do espetáculo é antes da véspera do círio, acontecendo de 19:30 as 03:00hrs. Em 1996, foi o ano no qual Miguel introduziu a bateria de escola de samba no cortejo teatral. As origens da atividade foram através do pensamento da professora Zélia em 1993, para fazer um espetáculo em rua, seguindo a estrutura de cortejo.

As outras histórias associadas à atividade que se é possível fazer a leitura no documento é o crescimento deste espetáculo enquanto evento além de ser um espaço de protesto e de uma grande festa. A arte ou o fazer artístico usualmente é associado a resposta do artista ao mundo e realidade a sua volta. Canclini (2012) chama a atenção para a separação entre o patrimônio e as artes modernas e contemporâneas, segregando assim aqueles responsáveis pela pesquisa de cada área do conhecimento:

Nas humanidades, as ciências sociais e a gestão dos bens culturais, as artes modernas e contemporâneas costumam estar separadas do patrimônio. Da arte se ocupam os historiadores e os críticos, os museus e as bienais, que agem como se tivessem resolvido a definição de seu objeto e pudessem delimitá-lo nitidamente com relação a outros bens culturais. Ao patrimônio se dedicam os arqueólogos, os antropólogos e os historiadores com uma formação diferente daqueles que analisam a arte, assim como aqueles museus e instituições especializados em épocas distantes e em sociedades periféricas. (CANCLINI, 2012, p. 95).

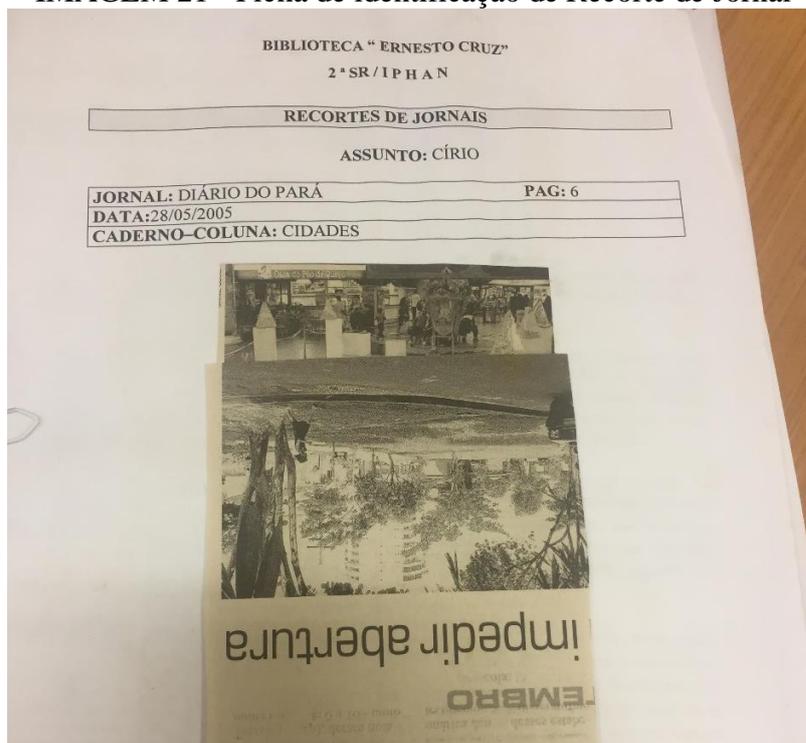
No Auto do Círio, temos a emergência de um espetáculo criado utilizando a base conjunta do patrimônio e das artes. Voltando para as informações dadas por Miguel Santa Brígida, a preparação para o evento tinha as seguintes características: começa em agosto; define quais atores vão; a inscrição ocorre em setembro; e há a realização de duas oficinas – adereços e preparação dos atores. Eram utilizados como instrumentos e rituais a bateria da escola de samba outros instrumentos musicais, além de trazer tradições de religiosidades. Os figurinos e adereços próprios dessa atividade são identificados por Miguel como: anjos; palhaços; diabos; fantasias; e destaques de carnaval. A dança própria do Auto do Círio é representada através da comissão de frente, do samba, das danças típicas e dos clássicos contemporâneos, sendo estes definidos pela direção. A carnavalização do cortejo se dá pela escola de samba, através do samba enredo ‘Festa de Nazaré’. Após o acontecimento do Auto do Círio, há tarefas que são executadas pelo setor de produção, onde uma das atividades discriminadas é a de guardar os

trajes. O resultado da realização do cortejo atingia o total de 300 atores e de 3 mil pessoas, além de oferecer um grande espetáculo. Nas costas da página 10 do questionário, há um mapa desenhado. Não é informado se este foi desenhado utilizado como base a descrição de Miguel Santa Brígida ou desenhado pelo próprio para elucidar sua explicação.

Porém o único questionário encontrado foi este feito com o professor. Considerando as informações dadas pelo então diretor e coordenador do Auto do Círio, é possível reconhecer partes das informações dadas no texto do Dossiê Círio, podendo-se tirar a conclusão que a maior fonte destas informações para a construção do texto fora justamente a entrevista com o professor Miguel Santa Brígida.

As próximas caixas com informações do Auto do Círio presentes, são com artigos de jornais da capital paraense. Sendo estes colocados nas caixas e identificados como artigos de jornais do ano de 2000, 2001 2002, 2003, 2004 e 2005. Além de outros tipos de documentos como calendários, CDs sobre o Círio de Nazaré e Disquetes. Grande parte dos artigos de jornais estavam colados em uma ficha com algumas informações para identificação rápida do assunto, jornal e data, como mostra-se na imagem abaixo (IMAGEM 21).

IMAGEM 21 - Ficha de identificação de Recorte de Jornal



Fonte: Biblioteca Ernesto Cruz/Superintendência do IPHAN no Pará, (2020).

No total, foram identificados 383 documentos entre jornais e outros tipos como: calendários, notificações e referências, discriminados na Quadro 7. Nas caixas seguintes, estes arquivos estavam separados em mais de uma pasta, além de haver outros documentos em sua

maioria que são específicos do Círio de Nazaré e da Diretoria da Festa, que fora considerado com pouco potencial para informações relevantes sobre o objeto de estudo desta pesquisa. O foco foi direcionado então para os jornais presentes nestas caixas, separando-os em duas categorias: Recortes; e Cadernos. Os recortes são partes dos jornais que estão acondicionados da maneira mostrada na Imagem 21, e os cadernos são folhas inteiras, sem a presença da ficha, que se encontram ainda completas.

QUADRO 7 - Tipos de documentos

Tipo	Contagem de nº de ordem
Caderno	15
Calendário	1
Notificação	1
Recorte	365
Referências	1
Total Geral	383

Fonte: Elaborado pela autora, (2020).

Novamente foi feito um arrolamento com todos os jornais encontrados no processo, sendo este exposto em sua totalidade do APENDICE D. Para esta parte da pesquisa, não foi considerado necessário que se diferenciasse cada jornal por seu título, do mesmo jeito que fora feito no arrolamento das fichas e dos questionários anteriormente. As informações consideradas importantes foram: o nome do jornal; ano; e mês.

QUADRO 8 - Nomes dos Jornais

Nome	Contagem de nº de ordem
A Província do Pará	31
Amazônia Hoje	1
Beira do Rio	2
Correio Braziliense	1
Diário do Pará	90
MINC - IPHAN	1
O Liberal	213
Referências do Círio	1
Sem informação	1
Voz de Nazaré	42
Total Geral	383

Fonte: Elaborado pela autora, (2020).

Através da tabela acima, pode-se perceber que o jornal mais utilizado como fonte de informação para o Círio de Nazaré foi o jornal O Liberal, seguido dos jornais Diário do Pará e

Voz de Nazaré. O que não representa nenhuma surpresa, pois os dois primeiros são os jornais com maior circulação dentro da Região Metropolitana de Belém, e sendo o último, um jornal feito pela própria igreja. Além disso, quando analisamos as datas dos jornais, não há também surpresas, pois grande parte destes são do ano que o Círio recebeu o título e o registro de Patrimônio Cultural Brasileiro, o ano de 2004, e a maioria são recortes do mês de outubro, que é o mês em que se realiza a celebração em Belém.

QUADRO 9 - Ano dos Jornais

Ano	Contagem de nº de ordem
2000	72
2001	48
2002	35
2003	28
2004	143
2005	50
2006	4
s/d	3
Total Geral	383

Fonte: Elaborado pela autora, (2020).

QUADRO 10 - Meses dos Jornais

Mês	Contagem de nº de ordem
Janeiro	11
Fevereiro	4
Março	10
Maio	8
Junho	14
Julho	11
Agosto	44
Setembro	55
Outubro	207
Novembro	4
Dezembro	8
Abril e Maio	1
s/d	6
Total Geral	383

Fonte: Elaborado pela autora, (2020).

Através dos jornais é perceptível várias confusões entre dois termos: tombamento e registro. Os dois são formatos de salvaguarda do patrimônio brasileiro. O primeiro

especificamente para o patrimônio material e o segundo para o patrimônio imaterial. Porém, pela mídia não especialista, é normal que haja certo nível de confusão entre os dois. Entre os arquivos do INRC, pode-se perceber isto principalmente pela matéria de jornal mostrada a seguir:

IMAGEM 22 - Tombamento e Registro do Círio



Fonte: Biblioteca Ernesto Cruz/ Superintendência do IPHAN no Pará, (2020).

O Recorte do Jornal mostrado acima, é identificado pela ficha do IPHAN como pertencente ao Jornal Diário do Pará, do dia 01 de outubro de 2004, ficando evidente que no título foi utilizado o termo tombamento, mas ao lermos o texto construído para a matéria todas as informações dadas são identificadas e mostradas como sendo do registro estabelecido pelo Decreto-Lei 3.551/2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se traçar na presente pesquisa a construção de um Patrimônio Cultural Imaterial e sua relação junto à sociedade, como algo construído para e por ela. Traz-se ao âmbito patrimonial, também, o caminho percorrido para a salvaguarda deste patrimônio, desde leis, decretos, cartas patrimoniais e exemplos internacionais de que este âmbito não é um plano e simplificado, envolvendo assim uma complexidade própria de significados, significâncias e vivências. Apresenta-se também o Patrimônio como sendo um objeto informacional, parte de processos tanto de mediação quanto da própria organização da informação, onde há um constante fluxo de informações, tanto sendo selecionadas quanto descartadas. Para assim chegar-se ao foco do INRC de 2006 e a base para esta pesquisa: o Círio de Nazaré da cidade de Belém e o Auto do Círio.

Sendo uma celebração nascida no catolicismo português, é parte do Círio a presença da representação de Nossa Sra. de Nazaré como uma Santa Imaculada. Aos paraenses é atribuído a ela a o papel de padroeira e de mãe, sendo uma conexão mais próxima a santidade e aos céus. O Círio de Nazaré, oficialmente ocorre na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, desde o ano de 1793. Apesar da procissão mais conhecida ser justamente a ocorrida na cidade, a celebração em honra a Nossa Sra. de Nazaré acontece em todo o Estado, de várias maneiras, formatos e formas, há também Círios que são realizados em outras partes do Brasil. O Círio de Belém, apesar de antigo, não chega a carregar o título de mais antigo do Pará, pois este título é pertencente ao próprio Círio de Vigia. Visto a origem a origem santificada do Círio de Nazaré, tem-se também uma visão que acaba sendo repetida por muitos dos seus fiéis, dando foco a dualidade: sagrado e profano. Como mostrado anteriormente, um é inerente ao outro. Um só existe a diferença do outro. Usualmente, as manifestações populares que envolvem a religião são separadas em ambas as categorias, sendo o que é vindo da igreja a parte sagrada, e todas aquelas vindas de outras fontes, sejam elas populares ou outras quaisquer são vistas como profanas.

Em 2000, quando foi publicada a lei 3.551/2000, o Círio já era uma celebração que no domingo do mês de outubro atraía mais de um milhão de pessoas às ruas de Belém. A escolha para que a festa de Nazaré estresse o livro de registro de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro na categoria Celebrações, utilizando como suporte a aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais não foi surpresa. Visto a complexidade da construção de um Patrimônio Cultural, quando aplicado ao Círio de Nazaré, a equipe multidisciplinar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional teve acesso a uma imensa quantidade de

informações de uma celebração que já havia mais de 200 anos registrados apenas em uma cidade.

É claro, também, que o pedido de registro foi feito por pessoas envolvidas com a celebração e não uma ação direta vinda do IPHAN, então parte dessas informações já estavam separadas para que a equipe embarcasse neste mundo de significados. Uma equipe de algumas dezenas de pessoas, mesmo com o apoio de pessoas envolvidas no Círio de Nazaré, o período de alguns anos nunca seria o suficiente para abarcar a maioria das informações sobre esta celebração, além do que, ao se iniciar um processo como este, a equipe tem o papel de selecionar qual informação faz parte e qual não faz, sendo uma ação de interferência necessária, considerando que nunca será possível a coleta de todas as informações que envolvem a face imaterial do patrimônio.

Os responsáveis pela inscrição do Círio no processo de registro, já apresentam uma visão dele considerando um ponto de vista específico. Durante o processo de inventário realizado pelo IPHAN pôde-se reconhecer vários processos de interferência e recorte do mundo de informações e significados que envolvem o patrimônio. O objetivo deste trabalho foi reconhecer dentro desse processo, esse fluxo de informações, os processos de mediação que resultam na representação do patrimônio e identificar quais as principais fontes de informação utilizadas no registro. Como o Círio de Nazaré é uma celebração imensa até hoje, que envolve uma gama de pessoas, realidades, vivências etc. Escolheu-se um ponto específico da celebração, o bem imaterial associado e a festa reconhecidamente profana: o Auto do Círio. Sendo um espetáculo com a particularidade de ter nascido em meio acadêmico e abraçado pela população da Cidade Velha, o cortejo em forma de Teatro de Rua atrai milhares de pessoas todos os anos na sexta-feira que antecede o Círio de Nazaré.

O profano da festa de Nazaré enfrenta muito preconceito, principalmente considerando aqueles de origem artística, como é o caso dos três reconhecidos como bem imaterial associado: o Auto do Círio; a Festa da Chiquita; e o Arrastão do Círio. Não apenas isto, mas muitas manifestações que nascem do povo também enfrentam preconceito. E isso reflete nesta pesquisa, onde há uma visão do sagrado fortíssima do Círio de Nazaré que se opõe a manifestação popular, principalmente das festas que cresceram muito durante as últimas décadas. É compreensível até certo ponto, o pouco de informação que foi levantado há 16 anos atrás, onde a era da informação ainda estava se iniciando no Brasil, quando se trata de uma procissão que envolve milhões de pessoas comparado a uma festa que atrai apenas milhares. Porém ainda se sente a falta de maior participação das pessoas que ficam fora do núcleo principal da

celebração de Nazaré, o caso do Auto do Círio, por exemplo, onde de um cortejo que envolveu inicialmente 150 pessoas, só foi entrevistado o coordenador e diretor Miguel Santa Brígida. Algo que se repete nas outras festas profanas. Assim como, dentre as centenas de jornais salvaguardados como parte do processo de registro no arquivo do IPHAN, apenas quatro tratam de alguma maneira sobre o Auto do Círio.

O processo de registro do Círio de Nazaré foi o primeiro da categoria Celebrações e ocorreu há mais de uma década. É provável que o modo de aplicabilidade, de montar a equipe, de levantar informações, de pesquisa etc., tenha passado por adaptações a cada patrimônio imaterial reconhecido. Como uma ferramenta de pesquisa, o INRC precisa ser tanto atualizado constantemente, quanto avaliado e ser analisado se adaptações são necessárias. Principalmente considerando o fluxo de informações mutáveis que acompanha a construção do Patrimônio Cultural e os processos de mediação, não só informacional, que ele passa. O campo do Patrimônio Cultural é interdisciplinar e envolve muitas áreas, por ser extremamente maleável e mutável, principalmente a sua face imaterial que é dependente da sociedade que lhe dá significado, podendo se tornar uma fonte de informação primordial sobre este grupo social e até mesmo grupos que o rejeitam. Iniciativas de registro são importantes para expandir o conhecimento sobre cultura e a vida em sociedade.

Reconhecer, dentro destas iniciativas, o fluxo de mudanças abre a possibilidade de se explorar um novo quantitativo de informações que passaram por mediações intencionais ou não, além de vários tipos de representação. A presente pesquisa procurou abrir o leque de possibilidades de análises do INRC com foco no uso, no gerenciamento e no usuário da informação registrada, documentada e reproduzida. A metodologia utilizada pelo IPHAN é ampla, porém limitada, não necessariamente como um ponto totalmente negativo, pois conhecer a totalidade de um patrimônio é uma meta não alcançável. As equipes interdisciplinares formam um esforço conjunto para a coleta dos mais diversos tipos de suportes informacionais (vivos ou não), deixando claro a necessidade da participação dos detentores do patrimônio. De acordo com o próprio IPHAN, já foram registrados 48 bens patrimoniais culturais brasileiros e foram feitos 160 inventários nacionais de referências culturais. O que deixa-se claro é que a efetivação de um inventário não significa o registro único do mesmo bem cultural como Patrimônio Cultural Brasileiro, porém a realização tanto do inventário quanto do registro são importantes para construção de um mapa cultural brasileiro, que incentiva as diferenças e o respeito, além da construção de uma base rica em informação da vivência em sociedade e dos processos de valorização feitos pela humanidade.

Em 2019, durante a realização do Auto do Círio a equipe de registro audiovisual responsável pelo Círio de Nazaré contratada pelo IPHAN teve sua presença no espetáculo, dando foco ao processo de revalidação no qual o registro do Círio pode estar passando. Assim, a oportunidade da continuação desta pesquisa seria de extrema necessidade, não apenas pelo que concerne aos arquivos indisponíveis por falta de suporte (estes sendo CDS, DVDS, VHS, Disquetes, etc.), pois passarão por limpeza e digitalização do seu conteúdo, mas igualmente pela precisão que se percebe em um banco de dados sobre os patrimônios registrados que vão além do arquivo físico e dos livros lançados. Uma plataforma virtual de pesquisa e acesso à informação que seja específica para o INRC é essencial na atualidade e quando se considera a quantidade de informações que são tratadas nesses processos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais. *ILHA*, v. 14, n.1. Janeiro/Junho 2012. p. 17-35.
- ALIVIZATOU, Marilena. Contextualizing Intangible Cultural Heritage in Heritage Studies and Museology. *International Journal of Intangible Heritage*, v. 03. 2008. p. 43-55.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens*. Pesq. Bras. Ci. Inf., v.2, n.1. Brasília: 2009. p. 89-113.
- ARANTES, Antonio. *Sobre Inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública*. Anuário Antropológico 2007-2008, 2009. p. 173-222
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *Mediação como conceito potencializador do diálogo entre a ciência da informação e os campos da arquivologia, biblioteconomia e museologia*. Comunicação Oral. XIII ENANCIB. 2012.
- BASILICA SANTUÁRIO DE NAZARÉ. *Círio 2018 terá atuação de mais de 21 mil agentes e inovações para garantir a segurança durante a quadra Nazarena*. Disponível em: <<https://basilicadenazare.com.br/site/index.php/2018/10/09/cirio-2018-tera-atuacao-de-mais-de-21-mil-agentes-e-inovacoes-para-garantir-a-seguranca-durante-a-quadra-nazarena/>> Acesso em: 18/08/2019.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 110 p.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- BRASIL. *Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
- BRASIL. *Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977*. Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, 1977.
- BRASIL. *Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991*. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.
- BRASIL. *Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- BROWN, Michael F. *Safeguarding the Intangible*. *Museum Anthropology Review* 6(2). Fall 2012. 5 p.
- BITTENCOURT, Nicolle Manuelle Bahia. *Auto do círio: a organização da informação sobre um patrimônio construído pela Universidade Federal do Pará*. Monografia. Pará: UFPA, 2018.
- BRÍGIDA, Miguel Santa. *O Auto do Círio: drama, fé e carnaval em Belém do Pará*. Bahia, 2003 Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia
- BRÍGIDA, Miguel Santa. O Auto do Círio: Festa, Fé e Espetacularidade. In: *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, v. 5, nº 1. Rio de Janeiro: p. 35-48, 2008.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Los usos sociales del patrimonio cultural*. In: *Patrimonio Etnológico*. Nuevas perspectivas de estudio. Andalucía: Aguilar Criado, 1999. p. 16 – 33.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *A Sociedade sem Relato: Antropologia e Estética da Iminência*. /Néstor García Canclini; tradução, Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012. 264 p.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Trad. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira. Ed 1. São Paulo: Contexto, 2011. 224 p.

CANG, Voltaire Garces. Defining Intangible Cultural Heritage and its Stakeholders the Case of Japan. *International Journal of Intangible Heritage*, v. 02. p. 45 – 56, 2007.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. Memória e Patrimônio: diversidade e identidade. *Revista memória em rede*, v. 2, n. 2. Pelotas: UFPEL, 2010.

CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural e cidadania: construindo possibilidade. In: *Bens Culturais Musealizados: políticas públicas, preservação e gestão*. Elizabete de Castro Mendonça, Junia Gomes da Costa Guimarães e Silva (Org.). Rio de Janeiro: UNIRIO, Escola de Museologia, 2014. 196 p.

CYN PRODUÇÕES. *Viva o Auto | Minidocumentário*. Postado em: 30/11/2016. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=5_j3-YncZ9E>. Acesso em: 25/08/2019.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 191 p.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. *Revista em Ciência da Informação*, v. 5, n. 4. Ago, 23 p., 2004.

FREIRE, Beatriz Muniz. O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial: Novos instrumentos de preservação. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, v. 2, n. 3. Pelotas: Editora da UFPEL, p. 11-21, 2005.

FREIXO, Manuel João Vaz. *Metodologia Científica – Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2012. 326 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, v. 28, n. 55. Rio de Janeiro: janeiro-junho, p. 211-228, 2015.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. *Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas – Ano 08, N. 13*. 2008.

ICOMOS. *Declaração do México*. México: 1985.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 07/04/2019

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Dossiê Círio*. Pará: IPHAN/PA, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *II Carta de Fortaleza*. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais. Texto e revisão de Natália Guerra Brayner. 3 ed. Brasília, DF: IPHAN, 2012. 36 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação*. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília, DF: IPHAN, 2000. 156 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Educação Patrimonial: Manual de Aplicação*. Programa Mais Educação. Brasília, DF: IPHAN/DAF/COGEDIP/CEDUC, 2013. 85 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Instrução Normativa nº 001*. Brasília: IPHAN, 02 de março de 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2006. 140 p.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. *Transinformação*, n. 15 (Edição Especial). Campinas, p.7-21, 2003.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação da informação. *Revista de Ciência da Informação*, v. 08, n. 06. dezembro, 09 p., 2007.

LIMA, José Ricardo de. *Papangus de Bezerras: a tradução da imagem materializada em fantasias e máscaras*. Monografia. Pernambuco: UFPE, CAA, Design. 70 p.

LIXINSKI, Lucas. Selecting Heritage: The Interplay of Art, Politics and Identity. *The European Journal of International Law*, vol. 22, n. 1, p. 81-100, 2011.

LOGAN, William S. *Globalizing Heritage: World Heritage as a Manifestation of Modernism and Challenges from the Periphery*. ICOMOS National Conference. Adelaide: 2001.

MERCOSUL. *Carta de Mar del Plata*. Mar del Plata. 1997.

MIRE, Sada. *Cultural heritage: a basic human need*. TEDxEuston. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=V4UQYem6Dvc&list=PLMZxvXr28fkFpnn3q0pXX-XG5gZRcoKsI&index=6>>. Acesso em: 01/08/2019.

MOREIRA, Francisco Edilberto Barbosa. *Três vestidos fazem pra se apresentar: um estudo sobre o vestir no espetáculo O Auto do Círio*. Belém, 2012. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará.

MORAIS, Sara Santos. *Modos de fazer e usar o INRC: reflexões sobre sua dimensão prática*. 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. João Pessoa: Agosto, 2016.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. *História*, São Paulo, v 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. Proj. História, 10. São Paulo: dezembro, 1993. p. 07-28.

PARAENSE, Roberta. *Círio de Nazaré reúne 2 milhões em Belém*. Especial Estadão. Postado em: 14/10/2018. Disponível em:< <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,cirio-de-nazare-reune-2-milhoes-em-belem,70002547313>> Acesso em: 18/08/2019.

PELEGRINI, Sandra C. A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. São Paulo, *História*, n. 27, p. 145-175, 2008.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. São Paulo, *Patrimônio e Memória*, v. 3, n.1.: UNESP, FCLAs, CEDAP., p. 87, 2007.

PIERUCCINI, Ivete. *Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação*. VIII-ENANCIB. Bahia: 2007.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 05, n. 10.: p. 200-212, 1992.

PROEX. *Políticas de Extensão*. 2018. Acesso em: 24/08/2019. Disponível em: <<http://novoproex.ufpa.br/politica>>.

RAMOS, José Maria Guimarães. *A aparição de Nossa Senhora de Nazaré em Belém do Pará – O Sagrado na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2018. 176 p.

REDIGOLO, Franciele Marques; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura profissional do catalogador e seu papel como mediadora da informação. *Revista Informação*, Londrina, v. 20, n.3. p. 356-376, 2015.

RODRIGUES, Bruno César; CRIPPA, Giulia. A recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural?. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 16, n.1. 2011.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: Uma Perspectiva Psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2). p. 290-295, 2007.

- SILVA, Armando Malheiro da. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. *Prima*, n. 9. 2009.
- SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. *Transinformação*, Campinas, n.21, p. 207-223, 2009.
- TAMASO, Izabela M. Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade. P. 21-46 In: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis. *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: EDUEL, 2012. 460 p.
- UNESCO. *Recomendação Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris: 1972.
- UNESCO. *Recomendação de Paris*. Paris: 1989.
- UNESCO. *What does intangible cultural heritage mean to you?*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2phs0pQIgWU&list=PLMZxvXr28fkFpnn3q0pXX-XG5gZRcoKsI&index=1>>. Acessado em: 01/08/2019.
- UNESCO. *The Value of Heritage*. Publicado em: 22/11/2016. Acessado em: 01/08/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K1_f-GqaHHo&feature=emb_logo>
- UNESCO; ICCROM; ICOMOS. *Conferência de Nara*. Nara: 1994.
- VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. 1ª reimpressão. Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- VIANNA, Letícia. *Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular*. In: Série Encontros e Estudos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, n.5. 2004. p. 15-24.
- YASUDA, Hiroko. World heritage and cultural tourism in Japan. *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, v. 4, n.4. Emerald Group, p. 366 – 375, 2010.
- ZANIRATO, Silvia Helena. Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 5, n.1., p. 137-152, 2005.

APÊNDICE A – Respostas Totais Obtidas e Repetições

Termo/Palavra	Quantidade
Cultura	12
Espetáculo	8
Arte	7
Tradição	5
Carnaval	4
Diversidade	3
Religiosidade	3
Fé	3
Patrimônio	3
Festividade	2
Intervenção	2
Povo	2
Festejo	2
Procissão	2
Profano	2
Religião	2
Resistência	2
Teatro	2
Cortejo	2
Criatividade	2
Ressignificação	2
Sagrado	2
Música	2
Conjunto	2
Cortejo Popular	1
Cultura Popular	1
Cultural	1
Expressão da Cultura Popular	1
Festa	1
Festa Popular	1

Inovação	1
Manifestação	1
Projeto Popular	1
Público	1
Artes	1
Banalização da Religião	1
Celebração	1
Crenças	1
Expressão na Arte	1
História	1
Importância Artística	1
Inclusão	1
Interessante	1
Participação da população	1
Rua	1
Teatral	1
União	1
Papangu	1
Show	1
Comemoração	1
Devoção	1
Festa Diversificada	1
Lazer	1
Performances	1
Popular	1
Religioso	1
Representatividade	1
Representação	1
Entretenimento	1
Carnavalização	1
Educação	1
Memória	1

Movimento	1
Performance	1
Paraense	1

APÊNDICE B – Lista de Fichas e Questionários Preenchidos

Nº de Ordem	Tipo de documento	Numeração	Categoria	Bem inventariado (Denominação mais frequente)	Nome Vigente ou Passado	Situação	Outras informações
1	Questionário	Q20	Celebrações	Recírio	Não há	Completo	
2	Ficha de Identificação	F20	Celebrações	Trasladação	Não há	Completo	
3	Ficha de Identificação	F60	Ofícios e Modo de Fazer	Pato do Tucupi	Não há	Completo	
4	Ficha de Identificação	F20	Celebrações	Traslado da Imagem para Ananindeua	Não há	Incompleto	
5	Ficha de Identificação	F20	Celebrações	Procissão Principal do Círio	Não há	Completo	
6	Questionário	Q20	Celebrações	Incineração das súplicas	Não há	Completo	
7	Questionário	Q20	Celebrações	Incineração das súplicas	Não há	Completo	
8	Ficha de Identificação	F40	Formas de Expressão	Almoço do Círio	Não há	Completo	
9	Ficha de Identificação	F60	Ofícios e Modo de Fazer	Manto de Nossa Senhora	Não há	Completo	
10	Questionário	Q20	Celebrações	Procissão do Círio	Não há	Completo	
11	Questionário	Q20	Celebrações	Missa do Mandato	Não há	Completo	
12	Questionário	Q20	Celebrações	Celebração da Subida	Não há	Incompleto	
13	Questionário	Q20	Celebrações	Cerimônia da Subida	Não há	Incompleto	
14	Questionário	Q20	Celebrações	Recírio	Não há	Completo	
15	Ficha de Identificação	F20	Celebrações	Celebração da Descida	Missa da Descida ou Descida de Imagem	Completo	
16	Questionário	Q20	Celebrações	Terço da Alvorada	Terço da Penitência	Completo	
17	Questionário	Q20	Celebrações	Terço da Alvorada	Procissão da Madrugada	Completo	
18	Questionário	Q20	Celebrações	Celebração da Descida	Não há	Incompleto	
19	Questionário	Q20	Celebrações	Sem identificação	Não há	Incompleto	
20	Ficha de	F20	Celebrações	Celebração da Subida	Não há	Completo	

	Identificação						
21	Ficha de Identificação	F20	Celebrações	Traslado dos Carros para CDP	Não há	Completo	
22	Questionário	Q20	Celebrações	Procissão do Círio	Não há	Completo	
23	Questionário	Q20	Celebrações	Peregrinações	Não há	Incompleto	
24	Questionário	Q20	Celebrações	Traslado para Ananindeua	Não há	Completo	
25	Questionário	Q20	Celebrações	Romaria Rodoviária	Não há	Completo	
26	Questionário	Q20	Celebrações	Procissão Principal do Círio	Não há	Completo	
27	Questionário	Q20	Celebrações	O Círio	Não há	Completo	
28	Questionário	Q20	Celebrações	Procissão Principal do Círio	O Círio de Nazaré (nome próprio) ou Procissão	Completo	
29	Questionário	Q20	Celebrações	Círio de Nazaré	Não há	Completo	
30	Questionário	Q20	Celebrações	Traslado para Ananindeua	Não há	Completo	
31	Questionário	Q20	Celebrações	Romaria Rodoviária	Não há	Completo	
32	Questionário	Q20	Celebrações	Moto-Romaria (nome oficial)	Romaria dos Motoqueiros	Incompleto	
33	Questionário	Q20	Celebrações	Moto-Romaria do Círio de Nazaré	Romaria dos Motociclistas	Incompleto	
34	Questionário	Q20	Celebrações	Cerimônia da Descida	Não há	Incompleto	
35	Questionário	Q20	Celebrações	Recírio	Não há	Incompleto	
36	Questionário	Q20	Celebrações	Trasladação	Não há	Completo	
37	Questionário	Q20	Celebrações	Trasladação	Não há	Incompleto	
38	Questionário	Q20	Celebrações	Procissão da Festa	Festa da Padroeira	Incompleto	
39	Questionário	Q20	Celebrações	Procissão da Festa	Procissão da Padroeira	Completo	
40	Questionário	Q20	Celebrações	Encerramento da Festa	Não há	Completo	
41	Questionário	Q20	Celebrações	Encerramento da Festa	Não há	Completo	
42	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Auto do Círio	Não há	Completo	
43	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Promesseiro	Não há	Completo	
44	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Concurso de Redação	Não há	Completo	
45	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Imagens de Nossa Senhora de Nazaré	Não há	Completo	
46	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Promesseiro	Devoto ou Ciriano	Completo	
47	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Noite dos Eleitos	Não há	Completo	
48	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Participante do Círio: Promesseira	Não há	Completo	
49	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Procissão do Círio	Não há	Completo	

50	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Carro do Caboclo Plácido	Não há	Incompleto	
51	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Participante: Romeira	Não há	Completo	
52	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Barca Portuguesa	Não há	Incompleto	
53	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Barca com Velas	Não há	Incompleto	
54	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Barco dos Escoteiros	Não há	Incompleto	
55	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Brigue de São João Batista	Outro nome não legível	Incompleto	
56	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Anjos a Cavallo	Memória	Incompleto	
57	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Carro Cesta	Não há	Incompleto	
58	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Promessas	Ex-votos	Completo	
59	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Promessas	Ex-votos (Fábrica de Velas)	Completo	
60	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Carro dos Fogos	Não há	Incompleto	
61	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Promessas	Ex-Votos (Bonecos de Cera)	Completo	
62	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Festa das Filhas da Chiquita	Festa da Chiquita	Completo	
63	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Arrastão do Pavulagem	Cortejo de Cultura Popular	Completo	
64	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Carro dos Anjos	Não há	Incompleto	
65	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Corrida do Círio	Não há	Completo	
66	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Cerimônia da Descida	Não há	Completo	
67	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Missa do Mandato	Não há	Completo	
68	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Romaria Fluvial	Não há	Completo	
69	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Romaria Rodoviária	Não há	Completo	
70	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Novenas	Peregrinações	Completo	
71	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Círio das Crianças	Romaria Infantil	Completo	
72	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Incineração das súplicas	Não há	Completo	
73	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Romaria dos Motoqueiros	Não há	Completo	

74	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Procissão da Festa	Não há	Completo	
75	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Encerramento da Festa	Não há	Completo	
76	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Recírio	Não há	Completo	
77	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Traslado da Imagem em Carro Aberto para Ananindeua	Não há	Completo	
78	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Cerimônia da Subida	Não há	Completo	
79	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Círio do Poder Legislativo	Não há	Completo	
80	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Círio Infantil do Carmo	Não há	Completo	
81	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Círio da Polícia Militar	Não há	Completo	
82	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Manhã de Formação para dirigentes das peregrinações	Não há	Completo	
83	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Trasladação	Não há	Completo	
84	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Terço da Alvorada	Não há	Completo	
85	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Procissão Principal do Círio	Não há	Completo	
86	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Apresentação do Manto	Não há	Completo	
87	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Missa do Início do Círio	Não há	Completo	
88	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Missa do Início da Trasladação	Não há	Completo	
89	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Missa de Encerramento da Festividade	Não há	Completo	

90	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Missa do Recório	Missa da Despedida	Completo	
91	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Auto do Círio	Não há	Completo	
92	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Abertura Oficial	Não há	Completo	
93	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Maniçoba	Não há	Completo	
94	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Corda	Não há	Incompleto	
95	Questionário	Q50	Lugares	Praça Santuário	Não há	Completo	
96	Questionário	Q50	Lugares	Praça da República	Largo da Pólvora	Completo	
97	Questionário	Q30	Edificações	Catedral da Sé	Igreja da Sé	Completo	
98	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Barraca da Santa	Não há	Incompleto	
99	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Arcos	Pórticos	Completo	
100	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Abertura oficial da Festa	Abertura do Círio	Completo	
101	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Homenagem do Sindicato dos Estivadores	Não há	Completo	
102	Ficha de Identificação	F40	Formas de Expressão	Festa das Filhas da Chiquita	Não há	Completo	
103	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Decoração da Berlinda e dos Ambientes em Geral	Não há	Completo	
104	Ficha de Identificação	F40	Formas de Expressão	Abertura oficial da Festa	Não há	Completo	
105	Ficha de Identificação	F40	Formas de Expressão	Homenagens de Rua	Não há	Completo	
106	Ficha de Identificação	F40	Formas de Expressão	Noite dos Eleitos	Não há	Completo	
107	Ficha de Identificação	F40	Formas de Expressão	Pórticos	Arcos	Completo	
108	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Participante do Círio	Promesseiro	Completo	
109	Ficha de Identificação	F40	Formas de Expressão	Corda	Não há	Completo	
110	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Decoração da Berlinda	Não há	Completo	

111	Questionário	Q60	Ofícios e Modo de Fazer	Maniçoba	Não há	Incompleto	
112	Questionário	Q60	Ofícios e Modo de Fazer	Manto	Não há	Completo	
113	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Canção para Maria	Hinos	Completo	
114	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Festival da Canção	FESCAN	Completo	
115	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Promesseiro	Não há	Completo	
116	Ficha de Identificação	F40	Formas de Expressão	Corda	Não há	Completo	
117	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Decoração da Berlinda	Não há	Completo	
118	Questionário	Q40	Formas de Expressão	Imagens Réplicas	Não há	Completo	
119	Ficha de Identificação	F40	Formas de Expressão	Berlinda	Não há	Incompleto	
120	Questionário	Q60	Ofícios e Modo de Fazer	Cartazes	Não há	Completo	
121	Questionário	Q60	Ofícios e Modo de Fazer	Pato do Tucupi	Não há	Completo	
122	Questionário	Q60	Ofícios e Modo de Fazer	Homenagem de Rua	Não há	Completo	
123	Documento	s/n	Inventário Cultural	Audiovisual	Não há	Completo	
124	Questionário	Q50	Lugares	Praça da República	Não há	Completo	
125	Questionário	Q50	Lugares	Praça Raimundo Vera Cruz	Praça de Ananindeua ou Praça Matriz	Completo	
126	Questionário	Q50	Lugares	Percurso do Círio	Não há	Completo	
127	Ficha de Identificação	F50	Lugares	Barraca da Santa	Não há	Completo	
128	Ficha de Identificação	F50	Lugares	Barraca da Santa	Não há	Completo	
129	Questionário	Q50	Lugares	Em Branco	Conteúdo sobre o Museu do Círio	Incompleto	
130	Questionário	Q50	Lugares	Centro Social de Nazaré	Não há	Completo	
131	Questionário	Q50	Lugares	Centro Social de Nazaré	Não há	Completo	
132	Questionário	Q50	Lugares	Trapiche de Icoaraci	Não há	Completo	

133	Questionário	Q50	Lugares	Trapiche de Icoaraci	Não há	Completo	
134	Questionário	Q50	Lugares	Ver-o-Peso	Não há	Completo	
135	Questionário	Q50	Lugares	Ver-o-Peso	Não há	Completo	
136	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Basílica de Nossa Senhora de Nazaré	Não há	Completo	
137	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Museu do Círio	Não há	Completo	
138	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Igreja da Sé	Não há	Completo	
139	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Palácio do Governo	Não há	Completo	
140	Documento	s/n	Identificação	Entrevistados	Não há	Completo	
141	Ficha de Identificação	F50	Lugares	Shopping Castanheira	Não há	Completo	
142	Ficha de Identificação	F50	Lugares	Shopping Castanheira	Não há	Completo	
143	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Arraial	Não há	Completo	
144	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Centro Arquitetônico de Nazaré	Concha Acústica	Completo	
145	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Barraca da Santa	Não há	Completo	
146	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Praça Caetano Brandão	Não há	Completo	
147	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Praça da República	Não há	Completo	
148	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	O Ver-o-Peso	Não há	Completo	
149	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Praça Batista Campos	Não há	Completo	
150	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Escaler Chiquinha	Não há	Completo (In	

151	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Fogos	Não há	Completo	
152	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Barca Portuguesa	Não há	Completo	
153	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Carro dos Marujos	Não há	Completo	
154	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Carro dos Foguetes	Das Nações ou Precursor dos Fogos	Completo	
155	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Carro de Dom Fuas Roupinho	Carro dos Milagres	Completo	
156	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Corde	Não há	Completo	
157	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Concentrações	Não há	Completo	
158	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Carro Brigue São João Batista	Não há	Completo	
159	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Pés Descalços	Não há	Completo (In	Registro Único
160	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Imagem Original	Não há	Completo	
161	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Guarda da Santa	Não há	Completo	
162	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Diretoria do Círio	Não há	Completo	
163	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Hino Oficial	Não há	Completo	
164	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Homenagens	Não há	Completo	
165	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	A Festa da Chiquita	Não há	Completo	
166	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Promessas	Ex-votos	Completo	

167	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Berlinda	Não há	Completo	
168	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Carro dos Marujos	Não há	Completo	
169	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Carros-som	Sonorização	Completo	
170	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Homenagem	Mercado do Ver-o-Peso	Completo	
171	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Livro das Peregrinações	Não há	Completo	
172	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Honras de Chefe de Estado	Não há	Completo	
173	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Noite dos Eleitos	Não há	Completo	
174	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Solenidade de Encerramento da Festividade	Não há	Completo	
175	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Cesto de Promessas	Não há	Completo	Registro Único
176	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Barca Nova	Não há	Completo	Registro Único
177	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Carros na Procissão	Não há	Completo	Registro Único
178	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Diplomas de Reconhecimento	Não há	Completo	Registro Único
179	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Cibório	Não há	Completo	Registro Único
180	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Confraternização Natalina	Apresentação da Nova Diretoria	Completo	Registro Único
181	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Nicho	Não há	Completo	
182	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Réplica das Imagens	Não há	Completo	

183	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Romeiros	Não há	Completo	
184	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	A Lei da Padroeira	Não há	Completo	
185	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Barca dos Escoteiros	Não há	Completo	Registro Único
186	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Barca com Vela	Não há	Completo	Registro Único
187	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Carro dos Anjos	Não há	Completo	Registro Único
188	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Anjo Custódio	Não há	Completo	
189	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Corrida do Círio	Não há	Completo	
190	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Festival da Canção Mariana	Não há	Completo	
191	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Tema do Círio	Não há	Completo	Registro Único
192	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Homenagens	Não há	Completo	Registro Único
193	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Almoço do Dia do Círio	Não há	Completo	Registro Único
194	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Indulgência	Não há	Completo	Registro Único
195	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Romarias e Concentrações	Não há	Completo	Registro Único
196	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Vós sois o Lírio Mimoso	Não há	Completo	
197	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Virgem de Nazaré	Não há	Completo	
198	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Barca com Remos	Não há	Completo	Registro Único

199	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Anjo do Brasil	Protetor da Cidade	Completo	Registro Único
200	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Carro do Plácido	Não há	Completo	Registro Único
201	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	As Promessas	Não há	Completo	Registro Único
202	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Hinos de Nossa Senhora	Não há	Completo	Registro Único
203	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Hino da Berlinda	Não há	Completo	Registro Único
204	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Maria de Nazaré	Não há	Completo	Registro Único
205	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Concurso de Redação	Não há	Completo	Registro Único
206	Anexo	F1 A3	Bens Culturais Inventariados	Anjo a Cavallo	Não há	Completo	Registro Único
207	Anexo	F1 A1	Bibliografia	Publicações Seriadas	Livros e outras publicações não seriadas	Completo	35 itens / 11 pgs
208	Documento	s/n	Identificação	Vídeos	Não há	Completo	34 itens / 9 pgs
209	Anexo	F1 A1	Bibliografia	Pequenos Impressos	Folders, Cartazes, etc.	Completo	96 itens / 13 pgs
210	Documento	s/n	Identificação	Entrevistados	Não há	Completo	
211	Anexo	F1 A2	Registros Audiovisuais	Fotografias e Artes Visuais	Não há	Completo	293 itens / 63 pgs
212	Anexo	F1 A1	Bibliografia	Textos inéditos, relatórios técnicos e manuscritos	Não há	Completo	119 itens / 12 pgs
213	Anexo	F1 A1	Bibliografia	Publicações Seriadas	Não há	Completo	414 itens / 75 pgs
214	Anexo	F1 A2	Registros Audiovisuais	Gravação Sonora	Não há	Completo	45 itens / 9 pgs
215	Anexo	F1 A2	Registros Audiovisuais	VHS	Não há	Completo	16 itens / 2

							pgs
216	Anexo	F1 A1	Bibliografia	Lista	Não há	Completo	488 itens / 81 pgs

APÊNDICE C – Lista de Jornais IPHAN

Nº de Ordem	Documento	Tipo	Nome	Dia	Mês	Ano
1	Jornal	Caderno	Voz de Nazaré	20	Dezembro	2002
2	Jornal	Caderno	Voz de Nazaré	20	Dezembro	2002
3	Jornal	Caderno	Voz de Nazaré	11	Outubro	2002
4	Jornal	Caderno	O Liberal	13	Outubro	2002
5	Jornal	Caderno	Voz de Nazaré	11	Outubro	2002
6	Jornal	Caderno	Voz de Nazaré	11	Outubro	2002
7	Jornal	Caderno	Voz de Nazaré	18	Outubro	2002
8	Jornal	Recorte	O Liberal	12	Maio	2002
9	Jornal	Recorte	Diário do Pará	25	Setembro	2002
10	Jornal	Caderno	O Liberal	13	Dezembro	2002
11	Jornal	Recorte	Diário do Pará	28	Maio	2005
12	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	24	Janeiro	2003
13	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	17	Janeiro	2003
14	Jornal	Recorte	Beira do Rio	s/d	Outubro	2003
15	Jornal	Recorte	Diário do Pará	12	Setembro	2003
16	Jornal	Recorte	Diário do Pará	12	Outubro	2003
17	Jornal	Recorte	Diário do Pará	12	Outubro	2003
18	Jornal	Recorte	Diário do Pará	5	Outubro	2003
19	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	24	Janeiro	2003
20	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	14	Fevereiro	2003
21	Jornal	Recorte	O Liberal	s/d	s/d	2003
22	Jornal	Recorte	O Liberal	18	Novembro	2003
23	Jornal	Recorte	O Liberal	4	Março	2003
24	Jornal	Recorte	O Liberal	4	Março	2003
25	Jornal	Recorte	O Liberal	26	Agosto	2004
26	Jornal	Recorte	Diário do Pará	26	Dezembro	2004
27	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004

28	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
29	Jornal	Recorte	O Liberal	5	Julho	2004
30	Jornal	Recorte	O Liberal	16	Janeiro	2004
31	Jornal	Recorte	Diário do Pará	24	Novembro	2004
32	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
33	Jornal	Recorte	Diário do Pará	29	Novembro	2004
34	Jornal	Recorte	O Liberal	15	Setembro	2004
35	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Setembro	2004
36	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
37	Jornal	Recorte	O Liberal	16	Setembro	2004
38	Jornal	Recorte	O Liberal	15	Outubro	2004
39	Jornal	Recorte	Diário do Pará	8	Outubro	2004
40	Jornal	Recorte	O Liberal	16	Outubro	2004
41	Jornal	Recorte	O Liberal	16	Outubro	2004
42	Jornal	Recorte	Diário do Pará	10	Outubro	2004
43	Jornal	Recorte	Diário do Pará	10	Outubro	2004
44	Jornal	Recorte	O Liberal	19	Outubro	2004
45	Jornal	Caderno	Correio Braziliense	29	Setembro	2004
46	Jornal	Recorte	O Liberal	17	Outubro	2004
47	Jornal	Recorte	O Liberal	18	Outubro	2004
48	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2004
49	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2004
50	Jornal	Recorte	O Liberal	15	Outubro	2004
51	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2004
52	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
53	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
54	Jornal	Recorte	Diário do Pará	15	Novembro	2004
55	Jornal	Recorte	O Liberal	18	Setembro	2004
56	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
57	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
58	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
59	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004

60	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
61	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
62	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2004
63	Jornal	Recorte	O Liberal	15	Setembro	2004
64	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
65	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
66	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
67	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
68	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
69	Jornal	Recorte	O Liberal	21	Outubro	2004
70	Jornal	Recorte	O Liberal	15	Outubro	2004
71	Jornal	Recorte	Diário do Pará	8	Outubro	2004
72	Jornal	Recorte	O Liberal	9	Outubro	2004
73	Jornal	Recorte	Diário do Pará	1	Outubro	2004
74	Jornal	Recorte	Diário do Pará	1	Outubro	2004
75	Jornal	Recorte	O Liberal	15	Outubro	2004
76	Jornal	Recorte	Diário do Pará	1	Outubro	2004
77	Jornal	Recorte	O Liberal	13	Outubro	2004
78	Jornal	Recorte	Diário do Pará	10	Outubro	2004
79	Jornal	Recorte	O Liberal	26	Agosto	2004
80	Jornal	Recorte	O Liberal	28	Agosto	2004
81	Jornal	Recorte	O Liberal	7	Outubro	2004
82	Jornal	Recorte	O Liberal	7	Outubro	2004
83	Jornal	Recorte	Diário do Pará	10	Outubro	2004
84	Jornal	Recorte	O Liberal	13	Outubro	2004
85	Jornal	Recorte	O Liberal	7	Outubro	2004
86	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
87	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
88	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
89	Jornal	Recorte	O Liberal	9	Outubro	2004
90	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
91	Jornal	Recorte	O Liberal	9	Outubro	2004

92	Jornal	Recorte	O Liberal	12	Outubro	2004
93	Jornal	Recorte	O Liberal	11	Outubro	2004
94	Jornal	Recorte	O Liberal	17	Agosto	2004
95	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
96	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2004
97	Jornal	Recorte	O Liberal	11	Outubro	2004
98	Jornal	Recorte	O Liberal	11	Outubro	2004
99	Jornal	Recorte	O Liberal	11	Outubro	2004
100	Jornal	Recorte	Diário do Pará	1	Outubro	2004
101	Jornal	Recorte	O Liberal	2	Outubro	2004
102	Jornal	Recorte	Diário do Pará	1	Outubro	2004
103	Jornal	Recorte	O Liberal	3	Outubro	2004
104	Jornal	Recorte	O Liberal	3	Outubro	2004
105	Jornal	Recorte	O Liberal	8	Outubro	2004
106	Jornal	Recorte	O Liberal	6	Outubro	2004
107	Jornal	Recorte	O Liberal	1	Outubro	2004
108	Jornal	Recorte	O Liberal	4	Outubro	2004
109	Jornal	Recorte	O Liberal	1	Outubro	2004
110	Jornal	Recorte	O Liberal	5	Outubro	2004
111	Jornal	Recorte	O Liberal	5	Outubro	2004
112	Jornal	Recorte	O Liberal	16	Agosto	2004
113	Jornal	Recorte	O Liberal	27	Agosto	2004
114	Jornal	Recorte	O Liberal	28	Setembro	2004
115	Jornal	Recorte	O Liberal	25	Agosto	2004
116	Jornal	Recorte	O Liberal	8	Agosto	2004
117	Jornal	Recorte	O Liberal	30	Setembro	2004
118	Jornal	Recorte	O Liberal	20	Agosto	2004
119	Jornal	Recorte	O Liberal	24	Setembro	2004
120	Jornal	Recorte	O Liberal	25	Setembro	2004
121	Jornal	Recorte	O Liberal	25	Setembro	2004
122	Jornal	Recorte	O Liberal	30	Setembro	2004
123	Jornal	Recorte	Diário do Pará	31	Agosto	2004

124	Jornal	Recorte	Diário do Pará	31	Agosto	2004
125	Jornal	Recorte	O Liberal	13	Setembro	2004
126	Jornal	Recorte	Diário do Pará	12	Setembro	2004
127	Jornal	Recorte	Diário do Pará	12	Setembro	2004
128	Jornal	Recorte	O Liberal	8	Setembro	2004
129	Jornal	Recorte	O Liberal	8	Setembro	2004
130	Jornal	Recorte	O Liberal	9	Setembro	2004
131	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Setembro	2004
132	Jornal	Recorte	O Liberal	12	Setembro	2004
133	Jornal	Recorte	O Liberal	11	Setembro	2004
134	Aviso	Notificação	MINC - IPHAN	s/d	s/d	s/d
135	Jornal	Recorte	O Liberal	7	Setembro	2004
136	Jornal	Recorte	O Liberal	3	Setembro	2004
137	Jornal	Recorte	O Liberal	6	Setembro	2004
138	Jornal	Recorte	O Liberal	5	Setembro	2004
139	Jornal	Recorte	O Liberal	7	Setembro	2004
140	Jornal	Recorte	O Liberal	30	Agosto	2004
141	Jornal	Recorte	Diário do Pará	31	Dezembro	2004
142	Jornal	Recorte	Diário do Pará	7	Dezembro	2004
143	Jornal	Recorte	O Liberal	5	Agosto	2004
144	Jornal	Recorte	O Liberal	20	Outubro	2002
145	Jornal	Recorte	O Liberal	20	Outubro	2002
146	Jornal	Recorte	Diário do Pará	26	Maio	2002
147	Jornal	Recorte	O Liberal	s/d	s/d	s/d
148	Jornal	Recorte	O Liberal	s/d	s/d	s/d
149	Jornal	Recorte	O Liberal	20	Outubro	2002
150	Jornal	Recorte	O Liberal	24	Outubro	2002
151	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2001
152	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2001
153	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2001
154	Jornal	Recorte	O Liberal	15	Julho	2001
155	Jornal	Recorte	O Liberal	18	Agosto	2001

156	Jornal	Recorte	O Liberal	25	Agosto	2001
157	Jornal	Recorte	O Liberal	25	Agosto	2001
158	Jornal	Recorte	O Liberal	29	Setembro	2001
159	Jornal	Recorte	O Liberal	30	Setembro	2001
160	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2001
161	Jornal	Recorte	O Liberal	19	Setembro	2001
162	Jornal	Recorte	O Liberal	18	Agosto	2001
163	Jornal	Recorte	O Liberal	19	Agosto	2001
164	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	2	Setembro	2001
165	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	26	Agosto	2001
166	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	2	Setembro	2001
167	Jornal	Recorte	O Liberal	3	Setembro	2001
168	Jornal	Recorte	A Província do Pará	10	Setembro	2001
169	Jornal	Recorte	A Província do Pará	28	Setembro	2001
170	Jornal	Recorte	A Província do Pará	2	Outubro	2001
171	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2001
172	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2001
173	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2001
174	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2001
175	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Setembro	2001
176	Jornal	Recorte	O Liberal	9	Setembro	2001
177	Jornal	Recorte	O Liberal	7	Setembro	2001
178	Jornal	Recorte	O Liberal	3	Setembro	2001
179	Jornal	Recorte	O Liberal	19	Agosto	2001
180	Jornal	Recorte	O Liberal	18	Agosto	2001
181	Jornal	Recorte	Diário do Pará	8	Julho	2001
182	Jornal	Recorte	O Liberal	26	Julho	2001
183	Jornal	Recorte	O Liberal	27	Julho	2001
184	Jornal	Recorte	O Liberal	1	Agosto	2001
185	Jornal	Recorte	O Liberal	17	Agosto	2001
186	Jornal	Recorte	O Liberal	8	Julho	2001
187	Jornal	Recorte	O Liberal	8	Julho	2001

188	Jornal	Recorte	O Liberal	26	Junho	2001
189	Jornal	Recorte	Diário do Pará	5	Outubro	2000
190	Jornal	Recorte	A Província do Pará	4	Outubro	2000
191	Jornal	Recorte	Diário do Pará	27	Agosto	2005
192	Jornal	Recorte	Diário do Pará	25	Agosto	2005
193	Jornal	Recorte	Diário do Pará	27	Agosto	2005
194	Jornal	Recorte	Diário do Pará	8	Julho	2001
195	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	14	Outubro	2001
196	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	14	Outubro	2001
197	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	14	Outubro	2001
198	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	14	Outubro	2001
199	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	14	Outubro	2001
200	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2001
201	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	14	Outubro	2001
202	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2001
203	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2001
204	Jornal	Recorte	O Liberal	7	Maiο	2002
205	Calendário	Calendário	Sem informação	s/d	s/d	2000
206	Lista	Referências	Referências do Círio	s/d	s/d	2000
207	Jornal	Recorte	A Província do Pará	31	Julho	2000
208	Jornal	Recorte	A Província do Pará	31	Julho	2000
209	Jornal	Recorte	Diário do Pará	1	Agosto	2000
210	Jornal	Recorte	Diário do Pará	1	Agosto	2000
211	Jornal	Recorte	Diário do Pará	1	Agosto	2000
212	Jornal	Recorte	O Liberal	2	Agosto	2000
213	Jornal	Recorte	A Província do Pará	4	Agosto	2000
214	Jornal	Recorte	A Província do Pará	5	Agosto	2000
215	Jornal	Recorte	A Província do Pará	5	Agosto	2000
216	Jornal	Recorte	A Província do Pará	6	Agosto	2000
217	Jornal	Recorte	A Província do Pará	6	Agosto	2000
218	Jornal	Recorte	Diário do Pará	6	Agosto	2000
219	Jornal	Recorte	A Província do Pará	6	Agosto	2000

220	Jornal	Recorte	A Província do Pará	11	Agosto	2000
221	Jornal	Recorte	A Província do Pará	11	Agosto	2000
222	Jornal	Recorte	O Liberal	19	Outubro	2000
223	Jornal	Recorte	O Liberal	3	Outubro	2000
224	Jornal	Recorte	O Liberal	20	Setembro	2000
225	Jornal	Recorte	A Província do Pará	17	Outubro	2000
226	Jornal	Recorte	A Província do Pará	7	Outubro	2000
227	Jornal	Recorte	A Província do Pará	5	Outubro	2000
228	Jornal	Recorte	A Província do Pará	6	Outubro	2000
229	Jornal	Recorte	A Província do Pará	24	Outubro	2000
230	Jornal	Recorte	O Liberal	24	Outubro	2000
231	Jornal	Recorte	O Liberal	24	Outubro	2000
232	Jornal	Recorte	O Liberal	30	Setembro	2000
233	Jornal	Recorte	O Liberal	29	Setembro	2000
234	Jornal	Recorte	O Liberal	28	Setembro	2000
235	Jornal	Recorte	O Liberal	27	Setembro	2000
236	Jornal	Recorte	O Liberal	23	Setembro	2000
237	Jornal	Recorte	O Liberal	7	Outubro	2000
238	Jornal	Recorte	O Liberal	1	Outubro	2000
239	Jornal	Recorte	A Província do Pará	3	Outubro	2000
240	Jornal	Recorte	O Liberal	1	Outubro	2000
241	Jornal	Recorte	O Liberal	4	Outubro	2000
242	Jornal	Recorte	O Liberal	3	Outubro	2000
243	Jornal	Recorte	O Liberal	3	Outubro	2000
244	Jornal	Recorte	A Província do Pará	8	Outubro	2000
245	Jornal	Recorte	O Liberal	10	Outubro	2000
246	Jornal	Recorte	Diário do Pará	10	Outubro	2000
247	Jornal	Recorte	O Liberal	9	Outubro	2000
248	Jornal	Recorte	A Província do Pará	9	Outubro	2000
249	Jornal	Recorte	A Província do Pará	7	Outubro	2000
250	Jornal	Recorte	A Província do Pará	8	Outubro	2000
251	Jornal	Recorte	O Liberal	7	Outubro	2000

252	Jornal	Recorte	O Liberal	16	Outubro	2000
253	Jornal	Recorte	Diário do Pará	10	Outubro	2000
254	Jornal	Recorte	O Liberal	9	Outubro	2000
255	Jornal	Recorte	A Província do Pará	4	Outubro	2000
256	Jornal	Recorte	O Liberal	4	Outubro	2000
257	Jornal	Recorte	O Liberal	5	Outubro	2000
258	Jornal	Recorte	O Liberal	5	Outubro	2000
259	Jornal	Recorte	A Província do Pará	5	Outubro	2000
260	Jornal	Recorte	A Província do Pará	6	Outubro	2000
261	Jornal	Recorte	O Liberal	6	Outubro	2000
262	Jornal	Recorte	O Liberal	6	Outubro	2000
263	Jornal	Recorte	O Liberal	6	Outubro	2000
264	Jornal	Recorte	O Liberal	16	Outubro	2000
265	Jornal	Recorte	O Liberal	16	Outubro	2000
266	Jornal	Recorte	A Província do Pará	16	Outubro	2000
267	Jornal	Recorte	A Província do Pará	16	Outubro	2000
268	Jornal	Recorte	A Província do Pará	16	Outubro	2000
269	Jornal	Recorte	A Província do Pará	9	Outubro	2000
270	Jornal	Recorte	O Liberal	9	Outubro	2000
271	Jornal	Recorte	Diário do Pará	28	Setembro	2005
272	Jornal	Recorte	Diário do Pará	22	Agosto	2005
273	Jornal	Recorte	Diário do Pará	4	Setembro	2005
274	Jornal	Recorte	Diário do Pará	3	Setembro	2005
275	Jornal	Recorte	Diário do Pará	26	Setembro	2005
276	Jornal	Recorte	Diário do Pará	26	Setembro	2005
277	Jornal	Recorte	Diário do Pará	12	Agosto	2005
278	Jornal	Recorte	Diário do Pará	29	Agosto	2005
279	Jornal	Recorte	Diário do Pará	31	Agosto	2005
280	Jornal	Recorte	Diário do Pará	15	Setembro	2005
281	Jornal	Recorte	Diário do Pará	12	Setembro	2005
282	Jornal	Recorte	Diário do Pará	6	Setembro	2005
283	Jornal	Caderno	Beira do Rio	s/d	Abril e Maio	2005

284	Jornal	Recorte	O Liberal	10 e 11	Janeiro	2004
285	Jornal	Recorte	O Liberal	25	Outubro	2004
286	Jornal	Recorte	Diário do Pará	24	Agosto	2004
287	Jornal	Recorte	Diário do Pará	10	Outubro	2004
288	Jornal	Recorte	O Liberal	31	Outubro	2004
289	Jornal	Recorte	O Liberal	24	Outubro	2004
290	Jornal	Recorte	Diário do Pará	17	Outubro	2004
291	Jornal	Recorte	Diário do Pará	17	Outubro	2004
292	Jornal	Recorte	O Liberal	28	Outubro	2004
293	Jornal	Recorte	O Liberal	25	Outubro	2004
294	Jornal	Recorte	O Liberal	23	Outubro	2004
295	Jornal	Recorte	O Liberal	25	Outubro	2004
296	Jornal	Recorte	O Liberal	24	Outubro	2004
297	Jornal	Recorte	O Liberal	24	Outubro	2004
298	Jornal	Recorte	O Liberal	24	Outubro	2004
299	Jornal	Recorte	O Liberal	21	Outubro	2004
300	Jornal	Recorte	O Liberal	21	Outubro	2004
301	Jornal	Recorte	O Liberal	23	Outubro	2004
302	Jornal	Recorte	O Liberal	28	Outubro	2004
303	Jornal	Recorte	O Liberal	24	Outubro	2004
304	Jornal	Recorte	O Liberal	26	Outubro	2004
305	Jornal	Recorte	O Liberal	25	Outubro	2004
306	Jornal	Recorte	O Liberal	23	Outubro	2004
307	Jornal	Recorte	O Liberal	13	Dezembro	2003
308	Jornal	Recorte	O Liberal	27	Dezembro	2003
309	Jornal	Caderno	O Liberal	8	Outubro	2000
310	Jornal	Recorte	O Liberal	8	Outubro	2000
311	Jornal	Recorte	O Liberal	8	Outubro	2000
312	Jornal	Recorte	Diário do Pará	8	Outubro	2000
313	Jornal	Recorte	O Liberal	26	Março	2006
314	Jornal	Recorte	O Liberal	26	Março	2006
315	Jornal	Recorte	Diário do Pará	20	Março	2006

316	Jornal	Recorte	Amazônia Hoje	14	Março	2006
317	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	24	Outubro	2005
318	Jornal	Recorte	Diário do Pará	24	Outubro	2005
319	Jornal	Recorte	Diário do Pará	25	Outubro	2005
320	Jornal	Recorte	Diário do Pará	25	Outubro	2005
321	Jornal	Recorte	O Liberal	14	Outubro	2005
322	Jornal	Recorte	O Liberal	15	Outubro	2005
323	Jornal	Recorte	Diário do Pará	16	Outubro	2005
324	Jornal	Recorte	Diário do Pará	23	Outubro	2005
325	Jornal	Recorte	Diário do Pará	10	Outubro	2005
326	Jornal	Recorte	Diário do Pará	11	Outubro	2005
327	Jornal	Recorte	Diário do Pará	7	Outubro	2005
328	Jornal	Recorte	Diário do Pará	7	Outubro	2005
329	Jornal	Caderno	Diário do Pará	10	Outubro	2005
330	Jornal	Recorte	Diário do Pará	10	Outubro	2005
331	Jornal	Recorte	Diário do Pará	31	Março	2005
332	Jornal	Recorte	Diário do Pará	1	Junho	2005
333	Jornal	Recorte	Diário do Pará	14	Junho	2005
334	Jornal	Recorte	Diário do Pará	2	Outubro	2005
335	Jornal	Recorte	Diário do Pará	20	Junho	2005
336	Jornal	Recorte	Diário do Pará	19	Junho	2005
337	Jornal	Recorte	Diário do Pará	12	Outubro	2005
338	Jornal	Recorte	Diário do Pará	13	Outubro	2005
339	Jornal	Recorte	Diário do Pará	8	Outubro	2005
340	Jornal	Recorte	Diário do Pará	6	Outubro	2005
341	Jornal	Recorte	Diário do Pará	4	Outubro	2005
342	Jornal	Recorte	Diário do Pará	3	Outubro	2005
343	Jornal	Recorte	Diário do Pará	16	Maió	2005
344	Jornal	Recorte	Diário do Pará	15	Junho	2005
345	Jornal	Recorte	Diário do Pará	18	Junho	2005
346	Jornal	Recorte	Diário do Pará	17	Junho	2005
347	Jornal	Recorte	Diário do Pará	5	Julho	2005

348	Jornal	Recorte	Diário do Pará	12	Junho	2005
349	Jornal	Recorte	O Liberal	24	Maior	2005
350	Jornal	Recorte	O Liberal	12	Setembro	2004
351	Jornal	Caderno	Voz de Nazaré	31	Março	2002
352	Jornal	Caderno	Voz de Nazaré	31	Março	2002
353	Jornal	Caderno	Voz de Nazaré	31	Março	2002
354	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	20	Fevereiro	2002
355	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	20	Fevereiro	2002
356	Jornal	Recorte	O Liberal	2	Junho	2002
357	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	13	Outubro	2002
358	Jornal	Recorte	O Liberal	13	Outubro	2004
359	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	13	Outubro	2002
360	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	13	Outubro	2002
361	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	13	Outubro	2002
362	Jornal	Recorte	Diário do Pará	14	Outubro	2002
363	Jornal	Recorte	Diário do Pará	14	Outubro	2002
364	Jornal	Recorte	Diário do Pará	14	Outubro	2002
365	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	14	Outubro	2002
366	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	14	Outubro	2002
367	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	14	Outubro	2002
368	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	14	Outubro	2002
369	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	18	Outubro	2002
370	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	18	Outubro	2002
371	Jornal	Recorte	O Liberal	1	Junho	2003
372	Jornal	Recorte	O Liberal	1	Junho	2003
373	Jornal	Recorte	O Liberal	1	Junho	2003
374	Jornal	Recorte	O Liberal	1	Junho	2003
375	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	3 e 10	Janeiro	2003
376	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	3 e 10	Janeiro	2003
377	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	17	Janeiro	2003
378	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	17	Janeiro	2003
379	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	24	Janeiro	2003

380	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	24	Janeiro	2003
381	Jornal	Recorte	Voz de Nazaré	14	Fevereiro	2003
382	Jornal	Recorte	O Liberal	25	Maio	2003
383	Jornal	Recorte	O Liberal	25	Maio	2003

ANEXO A - Certidão do Círio



Serviço Público Federal
Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

CERTIDÃO

CERTIFICO que do Livro de Registro das Celebrações, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, instituído pelo Decreto número três mil quinhentos e cinquenta e um, de quatro de agosto de dois mil, consta à folha hum, o seguinte: “Registro número hum; Bem cultural: Círio de Nossa Senhora de Nazaré, na cidade de Belém, Estado do Pará; Descrição: A Festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará, é uma celebração constituída de vários rituais de devoção religiosa e expressões culturais, cujo clímax ocorre na procissão do Círio, no segundo domingo de outubro. Para os paraenses, é o grande momento anual de demonstração de devoção e solidariedade, de reiteração de laços familiares, assim como de manifestação social e política. O Círio de Nazaré apresenta uma estrutura complexa que agrega diferentes celebrações e festividades antes e depois do evento principal. Essas práticas têm desdobramentos regionais e congregam, anualmente, em torno de um milhão e meio de pessoas na cidade de Belém. Grande parte dessa massa humana vem pagar promessas ou agradecer pedidos realizados. A festa, instituída em 1793, é marcada pelo sentido da rememoração. O Círio de Nazaré reconta, por meio de seu cerimonial religioso, a lenda que envolve o achado, em 1700, da imagem de Nossa Senhora de Nazaré por um caboclo denominado Plácido. Sua duração temporal está associada à permanência da participação popular e à disseminação regional dos devotos, o que torna Belém, todos os anos, um lugar de peregrinação. Destaque-se, contudo, que a celebração, desde a origem, está envolta por práticas profanas, entre elas a montagem de um arraial dedicado historicamente ao comércio de alimentos e produtos regionais. Os elementos sagrados e profanos que marcam a festa configuram uma face múltipla, a que estão associadas diferentes significações decorrentes da diversidade das formas de inserção no evento, da apropriação simbólica e da diferenciação social dos participantes.

A relevância do Círio de Nazaré como manifestação cultural pode ser reconhecida no longo e dinâmico processo que reitera e constrói essa celebração há 211 anos. O objeto do registro foi definido a partir da avaliação da continuidade histórica dessa celebração e de sua análise como tradição que se reitera e atualiza. Assim, foram destacados os seus elementos estruturantes – aqueles sem os quais o Círio não existiria - e identificadas as expressões associadas à festa, em sua versão contemporânea. Foram considerados elementos estruturantes desta celebração: as procissões da Trasladação e a do Círio; as imagens da santa, a original e a peregrina; a corda e a berlinda; o almoço do círio; o arraial; as alegorias da procissão do Círio; a feira e os brinquedos de miriti; as cerimônias e a procissão do Recírio. Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do processo administrativo nº 01450.010332/2004-07 e Anexos, no qual se encontra reunido o mais completo conhecimento sobre este bem cultural, contido em documentos textuais, bibliográficos e audiovisuais. O presente Registro está de acordo com a decisão proferida na 44ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada em trinta de setembro de dois mil e quatro”. Data do Registro: cinco de outubro de dois mil e quatro. E por ser verdade, eu, Marcia Genesis de Sant'Anna, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada. Brasília, Distrito Federal, cinco de outubro de dois mil e quatro. _____

TITULAÇÃO

Eu, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, na qualidade de Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em decorrência do registro no Livro das Celebrações, e, de acordo com o artigo quinto do Decreto número três mil quinhentos e cinquenta e um, de quatro de agosto de dois mil, CONFIRO o título de **Patrimônio Cultural do Brasil** ao “Círio de Nossa Senhora de Nazaré”, na cidade de Belém, Estado do Pará.

Brasília, DF, 05 de outubro de 2004.

Antonio Augusto Arantes Neto

ANEXO B – Ficha de Identificação de Celebrações

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS Ficha de Identificação Celebrações	CÓDIGO DA FICHA					
	UF	sítio-	Loc	ano	Ficha	no.

1 Localização

Sítio Inventariado	
Localidade	
Município / UF	

2 Bem cultural

Denominação			
Outras denominações			
Condição atual	<input type="checkbox"/> vigente / íntegro ruína	<input type="checkbox"/> memória	<input type="checkbox"/>

3 Fotos

Obs.: Para lista completa das fotos inventariadas, consultar o *Anexo 2: Registros Audiovisuais*.

--

4 Descrição do bem identificado

--

5 Descrição do lugar da celebração

5.1 Características gerais

5.2 Marcos naturais e/ou edificados

5.3 Agenciamento do espaço para a celebração

6 Tempo

Data	<input type="checkbox"/> DATA FIXA: DIA ____ MÊS _____ <input type="checkbox"/> DATA MÓVEL:										
Duração	DE _____ A _____										
Periodicidade	<input type="checkbox"/> anual <input type="checkbox"/> outra Especificar _____										
Ocorrência efetiva desde 1990											
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7 História

7.1 Origens, motivos, sentidos e transformações

7.2 Narrativas e representações

7.3 Cronologia	
Data	Descrição

8 Atividade

8.1 Programação	
Etapa	Atividade

8.2 Principais participantes	
Status	Função

8.3 Capital e instalações	
Descrição	
Quem Provê	
Função	

8.4 Matérias primas e ferramentas de trabalho	
Descrição	
Quem provê	
Função / Significado	
Disponibilidade	

8.5 Comidas e bebidas	
Descrição	
Quem provê	
Função / Significado	

8.6 Objetos e instrumentos rituais	
Descrição	
Quem provê	
Função / Significado	

8.7 Trajes e adereços	
Descrição	
Quem provê	
Função / Significado	

8.8 Danças	
Descrição	
Quem executa	
Função / Significado	

8.9 Músicas e orações	
Descrição	
Quem provê	
Função / Significado	

8.10 Instrumentos musicais	
Descrição	
Quem provê	
Função / Significado	

8.11 Atividades após a execução	
Executante	Atividade

9 Público

Descrição

10 Bens associados

Denominação	Código

--	--

11 Plantas, mapas e croquis

--

12 Documentos inventariados

12.1 Documentos escritos, desenhos e impressos em geral

12.2 Registros sonoros e audiovisuais

12.3 Registros fotográficos
.

13 Observações

13.1 Aprofundamento de estudos para complementação da identificação ou para fins de registro ou tombamento

13.2 Identificação de outros bens mencionados nesta ficha

13.3 Outras observações

14 Identificação da Ficha

Questionários analisados		
Pesquisador(es)		
Supervisor		
Redator		Data
Responsável pelo inventário		

ANEXO C – Questionário de Identificação de Celebrações

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS Questionário de Identificação Celebrações	CÓDIGO DA FICHA					
	UF	sítio-	Loc	ano	Ficha	no.

1 Identificação do questionário

Data		Início		Término	
Entrevistador			Supervisor		

2 Localização

Sítio Inventariado	
Localidade	
Município / UF	

3 Identificação do bem cultural

Denominação	
Outras denominações	

4 Identificação do entrevistado

Nome					Nº	
Como é conhecido(a)		Data de Nascimento / Fundação		Sexo	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
Endereço						
Telefone		Fax		E-mail		
Ocupação						
Onde nasceu		Desde quando mora na localidade				

5 Relação com o bem inventariado

5.1 Como participa da celebração? O que faz e desde quando?

5.2 Outros dados biográficos relevantes

5.3 Existem grupos ou associações ligados a esta celebração?

6 Descrição da celebração

6.1 Época	
Data	<input type="checkbox"/> data fixa: dia ____ mês _____ <input type="checkbox"/> data móvel:
Duração	DE _____ A _____
Periodicidade	<input type="checkbox"/> ANUAL <input type="checkbox"/> OUTRA. QUAL?
Celebrações associadas	

6.2 Anos de ocorrência da celebração desde 1990											
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6.3 Quais os motivos da celebração? Assinalar e descrever todos os motivos que a justificam.
<input type="checkbox"/> Invocação religiosa. Qual(is)? _____ _____
<input type="checkbox"/> Outros (comércio, lazer, calendário, trabalho, etc.) _____ _____

6.4 Quais as origens da celebração?

6.5 Existem histórias associadas à celebração?

7 Preparação

--

8 Realização

8.1 Quais são as principais etapas e participantes da atividade?		
Denominação	Descrição da atividade e suas metas	Participantes/Função

8.2 Quais são os recursos financeiros, capital e instalações utilizados?		
Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê/Como obtém

8.3 Quais são as matérias primas e ferramentas de trabalho utilizadas?		
Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê/Como obtém

8.4 Há comidas e bebidas próprias desta celebração ? Quais? Consomem-se outras?		
Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê/ Como obtém

8.5 Há instrumentos e objetos rituais próprios desta celebração? Quais?		
Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê/ Como obtém

8.6 Há trajes e adereços próprios desta celebração? Quais? Usam-se outros?		
Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê

8.7 Há danças próprias desta celebração? Quais? Ocorrem outras?		
Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê

8.8 Há músicas e orações próprias desta celebração? Quais? Ocorrem outras?		
Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê

8.9 Há instrumentos musicais próprios desta celebração? Quais? Usam-se outros?		
Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê

8.10 Após a celebração, quais são as tarefas executadas? Quem as executa?	
Quem executa	Atividade

8.11 Qual é o público desta celebração?

8.12 Recordar-se de mudanças na organização e no programa desta celebração? Descrever, informar sobre a época e os motivos das mudanças.	
Época	Ocorrência

--	--

9 Lugar da celebração

9.1 Onde ocorre? Desde quando nesse lugar? Por quê?

9.2 Quem é responsável ou proprietário do lugar em que ocorre a celebração?

9.3 Desenho do lugar da celebração

10 Identificação de outros bens e informantes

10.1 Quem mais pode informar sobre esta celebração?

10.2 Há outras celebrações nesta localidade?		
Celebração	Onde / Quando	Contato

11 Registros fotográficos e audiovisuais localizados ou produzidos durante a entrevista

Referência	Assunto	Onde encontrar

12 Materiais impressos e outros localizados durante a entrevista

Referência	Assunto	Onde encontrar

13 Observações do entrevistador

13.1 Recomenda aprofundar esta entrevista? Por quê?

13.2 Outras observações

13.3 Fichas anexadas



Ministério da Educação
Universidade Federal do Pará
Sistema de Bibliotecas

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Autor(a): NICOLLE MANUELLE BAHIA BITTENCOURT

Afiliação do(a) autor(a): _____

Instituição de vínculo empregatício do(a) autor(a)

CPF: 882.372.902-59

Matrícula: 201875470009

Telefone: (91) 98567-6165

E-mail: nicollebittencourt7@gmail.com

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado Acadêmico)

Orientador(a): Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira

Coorientador(a): Profa. Dra. Franciele Marques Redigo

Título/Subtítulo: O FLUXO E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: o caso do Auto do Círio e o registro do Círio como Patrimônio Cultural Imaterial em Belém/PA

Data da Defesa: 28 / 02 / 2020

Tipo do documento: () TCC¹ () TCCE² (X) Dissertação () Tese () Artigo Científico () Livro
() Capítulo de livro () Trabalho Apresentado em evento () Outro: _____

Declaro que, para os devidos fins, o presente trabalho é de minha autoria e que estou ciente:

- Dos Artigos 297 a 299 do Código Penal, Decreto-Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940;
- Da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre os Direitos Autorais;
- Do Regimento Interno da Universidade Federal do Pará;
- Da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação;
- Da utilização da licença pública internacional *Creative Commons 4.0*;
- Que plágio consiste na reprodução de obra alheia e submissão da mesma como trabalho próprio ou na inclusão, em trabalho próprio, de idéias, textos, tabelas ou ilustrações transcritos de obras de terceiros sem a devida e correta citação referencial.

Belém, 20 de março de 2020.

Local e Data

Assinatura do(a) autor(a)



Ministério da Educação
Universidade Federal do Pará
Sistema de Bibliotecas

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NO PORTAL INSTITUCIONAL DE ACESSO ABERTO DA UFPA

1. Tipo de documento: () TCC³ () TCCE⁴ (X) Dissertação () Tese () Artigo Científico () Livro () Capítulo de Livro () Trabalho Apresentado em evento () Outro: _____

2. Informações sobre a obra:

Autor(a): _____ NICOLLE MANUELLE BAHIA BITTENCOURT _____

RG: 5389678 _____ CPF: 882.372.902-59 _____ E-mail: nicollebittencourt7@gmail.com _____

Telefone: (91) 98567-6165 _____ Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado Acadêmico – PPGCI/UFPA) _____

Orientador(a): Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira Coorientador(a): Profa. Dra. Franciele Marques Redigolo
Título do documento: O FLUXO E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: o caso do Auto do Círio e o registro do Círio como Patrimônio Cultural Imaterial em Belém/PA

Data da defesa: 28 /02/ 2020 Área do Conhecimento (tabela do CNPq): Ciência da Informação _____

Área de Concentração: Gestão da Informação e Organização do Conhecimento

Linha de pesquisa: Mediação e Uso da Informação _____

Agência de Fomento (se houver): CAPES _____

3. Informação de disponibilização do documento:

Restrição para publicação: () Total () Parcial (X) Sem restrição

Justificativa de restrição total*: _____

Em caso de restrição parcial, especifique os capítulos restritos: _____

A partir de qual data esse documento poderá ser disponibilizado: 20 / 03 / 2020 _____

4. Permissões⁵

Permite o uso comercial da obra? () Sim (x) Não

Permitir modificações na obra? () Sim (x) Não

O documento está sujeito a patentes? () Sim (x) Não

5. T&D defendidas fora da instituição

É Tese ou Dissertação defendida fora da UFPA? () Sim (x) Não

Belém, 20 de março de 2020.

Local e Data

Assinatura do(a) autor(a)

³ Trabalho de Conclusão de Curso

⁴ Trabalho de Conclusão de Curso em Especialização